Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço

Vida após a morte:
um estudo sobre os enterramentos pré-históricos no Estado do Paraná para identificação, gestão e valorização do patrimônio arqueológico

Rio de Janeiro

2016

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço

Vida após a morte:
um estudo sobre os enterramentos pré-históricos no Estado do Paraná para identificação, gestão e valorização do patrimônio arqueológico

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção de título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Dra. Adriana Sanajotti Nakamuta
Co-orientação: Me. Regina Coeli Pinheiro da Silva
Supervisão: Me. Juliano Martins Doberstein

Rio de Janeiro

2016

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN no Paraná.

Catalogação na fonte por Celia Regina Carrano de Oliveira – CRB-9/898-PR

L892v Lourenço, Alessandra Spitz Guedes Alcoforado
Vida após a morte: um estudo sobre os enterramentos pré- históricos no Estado do Paraná para identificação, gestão e valorização do patrimônio arqueológico / Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço. – Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.
153f.; il.

Orientadora: Adriana Sanajotti Nakamuta

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

1. Enterramentos pré-históricos – Paraná. 2. Patrimônio arqueológico. 3.Arqueologia pré-histórica. I. Nakamuta, Adriana Sanajotti. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III Título.

CDD 19.ed. (930.1098162)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Alessandra Spitz Guedes Alcoforado Lourenço

Vida após a morte: um estudo sobre os enterramentos pré-históricos no Estado do Paraná para identificação, gestão e valorização do patrimônio arqueológico

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2016.

Banca examinadora

_____

Professora Dra. Adriana Sanajotti Nakamuta (orientadora)

_____

Professora Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. José Luiz de Morais – USP

Aos colegas do Iphan que dedicam parte de suas vidas à proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro.

AGRADECIMENTOS

Em especial, ao professor Dr. Igor Chmyz que muito me ensinou durante a disciplina cursada na graduação em Geografia e sem o qual, não estaria hoje no Iphan. Além disso, auxiliou a produção deste trabalho no Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná – CEPA/UFPR- que atendeu prontamente à solicitação de pesquisa.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan pelo excelente curso.

À orientadora Dra. Adriana Sanajotti Nakamuta e aos professores da banca Dra. Cláudia Feierabend Baeta Leal e Dr. José Luiz de Morais por toda a dedicação e contribuição ao trabalho.

Ao Superintendente José La Pastina Filho e aos colegas do Iphan Paraná que me ajudaram lendo o texto, dando sugestões, incentivando e "fazendo festa" para animar de vez em quando. Destaco Célia Regina Carrano de Oliveira por todas as fontes da rica biblioteca do Iphan/PR, Thomas Parrili pela ajuda nos mapas e Rogério Luís dos Santos pelo tratamento das imagens.

Ao colega do Iphan Minas Gerais, Alexandre Henrique Delforge pela atenção ao trabalho e a disponibilidade em ajudar.

À Dra. Cláudia Inês Parellada e ao Museu Paranaense.

Ao professor Oldemar Blasi (*in memorian*) por ter lido o projeto e incentivado a pesquisa.

"Había desde luego costumbres funerárias que solo implicaban enterramentos aislados o en serie, a campo raso, donde los cadáveres se inhumaban en diversas posiciones (extendidos, en posición fetal, sentados, acostados sobre un lado, etcétera); a lo sumo en esos casos se protegia al muerto com una pequeña construcción rectangular o quadrada, formada com losas laterales y una placa de piedra como coberta; es lo que se denomina "cista". Cada cista podia contener uno o vários cadáveres"

(Juan Comas – Sobre o Neolítico).

RESUMO

Vida após a morte: um estudo sobre os enterramentos pré-históricos no Estado do Paraná para identificação, gestão e valorização do patrimônio arqueológico

O Paraná possui atualmente mais de 2.500 sítios arqueológicos oficialmente cadastrados, sendo incipiente a quantidade de enterramentos pré-históricos descobertos, em comparação com os Estados limítrofes e outras regiões brasileiras. Pesquisas realizadas por diversos estudiosos demonstraram que grupos indígenas dos troncos linguísticos Tupi e Macro-Jê habitaram todo o território paranaense e que possuíam variadas formas de tratamento aos mortos, que incluíam além das sepulturas, a presença de enxoval ou mobiliário e a construção de monumentos funerários. Sob o enfoque interdisciplinar da preservação do patrimônio cultural arqueológico, o objetivo da presente pesquisa foi identificar os sítios que apresentaram enterramentos no Paraná, por meio dos acervos documentais associados às coleções arqueológicas, visando novas interpretações ao registro existente, além da análise espacial dos locais onde foram localizados. Buscou-se ainda demonstrar a importância da utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) para auxílio às tarefas de gestão do patrimônio cultural e fomentar discussões sobre ética, repatriamento e preservação *in situ* dos remanescentes arqueológicos. Também foram avaliadas as condições dos acervos do CEPA/UFPR e elaboradas medidas de controle, conservação e preservação, para garantir a segurança e prolongar a vida útil das coleções arqueológicas e acervos documentais, para usufruto das gerações futuras, principalmente no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas à luz de novas tecnologias.

Palavras-chave: enterramentos pré-históricos, preservação, gestão, patrimônio arqueológico.

ABSTRACT

Life after the death: a study of prehistoric burials in Paraná state for identification, management and valorization of the archaeological heritage

The Paraná currently has more than 2,500 officially registered archaeological sites, incipient and the amount of prehistoric burials discovered in comparison with neighboring countries and other regions. Research has shown that indigenous groups of linguistic trunk Tupi and Macro-Ge inhabited throughout the State of Paraná and had various forms of treatment to the dead, which included besides the graves, the presence of trousseau or furniture and the construction of funerary monuments. Under the interdisciplinary approach to preservation of archaeological cultural heritage, the objective of this research was to identify the sites that had burials in Paraná, through documentary collections associated with archaeological collections, aiming beyond the spatial analysis of the sites where they were located, new interpretations to existing recording. It has also sought to demonstrate the importance of using Geographic Information Systems (GIS) to support the management tasks of cultural heritage and foster discussions on ethics, repatriation and preservation in situ of archaeological remains. We evaluated the conditions of collections of CEPA/UFPR and elaborate control measures, conservation and preservation, to ensure the safety and extend the life of the archaeological collections and documentary collections for the benefit of future generations, particularly with regard to development research in light of new technologies.

Key-words: prehistoric burials, preservation, management, archaeological heritage.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Recorte do mapa do relevo brasileiro elaborado pelo IBGE. Na nova classificação, o meridional ou planalto sul brasileiro está subdividido em planalto das araucárias e planalto da Bacia do Paraná.....9
Figura 2: Mapa tridimensional geológico e geomorfológico do Paraná elaborado pela Mineropar. Em destaque os três planaltos paranaenses.....12
Figura 3: Enterramento primário em decúbito dorsal – Sítio Morro dos Anjos – Adrianópolis/PR.....44
Figura 4: Enterramento secundário em urna funerária –Sítio Lagoa Xambrê – Altônia/PR.....44
Figura 5: Túmulo pronto da etnia krahó.....45
Figura 6: Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju – recorte do Estado do Paraná 50
Figura 7: Mapa do itinerário de Ulrich Schmidel em 1553, segundo a reconstituição de Reinhard Maack. Em destaque um dos ramais do caminho indígena do Peabiru.....56
Figura 8: Croqui da posição dos sepultamentos no sítio Estirão Comprido.....67
Figura 9: Urna com ossos humanos localizada às margens do rio Iguaçu, município de Santo Antônio\PR.....69
Figura 10: Pesquisador francês Joseph Emperaire com o acervo do Sítio José Vieira.....70
Figura 11: Croqui de posicionamento das urnas.....72
Figura 12: Conjunto funerário procedente do sítio arqueológico PR NA 1 - Fazenda Água da Fartura (a) e reconstituição dos motivos pictóricos da decoração do recipiente (b).....73
Figura 13: Conjunto funerário procedentes do sítio arqueológico PR SE 3 - Vitorino 3 - representadas pelas figuras a e b.....74
Figura 14: Conjuntos funerários 1039 A e B e 1040 do Sítio Lagoa Xambrê.....75
Figura 15: Urna funerária da Lagoa Xambrê (A) e detalhamento dos conjuntos funerários a e b (B).....76
Figura 16: Perfil do corte e urna funerária com seu respectivo conteúdo tampa, blocos de pedra, tembetá e fragmentos cerâmicos.....77
Figura 17: Conjunto funerário do sítio PR FI 148: Caranguejeiras.....78

Figura 18: Conjunto funerário do sítio arqueológico Ilha do Alemão.....79
Figura 19: Urna funerária do sítio PR RP 1 e reconstituição do conjunto funerário representado pelas peças a e b (B).....81
Figura 20: Croqui do sítio Rio das Cinzas (PR RP 7).....82
Figura 21: Croqui de localização do sítio Corredeira das Três Ilhas.....83
Figura 22: Urna do sítio arqueológico Corredeira das Três Ilhas (A) e representação do conjunto funerário do sítio JA 37 (Corredeira das Três Ilhas) (B).....84
Figura 23: Remanescentes ósseos do Sítio Corredeira das Três Ilhas.....84
Figura 24: Croqui do sítio arqueológico Sengés/PR.....85
Figura 25: Croqui do sepultamento 1(A) e fotografia do sepultamento 1 (B).....88
Figura 26: Croqui do sepultamento 2.....89
Figura 27: Croqui do sepultamento 3 (A) e fotografia do sepultamento 3 (B).....89
Figura 28: Escavações arqueológicas para a retirada da urna e recipientes cerâmicos associados.....91
Figura 29: Esquema da quadra escavada no sítio PR FO 54, com perfil da urna funerária, demosntrando a porção superior perturbada (A) e planta da escavação (B).....92
Figura 30: Localização do sítio WB 16 – Abrigo-sob-rocha Tunas.....93
Figura 31: Esqueleto e estrutura de combustão no sítio WB 16.....94
Figura 32: Ossos humanos fragmentados *in situ*. No local ainda foram registrados lascas e fragmentos cerâmicos com decoração escovada (A); detalhe do dente (molar) sem erupção ou desgaste dentário (B); urna e recipiente cerâmico (oferenda?) recolhida da casa da professora Salete para acondicionamento no Museu do município (C) e artefatos arqueológicos em exposição no Museu Magarancho em Capanema no Paraná.....96
Figura 33: Sítio arqueológico Abrigo Serra do Veado.....97
Figura 34: Vista superior do esqueleto 1.....98
Figura 35: Adornos funerários junto ao crânio do indivíduo 2(A) e sepultamentos secundários múltiplos (indivíduos 3,4 e 5) (B).....98
Figura 36: Sepultamento da quadra P4 (A) e sepultamento de criança (B).....99
Figura 37: Distribuição espacial dos sítios arqueológicos no Paraná.....109
Figura 38: Sítios arqueológicos registrados no Paraná.....110

Figura 39: Mapa com a localização dos sítios arqueológicos com enterramentos no Estado do Paraná.....111
Figura 40: Mapa das unidades geológicas do Estado do Paraná.....112
Figura 41: Mapa das unidades geomorfológicas do Estado do Paraná.....113
Figura 42: Mapa fitogeográfico do Paraná.....114
Figura 43: Mapa de solos do Paraná.....115
Figura 44: Laboratório de pesquisa (A); Acondicionamento de material em sacos de tecido cru(B); Gaveteiros de madeira(C); Exposição de louças e materiais históricos(D); Painel com reprodução de pinturas e gravações rupestres (E) e Sala de exposição de vasilhames cerâmicos e urnas funerárias (F).....127

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1: Sítios arqueológicos paranaenses com presença de enterramento.....101
Tabela 2: Coleções arqueológicas de remanescentes ósseos humanos em instituições de guarda paranaenses.....106
Tabela 3: Características ambientais dos sítios do Primeiro Planalto.....119
Tabela 4: Características ambientais dos sítios do Segundo Planalto.....120
Tabela 5: Características ambientais dos sítios do Terceiro Planalto.....121

SUMÁRIO

Introdução.....1
1. De passado ‘morto’ nos túmulos para ‘vivo’ no museu?.....19
1.1. A constituição do campo da Arqueologia.....19
1.2. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artistico Nacional e a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro.....23
1.3. Arqueologia pré-histórica e Arqueologia histórica.....30
1.4. As Arqueologias interpretativas: Processual e Pós Processual.....32
1.5. A Arqueologia da Paisagem.....36
1.6. Arqueologia das práticas mortuárias.....42
2. Os enterramentos pré-históricos no Paraná.....50
2.1. Os grupos indígenas paranaenses.....50
2.2. Os relatos etnográficos.....58
2.3. Os sítios arqueológicos com enterramentos pré-históricos no Paraná.....63
3. Os enterramentos pré-históricos no Paraná: análise da distribuição espacial dos sítios e a gestão dos acervos arqueológicos.....108
3.1. A documentação e a elaboração de mapas no SIG.....108
3.2. A Conservação Preventiva das coleções arqueológicas e acervos documentais associados do Centro de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná – CEPA/UFPR.....125
Considerações Finais.....133
Fontes e Referências Bibliográficas.....141

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre os valores sociais relacionados à morte e rituais funerários das sociedades arcaicas são muito praticados na Antropologia e na Arqueologia em escala mundial[1]. Sob o viés antropológico, além de pesquisas biológicas, demográficas e sociais, as discussões sempre buscaram explicações sobre como as diferentes culturas lidam com a morte. Na Arqueologia, questão que nos interessa nessa pesquisa, os enterramentos foram fonte para muitas hipóteses e conclusões acerca do modo de vida de determinada sociedade.

No Brasil, pode-se dizer que os estudos mais aprofundados sobre esse tema são ainda incipientes, em virtude das hipóteses verificadas nas pesquisas que consideraram que em solos tropicais, os vestígios orgânicos são conservados por pouco tempo, conforme apontado por Prous (1992):

> (...). A acidez dos solos tropicais provoca o desaparecimento de numerosos micro fósseis e dos ossos em poucos séculos. Os ossos humanos não são preservados em solos vermelhos comuns. Os mais duráveis, como os dentes, mal resistem a um milênio, o que explica o fato de que saibamos tão pouco sobre o físico das populações ceramistas recentes, cujas urnas funerárias foram encontradas aos milhares. Só puderam ser estudados esqueletos dos sambaquis (conservados em lentes de conchas, portanto, em meio básico), e da raça da Lagoa Santa, conservados em lapas calcárias com níveis ricos em carbonatos, ou até em lapas de rochas ácidas, mas com formação protetora de salitre e proximidade de cinzas de fogueira (PROUS, 1992, p. 32).

Para o Estado do Paraná a explicação acima pode ser utilizada, pois é ínfima a quantidade de sítios arqueológicos com registro de esqueletos humanos, obviamente, com exceção dos sambaquis[2]. Já as pesquisas realizadas em outros Estados brasileiros apontaram

---

[1] Algumas obras podem ser citadas: CUNHA, Manoela Carneiro da. **Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó, 1978**; LÉVI-STRAUSS, Claude. **Bororo: os vivos e os mortos.** In: Tristes Trópicos, 1955; TAINTER, J.R. **Mortuary practices and the study of prehistoric social systems**, 1978; CHAPMAN, R et al. **The archaeology of Death**, 2004; BARAY, **Archéologie des pratiques funéraires**, 2004.

[2] Os sambaquis também conhecidos como concheiros, berbigueiros e tambaquis são montes artificiais erigidos a partir do acúmulo de conchas, que eram utilizados para habitação das populações pré-históricas e sepultamento dos mortos. A grande quantidade de esqueletos encontrados em um sambaqui é explicada pela ação do carbonato de cálcio presente nas conchas que são responsáveis pela conservação dos ossos humanos e de animais.
Na década de 1950, o casal de arqueólogos iugoslavos Adam e Elfriede Orssich, acompanhados dos pesquisadores do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná, realizou diversas pesquisas em sambaquis do litoral paranaense, que resultou na publicação de diversos artigos. Elfriede Orssich (1954) abordou as práticas funerárias observadas, salientando que os sepultamentos ocorriam em todos os sambaquis.

para uma grande quantidade de enterramentos, sendo que em alguns casos grandes cemitérios foram identificados com remanescentes ósseos bem preservados, não apenas em sítios do tipo sambaqui.

Um exemplo importante foi o estudo realizado pela arqueóloga Dorath Pinto Uchôa, em 1973, quando realizou uma análise comparativa de dois sítios pré-cerâmicos do litoral paulista para sua tese de doutorado. Um trata-se de um sambaqui - Piaçanguera - e o outro sítio arqueológico - Tenório -, que embora também situado no litoral, não é um sambaqui. Disposto em terreno plano, arenoso e coberto por gramíneas, apresentou 73 esqueletos que foram minuciosamente comparados com 56 indivíduos escavados no sambaqui mencionado, trazendo à luz dados e interpretações importantes sobre o comportamento e as práticas mortuárias dos caçadores-coletores no sudeste brasileiro (UCHÔA, 2007).

As pesquisas nos referidos sítios foram realizadas em virtude da implantação de empreendimentos que impactariam a área, comprometendo assim, os registros arqueológicos que já haviam sofrido anteriormente outras ações antrópicas.

Em outro Estado limítrofe -Santa Catarina, - Pe. Alfredo Rohr -, um dos arqueólogos pioneiros no Brasil, também realizou pesquisas em diversos sítios arqueológicos que apresentaram um número significativo de esqueletos, dentre as quais, podemos citar: *Pesquisas paleoetnográficas na ilha de Santa Catarina* (1958), sítio que já estava parcialmente destruído pela exploração de areia, restando apenas 10% do seu total conservado e, que por meio de escavações foram resgatados 54 indivíduos entre crianças e adultos; *O sítio praia das laranjeiras II: uma aldeia da tradição ceramista Itararé* (1977), que descreve 101 sepultamentos; *O sítio arqueológico da praia da tapera: um assentamento Itararé e Tupi-guarani* (1972) que revelou 172 esqueletos e *O sítio arqueológico da Armação do Sul* (1969 e 1974) com a escavação de 86 esqueletos.

Esses sítios catarinenses também estavam localizados no litoral, sobretudo na ilha de Florianópolis e não se tratavam de sambaquis, como o sítio Tenório em São Paulo.

Essas informações, por sua vez, se forem consideradas sem a convenção geográfica da divisão por estados, contrastam ainda mais com número reduzido de sítios arqueológicos que apresentaram enterramentos no Paraná, pois as divisas/fronteiras atuais nada se comparam com

---

Maria Dulce Gaspar (MaDu Gaspar), professora do Programa de Arqueologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordena há algumas décadas pesquisas em sambaquis dos Estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina. Uma de suas obras sobre o tema é “Há uma estrutura funerária em meu sambaqui...Esse sambaqui é uma estrutura funerária” (SOUZA, et. al., 2013, s/p).

as áreas exploradas e territórios dominados pelos grupos humanos do passado, e prova disso é o padrão de assentamento dos grupos que habitavam o planalto sul brasileiro[3].

Souza e Rodrigues-Carvalho, pesquisadoras da área de Bioarqueologia, salientam que no Brasil, apesar das condições desfavoráveis de preservação, existem sítios arqueológicos ricos em vestígios humanos e que o estudo deles tem trazido algumas das mais importantes contribuições à pré-história da América. Para as autoras, embora tenha havido uma expansão na formação de profissionais na área, houve um decréscimo na escavação de esqueletos em sítios arqueológicos, além da diminuição de novas coleções museológicas com remanescentes ósseos quando comparadas às do final do século XX, o que retrata o lento desenvolvimento da Bioarqueologia no país, além de demonstrar maior preocupação com a preservação *in situ* por parte dos profissionais nas pesquisas de campo (SOUZA; RODRIGUES-CARVALHO, 2013, p. 552).

Sobre a questão da preservação *in situ* podemos destacar a *Carta de Laussane*, - documento internacional que orienta a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico -, publicada em 1990, pelo Comitê do Patrimônio Mundial e Comitê Científico Internacional sobre a Gestão do Patrimônio Arqueológico (ICOMOS /ICAHM), da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO) e da qual o Brasil é signatário[4], onde se preconiza que a conservação *in situ* deve ser o principal objetivo da conservação do patrimônio arqueológico, por ser um recurso extremamente frágil e não renovável, garantindo dessa forma, a permanência dessa herança - que pertence a toda a humanidade – para o usufruto das gerações atuais e futuras.

Segundo consta na Carta:

> (...) a coleta de informações sobre o patrimônio arqueológico deve ter como princípio norteador a não destruição das evidências arqueológicas, além do necessário, para garantia da proteção ou dos objetivos da investigação científica. Deve ser encorajada, sempre que possível, a utilização de métodos de intervenção não destrutivos, tais como: observações aéreas, de superfície, subaquáticas, coletas sistemáticas, levantamentos, sondagens, preferencialmente à escavação integral (Carta de Laussane, 1990).

[3] Também conhecido como Planalto Meridional está presente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

[4] Os signatários, nesse caso específico, são países-membros da UNESCO que participam da elaboração e assinam documentos (convenções, recomendações, declarações, acordos) de cooperação cultural internacional.

No caso das escavações arqueológicas envolvendo túmulos e cemitérios, a justificativa para a remoção de esqueletos humanos deve ser ainda mais plausível, uma vez que a questão ética nos estudos arqueológicos está sendo muito discutida em nível internacional, em razão desse tipo de intervenção ser considerada profanação e por esses terem sido alvo de saques desde o século XVI[5].

De acordo com a arqueóloga Tânia Andrade Lima, "a remoção formal de cemitérios para instituições de pesquisa tornou-se uma prática comum, legítima e inquestionável" até que os povos nativos de diversos países, sobretudo na América do Norte e Pacífico, começaram a se manifestar em favor da repatriação de seus mortos (LIMA, s/d, p.3).

Exemplo disso, a autora ilustra o caso das populações indígenas que passaram a reivindicar a repatriação e reinumação de seus mortos, considerando que além da destruição de sepulturas, a exibição dos corpos acentuava ainda mais os atos de desrespeito e humilhação às suas culturas, gerando discussões significativas com a comunidade científica que contesta a associação entre grupos indígenas ancestrais e atuais, alegando o direito à pesquisa em prol da humanidade.

Ressalte-se que no Brasil, sobretudo, muitos esqueletos foram removidos sem a pretensão de gerar conhecimentos científicos, na maioria das vezes em caráter emergencial para evitar sua mutilação ou desaparecimento. De acordo com Souza et all. , pesquisadores como Rohr, Simões, Heredia et al., entre outros, removeram nas décadas de 60, 70 e 80, blocos-testemunho com esqueletos humanos para fins didáticos e museográficos, que apesar de despertar o interesse para o público geraram pouca informação científica (SOUZA, et. al.,2013, p.134). Conforme o grupo de pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz, alguns blocos antigos vem sendo recuperados à luz de uma série de orientações para restauro e remanejamento, consistindo em uma nova oportunidade de coletar informações e produzir conhecimentos (SOUZA, et. al., 2013, p.134[6]).

Apesar disso, o maior agravante é que algumas coleções arqueológicas foram depositadas nos museus brasileiros, que padecem com a deterioração de seus acervos, falta de

---

[5] Segundo Ribeiro (2007, p.31), o século XVI é caracterizado pelo interesse sobre o passado nacional, no entanto, os contextos funerários eram abordados somente com a finalidade de busca de objetos valiosos enterrados com os mortos, e que os saques aos túmulos mantém-se como tônica desde os períodos mais antigos.

[6] Importa destacar que esses pesquisadores produziram relatórios de pesquisa que se encontram no Arquivo Central do IPHAN, seção do Rio de Janeiro.

investimentos e funcionários especializados em conservação/preservação, sendo muitas vezes esquecidos nas reservas técnicas. Ainda que simplificadamente, podemos considerar que há um cumprimento do ponto de vista da guarda dessas coleções, mas poucas ações destinadas à projetos expositivos, à conservação e às pesquisas desses acervos.

Sobre as condições das instituições de pesquisa e/ou guarda de materiais arqueológicos Lima e Rabello (2007) nos apontam que:

> (...) o ritmo vertiginoso das intervenções por contrato, direcionou o foco das atenções para as reservas técnicas existentes, deixando à mostra instalações precárias, ambientes inadequados, capacidade de guarda saturada, corpo técnico despreparado e materiais arqueológicos em deterioração, entre outros problemas (LIMA;RABELLO, 2007, p.245).

A exemplo das dificuldades encontradas na prática da preservação do patrimônio arqueológico brasileiro, a arqueóloga e advogada Regina Coeli Pinheiro da Silva salienta que:

> (...) embora as normas de preservação brasileiras prevejam ações que garantam os estudos prévios dos sítios arqueológicos ameaçados de destruição iminente, praticamente inexistem casos que os interesses econômicos sejam preteridos em favor das ações de preservação cultural. Raríssimas são as situações em que uma obra de grande impacto ambiental/arqueológico tenha tido seu curso ou local de instalação modificado em favor da preservação de sítios arqueológicos, mesmo daqueles excepcionais. O peso da balança não pende para o "prato" da arqueologia e sempre tende em favor das ações e decisões de base econômica (SILVA, 2007, p.68).

A título de exemplificação da legislação de outros países, podemos mencionar os Estados Unidos, onde existe uma série de leis estaduais proibindo a intervenção em cemitérios indígenas, além de uma lei federal "que dispõe sobre a proteção de túmulos de nativos americanos, designada como Native American Graves Protetion na Repatriation Act (THE NAGPRA)" (LIMA, s/d, p. 4).

O entendimento, em situações à luz das normas apresentadas acima, é de que os valores morais e espirituais não podem ser violados pelos interesses da ciência. Todas as culturas têm suas crenças em relação à morte e podem ter diferentes formas de tratamento aos mortos, sendo que o respeito a restos humanos é universal (LIMA, s/d, p.4).

Sobre as pesquisas arqueológicas realizadas na atualidade e os saques realizados historicamente em túmulos, os arqueólogos Renfrew e Banh refletem que,

> (...) la perturbación y el pillaje por parte del ignorante y el codicioso no pueden justificar la investigación arqueológica, aunque, sin duda, el investigador beneficia a más gente que el ladrón. Puede conciliar la arqueologia el respeto por los hombres de passado com la perturbación deliberada de sus restos, la destrucción de sus tumbas y la extracción de sus cuerpos y ajuares en contra de los deseos de grupos actuales que, por razones religiosas o de otro tipo, se consideran los representantes modernos de los muertos? Indudablemente el arqueólogo debe mostrarse sensible a este respecto. Cuando los descendendientes actuales presentan argumentos legítimos, la única alternativa reside en la negociación y el compromisso" (RENFREW;BAHN, 2013, p.551)[7].

A ideia de vida após a morte está presente na escatologia[8] de diferentes grupos humanos em diversas partes do mundo e suas sepulturas, na maioria dos casos constituem-se em uma forma de garantir a integridade da alma, conforme observamos na preocupação pelo cercamento dos túmulos por grupos indígenas brasileiros para evitar a invasão de animais[9].

O enxoval ou mobiliário funerário frequentemente encontrado também trata-se de um costume universal. Para Melaart[10] (1971, citado por Pomian 1984),

> (...). O mobiliário funerário, ora mais rico, ora mais pobre, conforme os casos, a partir do Neolítico tem sua existência comprovada. Na cidade mais antiga até agora descoberta (Çatal Höyük, na Anatólia, entre 6500 e 5700 a. C.), o conteúdo das tumbas já era claramente diferenciado em função do sexo e da função social das pessoas que aí estavam sepultadas (POMIAN, 1984, p.55).

Tais questões colaboram inclusive para legitimar a inexistência da dicotomia patrimônio material/imaterial, pois os enterramentos foram feitos dessa ou de outra maneira não por acaso, e sim porque os grupos humanos possuem valores sociais, morais e religiosos, que podem ser observados nas pesquisas etnográficas que serão descritas no capítulo que aborda os enterramentos no Paraná.

Por outro lado, algumas pesquisas realizadas no território brasileiro foram responsáveis por novas descobertas acerca das primeiras populações que habitaram o Brasil. Exemplo disso

---

[7] "(...) a perturbação e a pilhagem pelo ignorante e ganancioso não podem justificar a pesquisa arqueológica, mas certamente, o pesquisador beneficia mais pessoas que o ladrão. Poderá a Arqueologia conciliar o respeito pelos homens do passado com a perturbação deliberada dos seus restos mortais, a destruição dos seus túmulos e remoção dos seus corpos e mobiliários contra a vontade dos grupos existentes, que por motivos religiosos ou não, são considerados os representantes modernos dos mortos? Sem dúvida, o arqueólogo deve mostrar-se sensível a este respeito. Quando os descendentes atuais têm argumentos legítimos, a única alternativa encontra-se na negociação e no compromisso" (Tradução nossa).

[8] O termo escatologia refere-se à maneira como diferentes sociedades tratam seus mortos.

[9] Tal prática foi observada em etnias de diferentes estados brasileiros que pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê.

[10] MELLART, J. *Çatal Hüyük, une des premières cités du monde*. Paris: Tallandier, 1971.

é o recente trabalho do bioarqueólogo André Strauss que estudou 26 esqueletos na Lapa do Santo, no município de Lagoa Santa em Minas Gerais, para sua dissertação de mestrado na área de Genética e Biologia Evolutiva, pela Universidade de São Paulo. Nas suas análises, pode-se averiguar que os sepultamentos na região da Lagoa Santa não eram tão simples e homogêneos como apontavam pesquisas anteriores desenvolvidas na região (NEVES, 2013, p.49).

A pesquisa incluiu escavações das estruturas funerárias, uma ação necessária e imprescindível para a interpretação dos sítios cemitérios, uma vez que os locais de deposição dos mortos revelaram importantes aspectos culturais dos grupos humanos do passado, além das análises realizadas em laboratório[11], fundamentais para as discussões sobre as mudanças ocorridas no tratamento dado aos mortos na região da Lagoa Santa. O trabalho de Strauss estimula também os arqueólogos a enfatizarem outros vestígios associados, como material lítico, restos faunísticos em sítios com enterramentos, pois podem corroborar sobre as mudanças ocorridas nas práticas funerárias dos povos antigos.

O crânio de Luzia, datado de 11 mil anos e considerado o mais antigo das Américas também é proveniente da região da Lagoa Santa. Porém, foi escavado na década de 1970 pela arqueóloga francesa Anette Laming e estudado pelo bioarqueólogo Walter A. Neves somente na década de 1990, o que indica a necessidade de pesquisas aprofundadas das coleções que não receberam tratamento nas instituições de pesquisa.

De acordo com Neves, os primeiros estudos realizados com os remanescentes humanos oriundos das escavações arqueológicas na Lagoa Santa foram responsáveis por proporcionar um amplo conhecimento acerca das práticas funerárias de diferentes grupos que a habitaram, uma vez que,

> (...). A região da Lagoa Santa, localizada na zona central do estado de Minas Gerais, começou a ser ocupada por volta de 11 mil anos atrás. Entre 10 mil e 7 mil anos, ela foi densamente ocupada por populações caçadoras-coletoras, que entre 8,5 mil e 7 mil anos atrás passaram a enterrar sistematicamente seus mortos em abrigos rochosos e bocas de cavernas (NEVES, 2013, p.90).

E, novamente não se atendo aos limites geográficos atuais, tal prática funerária não foi exclusividade do povo que habitou Lagoa Santa, mas essencial a quase todos os locais com presença de cavernas no Brasil, inclusive no Paraná, conforme demonstraremos ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

---

[11] O estudo de remanescentes humanos arqueológicos, restrito a poucos profissionais e aos laboratórios foi por muito tempo prejudicado pelo isolamento científico (SOUZA, et. all, 2013, p.128).

De todo modo, o sepultamento em cavernas não foi a única prática funerária utilizada pelas populações que ocuparam o que hoje compreende o território paranaense em período anterior à chegada dos colonizadores.

Nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram identificadas inúmeras estruturas funerárias, denominadas *montículos*[12], que de acordo com dados etnográficos e históricos associados, tratam-se de construções mortuárias atribuídas a grupos do tronco linguístico Macro-Jê que estavam espalhados em todo o planalto meridional em período pré-colonial.

A literatura sobre os grupos *Jê - kaingang e xokléng* - no Paraná demonstrou que estes povos estavam espalhados nas terras altas (planaltos) com Floresta Ombrófila Mista (Floresta de Araucárias) e também nos Campos Gerais. Ali, estabeleceram-se nas proximidades de grandes rios e seus afluentes, como o Paranapanema, Tibagi, Itararé, Paraná, Iguaçu, Piquiri e Ivaí. Ocuparam ainda, partes do litoral" (CHMYZ, et al.,2008,p.13).

Com relação aos monumentos funerários dos *kaingang*, encontramos em Chmyz que "a sepultura era coberta com ramos e folhagem para impedir que a terra caísse sobre o cadáver, levantando-se então, um montículo de 10 a 12 palmos de altura e de forma cônica" (CHMYZ, et al.,2008, p.15). Entre os *xokléng*, "era comum a prática da cremação. Apenas as crianças eram enterradas" (CHMYZ, et al. 2008, p.19).

De acordo com Beber (2004),

> (...). Esses grupos caracterizaram um sistema de assentamento no Planalto Sul-Brasileiro. Esse sistema envolve quatro tipos de sítios diferentes, relacionados cultural e espacialmente: casas subterrâneas, assentamentos lito-cerâmicos, áreas entaipadas com montículos funerários e grutas com sepultamentos (BEBER, 2004, s/p).

No mapa a seguir (Fig. 1), podemos observar a área contígua do planalto Sul-brasileiro, atualmente subdividido em Planalto das Araucárias e Planalto da Bacia do Paraná. Em classificações anteriores, como a de Aroldo de Azevedo (1940/1950), de Azis Ab'Saber (1960) e Jurandyr Ross (1980/1990), o planalto Sul-brasileiro ou planalto Meridional abrangia os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

---

[12] Elevações de forma piramidal ou cônica, denominadas montículos apresentaram vestígios de ossos humanos, conforme descrito em BORBA (1908); BASILE BECKER (1976).

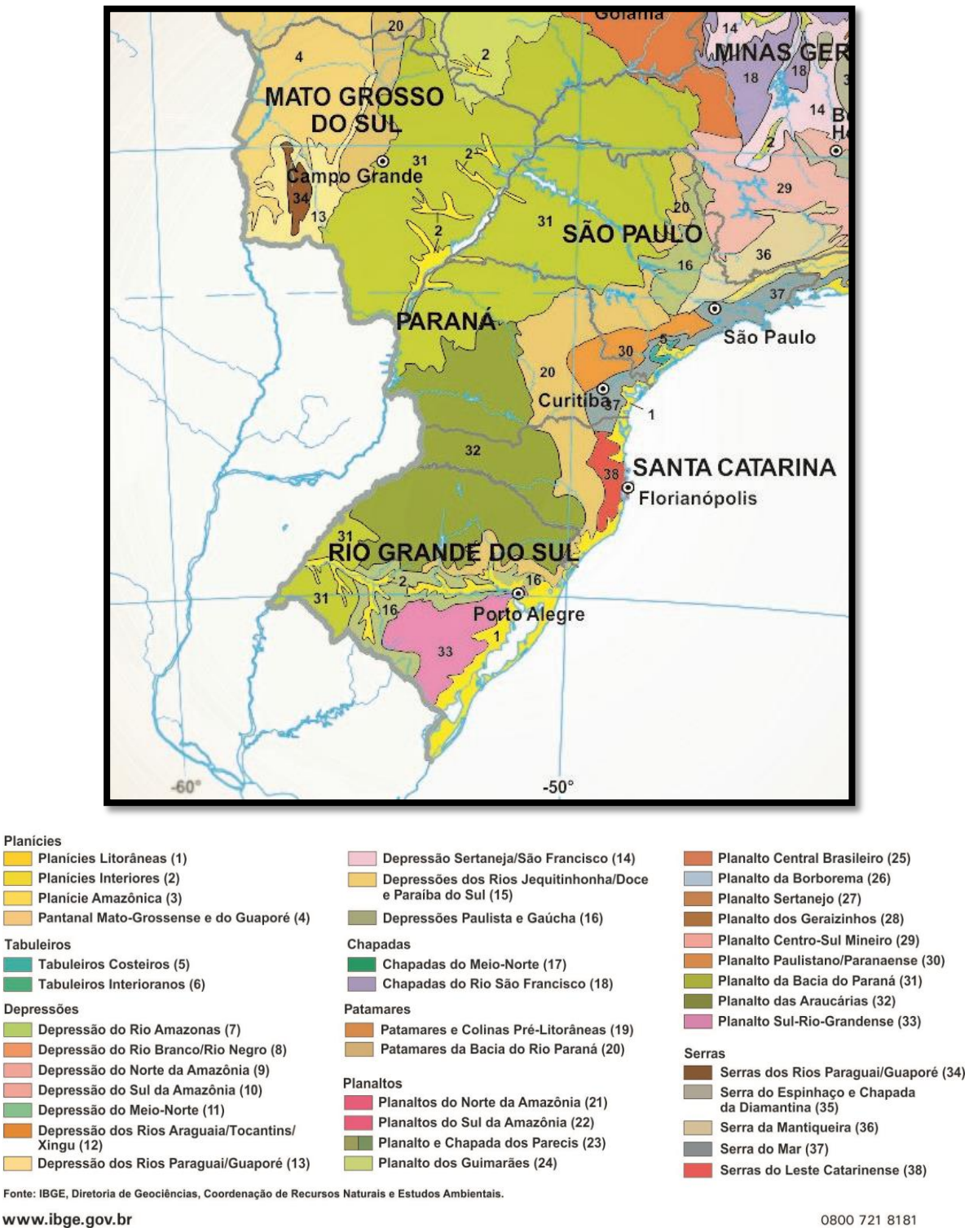


Figura 1: Recorte do mapa do relevo brasileiro elaborado pelo IBGE. Na nova classificação, o meridional ou planalto sul brasileiro está subdividido em planalto das araucárias e planalto da Bacia do Paraná. Fonte: http: // www.ibge.gov.br. Acesso em: 08/03/2015.

.

De grande proporção, como em quase todo o Brasil foi a ocupação no Paraná por indígenas da família linguística Tupi-Guarani, conforme constatamos a partir do levantamento

das fontes secundárias, em que frequentemente foi apontando o uso de urnas de cerâmica para a inumação de seus mortos.

Os grupos vinculados à família linguística Tupi-Guarani foram representados no Paraná pelos índios *guarani*. Estes "eram encontrados em todo o território, sendo mais numerosos no antigo território Guairá, nas áreas situadas entre os vales dos rios Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguaçu" (VOLCOV; SGANZERLA, 2011, p.44).

Estudos indicaram também que os sepultamentos ocorriam na própria aldeia *guarani*. "Na região do rio Paranapanema enterramentos foram registrados em vários sítios dispondo-se entre duas cabanas, na praça central da aldeia e também isolados, fora do alinhamento das habitações" (VOLCOV; SGANZERLA, 2011, p.45).

Porém, esse trabalho que corresponde ao *Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu*, foi um dos que apresentaram diversas urnas, mas que não continham evidências de ossos humanos.

O Padre Antonio Ruiz de Montoya, missionário jesuíta das reduções *guaranis*, ficou conhecido como "pai da filologia *guarani*". Seus relatos de cunho etnográfico, realizados no século XVII corroboraram nos estudos arqueológicos no que se refere às práticas sociais desses grupos: seus costumes, crenças, rituais e práticas funerárias.

No que tange aos enterramentos praticados por índios *guarani* no Estado do Paraná, o Pe. Montoya destacou que:

> (...). Julgavam os guaranis que ao corpo já falecido a alma o acompanhava na sepultura, embora separada. E assim muitos enterravam seus mortos numas urnas grandes ou talhas, colocando um prato na boca, para que naquela concavidade a alma estivesse mais acomodada, ainda que aquelas vasilhas eles as enterrassem até o gargalo. E, quando enterrávamos os cristãos na terra, acudia de jeito muito dissimulado uma velhinha, munida duma peneira assaz curiosa e pequena, e, da mesma forma velada ou fingida, agitava a tal peneira pela sepultura, como se tirasse qualquer coisa. À vista disso diziam os índios que com isso tiravam a alma do defunto, para ela não padecer enterrada com o seu corpo (MONTOYA, 1985, p.54).

No intuito de cotejar outros dados para verificação e/ou complementação dos que foram relatados até o momento, realizamos uma pesquisa nos arquivos da Superintendência do Iphan no Paraná e no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN). O resultado foi de fato um número inexpressivo de sepultamentos humanos, sejam dispostos em cavernas, com a construção de montículos ou com a utilização de urnas funerárias.

Entre os 2.989[13] sítios registrados no Paraná, não há nenhum que se enquadre na categoria sítio-cemitério[14]. Apenas 08 sítios multifuncionais apresentaram enterramentos, sendo que destes, 04 são sambaquis, restando apenas 02 sítios que apresentaram sepultamentos *Jê* e 02 sítios com enterramentos secundários em urnas *Tupi*, na região dos planaltos. As fichas também revelaram dezenas de urnas que não continham remanescentes ósseos[15] mas evidências que teriam sido utilizadas para enterramentos e montículos funerários que podem ter sido identificados, mas não necessariamente escavados.

A princípio, poderia se afirmar que isto indica apenas a ausência dessas informações na instituição, dado os objetivos do Cadastro, pois em um trabalho publicado em 1993, Parellada e Gottardi Neto, foram inventariados 269 sambaquis, em todos os municípios do litoral paranaense.

Já na revisão da literatura relativa às pesquisas efetuadas no interior do estado, identificamos que constam registrados os seguintes sepultamentos: 09 no sítio Estirão Comprido (BLASI, 1967), 04 no sítio Estádio (PARELLADA, 1993), 04 no sítio Morro dos Anjos (CHMYZ, 1999). Duas urnas funerárias encontradas em anos anteriores, contendo remanescentes ósseos conservados, foram mencionadas por Blasi na publicação sobre o sítio acima, e uma encontrada por um agricultor no município de Barracão.

Diante desse quadro de ocupação, pela quantidade de sítios líticos e cerâmicos cadastrados e de material que foi coletado, é no mínimo intrigante o fato de terem sido encontrados apenas 21 enterramentos (excluindo-se os sambaquis por sua particularidade) no imenso território paranaense.

Como podemos observar no mapa a seguir (Fig.2), quase a totalidade do relevo paranaense corresponde aos planaltos, restando uma pequena faixa de planície litorânea.

---

[13] Número atualizado em 14/04/2016 (Arquivos do Iphan/PR).

[14] A categoria sítio-cemitério foi definida por CHMYZ em 1976, como local onde são encontradas somente evidências de sepultamentos.

[15] Importante se faz ressaltar que as grandes vasilhas de barro também poderiam ter sido utilizadas para o armazenamento de bebidas e alimentos.

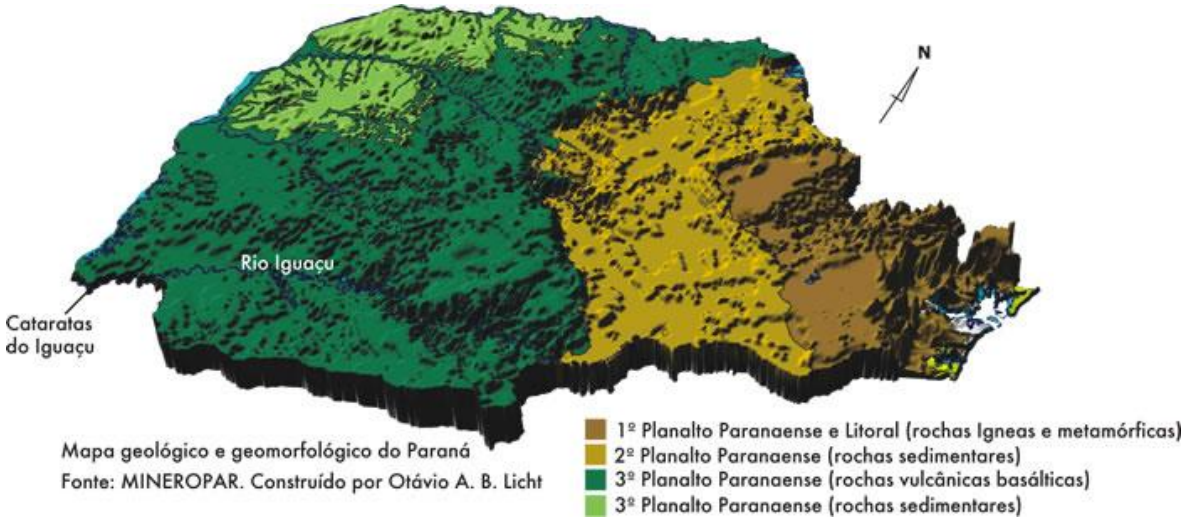


Figura 2: Mapa tridimensional geológico e geomorfológico do Paraná elaborado pela Mineropar. Em destaque os três planaltos paranaenses.
Fonte: http:// www.mineropar.pr.gov.br. Acesso em: 10/02/2015

De acordo com o geógrafo e geólogo alemão Reinhard Maack:

> (...). O litoral do Paraná é muito estreito e desempenha somente o papel de uma zona de passagem ou de uma porta para o oceano. Portanto, geograficamente e economicamente, o Paraná tem que ser considerado em primeira linha, como um Estado de planalto ou de interior (MAACK, 2012, p.136).

O interior do Estado foi vastamente explorado e ocupado por populações indígenas pré-históricas e históricas, conforme apontado anteriormente. No entanto, as ocorrências de sepultamentos dos períodos mais remotos de ocupação humana no Paraná, de 10.500 anos atrás como os registros mais antigos de grupos caçadores e coletores e 4.000 anos atrás, de horticultores e ceramistas, conforme Parellada, (2005, p.28), são parcas e, embora pudessem parecer mais óbvios, os restos mortais humanos nos locais que possuem relatos históricos de guerras e epidemias que envolvem tribos indígenas em diferentes regiões do Estado, são até o presente, quase inexistentes.

Deve-se considerar também que o Estado do Paraná não é homogêneo sob o ponto de vista pedológico, apresentando centenas de tipos de solos e inúmeras regiões calcárias.

E ainda com relação aos solos, pesquisas recentes continuam a revelar esqueletos humanos em diferentes regiões brasileiras, independentemente dos fatores ambientais, sobretudo da composição dos solos. Para Lopes, et all., "observações feitas nos últimos anos sobre o papel dos solos, ou camadas argilosas/ricas em ferro, podem atuar como inibidores da decomposição". A mesma constatação foi observada em remanescentes ósseos nos Sítios de

Terra Preta da Amazônia, associados à deposição de argilas vermelhas (LOPES, et all.,2013, p.275).

Durante cinco anos de atuação como técnica em Arqueologia na Superintendência do Iphan no Paraná, ao mesmo tempo em que não se tinha informações sobre a existência de cemitérios "formais" do ponto de vista arqueológico, ou mesmo de sepultamentos nas centenas de sítios encontrados durante projetos de Arqueologia Preventiva, a saber: usinas hidrelétricas, linhas de transmissão, rodovias, entre outros, que por vezes abrangem grande extensão territorial e vários municípios, notícias sobre as descobertas de esqueletos humanos com milhares de anos, esqueletos de crianças - um pouco mais raros de se encontrar - e áreas com concentrações de sepultamentos em outros Estados brasileiros contribuíam ainda mais para aguçar a curiosidade sobre o tema, e as perguntas sempre aumentavam.

Onde estariam então os restos mortais do homem pré-histórico paranaense, já que estudos apontaram para extensos territórios ocupados com populações numerosas?

Seriam em sua maioria, índios *xokléng*, ou os *kaingang* teriam utilizado a cremação em larga escala e, com o tempo, o uso e ocupação dos solos teriam contribuído para o desaparecimento dos montículos?

Existe muito ainda a ser descoberto ou no caso paranaense grande parte dos sítios foram destruídos?

A partir de comparações com sítios já estudados, poderiam ser estabelecidos padrões de localização de sítios com enterramentos e, com isso garantir que mesmo com o aumento de empreendimentos de grande porte, como os hidrelétricos, quando a Arqueologia é realizada em ritmo rápido de salvamento, esses sítios fossem identificados e pesquisados?

E mais, diante disto, quais seriam as áreas potenciais para a ocorrência de sítios arqueológicos com presença de enterramentos no Estado do Paraná?

Por fim, a pesquisa documental e das coleções arqueológicas poderiam fornecer novas interpretações?

A expressão "vida após a morte" foi utilizada neste trabalho no sentido de dar vida aos dados que estão esquecidos, ou até, de forma mais ousada, permitir que os restos mortais dos homens históricos paranaenses que porventura ainda estiverem encerrados nos vastos rincões do estado tenham "vida", isto é, recebam o tratamento merecido e adequado.

Várias questões podem justificar o interesse por esta pesquisa no âmbito do curso de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan. Dentre elas, elencamos o papel do Iphan, como órgão fiscalizador e gestor do patrimônio arqueológico

brasileiro, necessitando urgentemente conhecer e avaliar as condições e os riscos das coleções arqueológicas e da mesma forma dos acervos documentais a elas associados, que estão sob a tutela dos museus e instituições científicas de guarda de material arqueológico, por meio de seu diagnóstico, avaliação de riscos e proposição de medidas para a preservação destes.

Além disso, aponta-se para a possibilidade e importância da utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) no apoio às tarefas de preservação do patrimônio cultural, em especial na gestão do patrimônio arqueológico para obtenção, arquivo, gestão, manipulação e análise e difusão dos dados.

E, por fim, reitera-se a urgência de ações que legitimem e garantam a preservação *in situ*, dos remanescentes arqueológicos para sua sustentabilidade e usufruto das gerações futuras, inclusive de arqueólogos, que com o desenvolvimento e o aprimoramento de técnicas menos invasivas, possam gerar tanto conhecimento científico quanto por meio de escavações arqueológicas. No Brasil infelizmente, os empreendimentos nunca foram impedidos ou evitados pela presença de sítios de natureza arqueológica, excetuando-se em alguns casos, os bens tombados. A única exigência é a de que sejam pesquisados, devidamente registrados e que se produzam conhecimentos científicos. No Estado do Paraná, dois exemplos podem ser citados: o Sítio arqueológico Ouro Verde pesquisado por Parellada (2005) durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias no município de Boa Esperança do Iguaçu e o Sítio arqueológico Atalípio registrado por Miguel e Silva (2001) durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental da Pequena Central Hidrelétrica São Francisco, em Ouro Verde do Oeste. Os sítios, que eram representados por grandes lajes contendo gravações rupestres em formato de círculos concêntricos ficaram submersos após o barramento e a formação dos reservatórios.

Entendemos todas essas discussões como pertinentes para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, sendo, por isso, plenamente justificável a importância do estudo dos sítios arqueológicos que apresentaram enterramentos no Paraná, além de apresentar informações sobre as pesquisas já realizadas e as condições do legado arqueológico gerado, pode contribuir na atualidade, para discussões sobre ética e repatriamento e, sobretudo, para a preservação *in situ*, dos remanescentes arqueológicos como um todo, mediante toda e qualquer ameaça de destruição.

Dessa forma, o objetivo principal do trabalho é estudar os sítios arqueológicos com presença de enterramentos no Paraná por meio dos seus registros (acervos documentais e coleções), à luz de uma arqueologia interpretativa, relacionando as informações obtidas com as

características ambientais do território paranaense, sob o enfoque da Arqueologia da Paisagem, no intuito de colaborar para a localização de áreas potenciais para a ocorrência de remanescentes ósseos humanos e contribuir para a gestão do patrimônio cultural arqueológico.

Partindo da premissa que as culturas são manifestadas por meio de práticas sociais que ocorrem em um determinado espaço, e em uma variedade de escalas espaciais, a Geoarqueologia e a Arqueologia da Paisagem surgem como abordagens interdisciplinares para os estudos das sociedades pré-históricas e históricas.

Para o geógrafo e arqueólogo José Luiz de Morais (2011), o fator Geo é constituído pelas contribuições da Geografia, da Geomorfologia e da Geologia e bastante difundido em diversas partes do mundo, e que embora a interdisciplinaridade seja considerada imprescindível nos discursos sobre Arqueologia é muito pouco praticada no Brasil (MORAIS, 2011, p.28).

A Geoarqueologia pode responder questões formuladas pela Arqueologia e pode abranger, dentre outros fatores, a localização de sítios arqueológicos por meio de técnicas específicas do campo das geociências, a geocronologia e a arqueometria, por exemplo.

Já a Arqueologia da Paisagem une a Arqueologia com a Geografia e, com a consolidação da legislação brasileira de proteção ao meio ambiente, a temática aparece cada vez mais nos estudos e relatórios de impacto ambiental.

Trata-se de uma Arqueologia "não-destrutiva" (MORAIS, 2011, p.31), dependente do uso das geotecnologias, como por exemplo, o GPS, os Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), sistemas de gerenciamento de banco de dados, o que maximiza a qualidade dos resultados obtidos. Morais (2007) salienta que a:

> (...) arqueologia da paisagem é linha de pesquisa que melhor sustenta os estudos de arqueologia preventiva. Enquanto subcampo, ela estuda o processo de artificialização do meio, na perspectiva dos sistemas regionais de povoamento. Seu tema central é a reconstrução dos cenários das ocupações humanas, com foco na dispersão das populações pelo ecúmeno que gerou paisagens específicas. Fundamentada nas bases teóricas e conceituais das disciplinas de origem, a arqueologia da paisagem converge seus esforços em duas dimensões: *a matriz ambiental natural*, relacionada com o meio físico-biótico, e o *ambiente modificado*, relacionado com o meio socioeconômico e cultural. Ela se configura como uma estratégia de investigação para o estudo dos *processos sociais* em sua *dimensão espacial*, reconstruindo e interpretando a evolução da paisagem arqueológica e os padrões de assentamento a partir das expressões materiais da cultura (MORAIS, 2007, p.103, grifos do autor).

Conforme Morais (2011), "o ideal seria inserir os mapas no âmbito de um sistema de informação, mais conhecido por SIG, que não são simples sistemas gráficos ou de mapeamento, pois inter-relacionam, manipulam e analisam uma variedade de dados

geograficamente distribuídos. Além de mapear, este sistema providencia o armazenamento, o gerenciamento, o resgate, a exibição e a criação de dados referenciados geograficamente" (MORAIS, 2011, p.25).

Para o autor, "o mapeamento é o procedimento básico inicial" e que "o uso das geotecnologias para localizar, registrar e facilitar o gerenciamento do patrimônio arqueológico e paisagístico" é de suma importância para os órgãos de gestão do patrimônio arqueológico (MORAIS, 2000, p.4-5).

Desse modo, o produto final desta dissertação consiste no levantamento dos sítios arqueológicos que revelaram enterramentos no Estado do Paraná, proporcionando o conhecimento dos mesmos sob novos enfoques interpretativos, sobretudo no que se refere às discussões atualmente fomentadas sobre a preservação do patrimônio arqueológico.

O subproduto consiste na confecção de mapas com as informações dos fatores geoarqueológicos de implantação dos sepultamentos na paisagem, como também das áreas de maior potencial para a ocorrência desses registros no território paranaense, levando-se em consideração os fatores ambientais. A utilização do SIG nos estudos de Arqueologia Preventiva pode auxiliar o Iphan no gerenciamento dos recursos arqueológicos, nos estudos científicos em colaboração com as Universidades, na integração das diferentes áreas do conhecimento com as quais o órgão atua e principalmente na formulação de decisões frente aos projetos de desenvolvimento, quando os diferentes atores envolvidos (empreendedores, gestores ambientais públicos e privados, entre outros) fazem coro para justificar que as áreas já foram demasiadamente impactadas e que com certeza, não há a possibilidade de existência de sítios arqueológicos, com o aporte das agências ambientais estaduais, que definem sem rigor ou critério, quais obras necessitam ou não 'passar pelo Iphan'.

A gestão do patrimônio arqueológico no Iphan está intrinsecamente vinculada ao controle e monitoramento das atividades ou empreendimentos potencialmente causadores de danos ao Meio Ambiente, expressos nos processos de Licenciamento Ambiental, sob a responsabilidade das agências ambientais municipais e estaduais, quando for o caso, e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no nível federal. Desde a implementação da política nacional de Meio Ambiente na década de 1980, os trabalhos desenvolvidos pelos técnicos das unidades do Iphan nos Estados perpassam pela análise de projetos e relatórios de interferências ao patrimônio arqueológico inseridos nos Estudos de Impacto Ambiental e respectivos Relatórios de Impacto ao Meio Ambiente

(EIA/RIMA) e fiscalização dessas atividades, e visam o efetivo cumprimento das normas e leis de proteção dos bens da União.

Embora mantida no bojo das instituições de pesquisa científica do país, sobretudo Museus e Universidades, a Arqueologia atualmente têm predominância na iniciativa privada que, por meio das empresas que prestam serviços especializados na área, a denominada "Arqueologia por contrato" ou "Arqueologia Preventiva", corresponde, sem dúvida, a maior parte da produção técnico-científica desenvolvida hoje no Brasil, como também do trabalho desenvolvido pelo Iphan. O atendimento às descobertas arqueológicas e até mesmo as pesquisas em parceria com outras instituições que outrora predominavam, ainda existem, mas em número cada vez mais inexpressivo frente à Arqueologia das áreas impactadas.

Nessa seara, enquanto técnica atuante na gestão do patrimônio arqueológico do Paraná, buscávamos relacionar os conhecimentos obtidos na academia, com as questões cotidianas das atividades profissionais dentro da instituição. Já agregando ainda a minha formação na área de Geografia e aperfeiçoamento em Geografia e História do Estado, pude verificar que muitos temas se sobrepunham face à Arqueologia, como, por exemplo, quando o meio ambiente físico natural (Geologia, Geomorfologia, Vegetação, Solos, entre outros), configuram-se de suma importância para a localização e o entendimento da disposição/manutenção dos registros culturais arqueológicos no espaço.

Cabe destacar a influência do arqueólogo e professor Igor Chmyz, que durante décadas ministrou a disciplina de Arqueologia na Universidade Federal do Paraná, mantendo acesa a sua chama nas ciências afins, uma vez que até o presente, ainda não existem cursos de Graduação e Pós-Graduação nela instituídos.

Posto a síntese da literatura relevante para o tema, bem como os motivos que justificaram a escolha desse objeto de estudo, a presente dissertação foi organizada da seguinte maneira:

No capítulo 1 são abordados os conceitos e os pressupostos teórico-metodológicos da disciplina arqueológica, com os quais buscamos nos aproximar na presente pesquisa. A constituição do campo da Arqueologia no Brasil, com a justificativa de que se trata de um amplo recorte, para dar ênfase ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no estado do Paraná no sentido de facilitar a identificação dos principais atores, correntes de pensamento e práticas desenvolvidas historicamente no âmbito do Estado. Apresentamos como os bens arqueológicos passaram a serem considerados integrantes do patrimônio histórico e artístico

nacional, os dispositivos jurídicos que regulamentam sua proteção, bem como as dificuldades e perspectivas de gerenciamento desse patrimônio no âmbito institucional.

No segundo capítulo são apresentados os sítios que apresentaram enterramentos pré-históricos no Paraná, após explanação sobre a ocupação do território paranaense por meio das fontes etno-históricas e etnográficas, que abordam as principais populações indígenas e suas formas de enterramento, relacionando as características culturais de etnias específicas com informações obtidas de outros estados, que envolvem grupos dos mesmos troncos linguísticos estudados: Tupi e Macro-Jê.

O terceiro capítulo é subdividido em dois tópicos, sendo um dedicado à análise das características ambientais dos sítios identificados, a partir da elaboração de mapas temáticos por meio do SIG, verificando as áreas com potencial para conservação de remanescentes ósseos humanos, e outro abordando a condição dos acervos arqueológicos do Centro de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná, o CEPA/UFPR, associados aos sítios estudados nessa dissertação, com o diagnóstico da situação encontrada e sugestões de medidas de controle, conservação e preservação, para garantir a segurança e prolongar a vida útil das coleções arqueológicas e arquivos documentais associados.

1. De passado ‘morto’ nos túmulos para ‘vivo’ no museu?

1.1.A constituição do campo da Arqueologia

A Arqueologia é definida por Rahtz (1989), como “o estudo da cultura material em sua relação com o comportamento humano - as manifestações físicas das atividades do homem, seu lixo e seu tesouro, suas construções e seus túmulos” (RAHTZ, 1989, p.9).

Muitos séculos antes da Arqueologia ser considerada uma ciência, a busca pelo passado remoto do homem já havia instigado diferentes povos e durante o Renascimento na Europa “começaram a se formar os denominados ‘gabinetes de curiosidades’, onde eram reunidos objetos exóticos em geral, como ossadas de animais, amostras geológicas e, também, peças arqueológicas” (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, p.12).

No século XVIII, durante o Romantismo, o interesse pelo tema da morte desencadeou saques a muitos túmulos, pois estes se constituíam os maiores fornecedores de “relíquias” para os antiquários. Para a historiadora Marily Simões Ribeiro,

> (...) o interesse pelo tema da decadência e da morte manifestou-se na escavação de túmulos, o que contribuiu enormemente para o ‘Antiquarismo’ característico do século XVIII, centrado na busca de objetos de arte e de alto valor nos túmulos antigos. A morte como tema despertou uma atenção ainda maior pelos túmulos, mas não modificou a relação de saque de depredação na busca ao tesouro (RIBEIRO, 2007, p.33, grifado no original).

De fato, conforme nos acrescenta a arqueóloga Robrahn-González, os grandes museus da Europa, como o *Museu Britânico* em Londres, o *Museu do Louvre* em Paris e o *Museu Antigo* em Berlim, tiveram suas coleções adquiridas em Antiquários (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000, p.13).

Um dos marcos do século XVIII e que contribuiu para o desenvolvimento das escavações arqueológicas no mundo foi a descoberta das cidades de Pompéia e Herculano na Itália, embora suas buscas fossem direcionadas a objetos de arte para compor coleções e museus (PROUS, 1999; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2000; RIBEIRO, 2007).

No Brasil, a Arqueologia foi a princípio documentada nos relatos de viajantes, cronistas e jesuítas que conviveram com as tribos indígenas e descreveram os modos de vida destas por meio de seus textos escritos. Muitos desses documentos contribuíram sobremaneira para a

interpretação dos artefatos encontrados pelos arqueólogos e entendimento das manifestações culturais principalmente, das práticas de enterramento de diferentes grupos indígenas que ocuparam o território brasileiro, embora a cultura material tenha sido pouco enfatizada.

Posteriormente, com a instalação da corte portuguesa no Brasil, naturalistas europeus são contratados para realizar expedições sistemáticas e alguns que se dedicaram à natureza e as comunidades indígenas, como: Lund, Saint-Hilaire e Martius (PROUS, 1992, p.6).

São destaques na história da Arqueologia brasileira as pesquisas realizadas pelo botânico dinamarquês Peter Lund[16] em 800 grutas da Lagoa Santa, no Estado de Minas Gerais, região com altíssimo potencial arqueológico e o interesse de D. Pedro II pela formação do acervo do Museu Nacional, que conta com coleções raríssimas das primeiras escavações arqueológicas realizadas no mundo e em regiões brasileiras, como as cerâmicas marajoara e tapajônica da Amazônia.

Pode-se considerar a Arqueologia como uma ciência nova[17], pois seus estudos sistemáticos começaram tardiamente, em especial no Brasil. Praticada inicialmente no âmbito dos museus Paulista, Nacional e Goeldi no Pará, foi apenas na metade do século XX, com a chegada de pesquisadores estrangeiros que as pesquisas ganharam novo fôlego no cenário brasileiro.

Durante a década de 1950, o casal norteamericano de arqueólogos Betty Meggers e Clifford Evans estudou diferentes culturas na Amazônia, e os franceses Joseph Emperaire e Anette Laming-Emperaire os sambaquis paranaenses e paulistas. "Também em 1954-1955 uma missão brasileiro-americana chefiada por Wesley Hurt tornava sem sucesso, a procurar provas da associação da fauna extinta com o homem da Lagoa Santa" (PROUS, 1999, p.28).

No Paraná houve destaque para amadores[18] como o imigrante alemão Guilherme Tiburtius que reuniu ricas coleções de instrumentos e esqueletos provenientes dos sambaquis de Santa Catarina e do planalto paranaense (PROUS, 1996, p.11-12). Suas pesquisas

---

[16] Peter Wilhelm Lund considerado o pai da paleontologia brasileira encontrou ossos fossilizados de animais conservados há milhares de anos. "Na lagoa do Sumidouro, encontrou ossos humanos misturados a vestígios desses animais, hoje desaparecidos da terra" (PROUS, 1992, p.6).

[17] Embora as primeiras escavações arqueológicas tenham sido realizadas no século XVIII, a disciplina arqueológica passa a ser constituída apenas em meados do século XIX. No entanto, as primeiras contribuições científicas para a Arqueologia surgem somente após a Segunda Guerra Mundial, com o descobrimento da datação radiocarbônica, em 1949, nos Estados Unidos. (REFREW; BAHN, 2013, p.37).

[18] De acordo com Prous (1992), o período de 1950 a 1965 grandes amadores dedicaram a vida à Arqueologia com a colaboração de profissionais estrangeiros procuraram criar centros universitários de pesquisa. O autor comenta que "a palavra 'amador' tem, para muitos 'profissionais' brasileiros, uma conotação negativa, que não existe em outros países, onde estes recebem um treinamento adequado e são integrados às pesquisas oficiais" (PROUS, 1992, p.11).

conservaram muitas informações de sítios hoje desaparecidos, em uma época que não havia legislação contra exploração econômica e vandalismos. Contudo, muitas críticas foram feitas, especialmente com a acusação de destruição dos sítios. Os acervos arqueológicos que reúnem peças raras foram constituídos a partir do recolhimento por amadores, que na maioria das vezes buscavam alertar para a exploração e destruição, principalmente de sambaquis que eram utilizados para a pavimentação de estradas no Paraná.

José Loureiro Fernandes da Universidade Federal do Paraná foi um importante pesquisador paranaense nas áreas de Arqueologia, História, Geografia, Antropologia, Etnografia, Folclore, Linguística e Genética.

Na universidade ministrava disciplinas de Antropologia e Etnografia, atuou como diretor do Museu Paranaense nos períodos de 1936 a 1943 e 1945 a 1946 e fundou o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da UFPR (SANTOS, et all., 2006). Incentivou à realização de cursos e estágios de formação para a pesquisa brasileira com a orientação de profissionais estrangeiros.

Ele também participou de escavações arqueológicas em sambaquis em Matinhos e foi responsável pela elaboração de um decreto estadual de proteção aos sítios arqueológicos no Paraná. Este "foi o primeiro ato do poder público, em todo o país, protegendo, para estudos científicos, sítios arqueológicos brasileiros" (BLASI, 2005, p. 38). No entanto, como havia a exigência de um profissional de Arqueologia para pesquisá-los anteriormente à sua destruição e, naquele período, não havia arqueólogos suficientes, o instrumento jurídico não vigorou (BLASI, 2005, p. 38).

Finalmente, em 1961, com a promulgação da Lei n. 3924/61 de proteção aos sítios arqueológicos e pré-históricos, tema que será abordada no próximo item, e que teve como colaboradores Paulo Duarte criador do Instituto de Pré-história da Universidade de São Paulo, Castro Faria do Museu Nacional do Rio de Janeiro e também o professor Loureiro Fernandes, criador do Centro de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR), o interesse pela formação de arqueólogos brasileiros foi ampliado, sendo que a "Universidade Federal do Paraná teve papel relevante neste processo, promovendo cursos de formação: escavação e análise de material lítico sob a direção de A. Laming-Emperaire" (PROUS, 1999, p.29).

O casal francês Emperaire realizou pesquisas arqueológicas no Paraná sendo responsável pelas escavações no sítio arqueológico conhecido como a jazida José Vieira, que apresentou enterramentos humanos atribuídos a grupos Tupi-guarani. Essa jazida é uma das

poucas que evidenciaram remanescentes ósseos e que será detalhado no capítulo dedicado aos sítios com enterramentos.

Nesse período de formação da pesquisa arqueológica paranaense merece também destaque os estudos realizados pelo professor Oldemar Blasi, que foi o responsável pela continuidade nas escavações arqueológicas no sítio do Estirão Comprido que revelou, além de abundante material lítico e cerâmico, 09 sepultamentos humanos. Atuou como pesquisador e diretor do Museu Paranaense. Em parceria com profissionais de outros estados e estrangeiros, ele documentou importantes sítios arqueológicos paranaenses e em outros estados, como na Lagoa Santa em Minas Gerais com o arqueólogo Wesley R. Hurt, da Universidade de Indiana, nos Estados Unidos.

Atribui-se ao professor Igor Chmyz, de igual forma, o pioneirismo nas pesquisas arqueológicas sistemáticas, como também da Arqueologia realizada nas áreas a serem impactadas por grandes empreendimentos, a chamada Arqueologia por Contrato. Em 1965, ele participou do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), em trechos selecionados nos vales dos rios Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Iguaçu e Paraná.

Iniciou como estagiário do Setor de Arqueologia do Museu Paranaense em 1959. Em 1968 seguiu carreira de professor na Universidade Federal do Paraná e dedica-se ao Centro de Pesquisas e Estudos Arqueológicos, assumindo a direção desde 1985, coordenando projetos de Arqueologia acadêmica e por contrato.

Contemporâneo à legislação de proteção federal dos sítios arqueológicos, o Projeto Arqueológico Itaipu, realizado nas áreas de influência da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na fronteira do Brasil com o Paraguai, nasceu da iniciativa dos pesquisadores do CEPA/UFPR, que já previam que naquela região haveria grande potencial para sítios arqueológicos, como de fato ocorreu.

Mesmo após a aposentadoria compulsória, continua desenvolvendo e coordenando importantes pesquisas no Estado.

No Museu Paranaense as pesquisas arqueológicas tiveram continuidade com a arqueóloga Dra. Cláudia Inês Parellada, responsável pelo setor de Arqueologia desde 1985. Coordenou entre 1990 e 2013 diversos projetos envolvendo diferentes temáticas, como geoarqueologia, resgate, sensoriamento remoto, Arqueologia História, arte rupestre entre outras, incluindo a musealização da Arqueologia. Entre os trabalhos de salvamento arqueológico desenvolvidos pelo Museu Paranaense podemos citar: UHE Salto Caxias (1995-2001), Linhas de transmissão entre a UHE Salto Caxias e a Subestação Cascavel (2000),

Barragem Piraquara (2003-2006) e a Pequena Central Hidrelétrica Cavernoso II (2010-2013) (PARELLADA, 2014).

O exposto até o presente descreveu resumidamente o surgimento da Arqueologia no Brasil e a influência da Universidade Federal do Paraná no cenário nacional. Este recorte pode ter ocultado nomes importantes, mas tornou-se necessário uma vez que a pesquisa será desenvolvida nesse Estado brasileiro e, particularmente com os acervos documentais e coleções arqueológicas da referida instituição.

1.2. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a proteção do patrimônio arqueológico brasileiro

No Brasil, os bens culturais de natureza arqueológica passaram a ter relevância como patrimônio a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional[19] e a publicação do primeiro instrumento jurídico de proteção federal, o Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

O decreto, no seu Artigo 1º, define que:

> Art. 1º. Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico e artístico (BRASIL, 1937).

No entanto, para que esses bens sejam "considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional" deverão ser inscritos em um dos 4 (quatro) livros do Tombo, a saber: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas (BRASIL, 1937).

Dessa forma, houve uma limitação para a proteção dos sítios arqueológicos e acervos sob a guarda de instituições de pesquisa, pois somente os bens tombados de acordo com a referida lei, estariam sob a responsabilidade do órgão federal de preservação do patrimônio. A título de exemplo, no Paraná existem somente duas coleções tombadas no bojo do Decreto Lei nº 25/37,

[19] O SPHAN foi criado em 1936, sob a organização e direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade com a finalidade de conservar e enriquecer o patrimônio histórico e artístico e para torná-lo conhecido (ANDRADE, 2012, p.111). Na atualidade é denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

a coleção do *Museu Coronel Davi Carneiro* e a coleção *Etnografia, Arqueologia, Arte e História*, ambas sob a guarda do Museu Paranaense.

Sobre esse aspecto Rodrigo Melo Franco de Andrade[20], diretor do então SPHAN comenta que:

> (...) de fato, considerando-se que as coisas móveis e imóveis a proteger compreendem não só os monumentos e obras de valor histórico e artístico, mas também as de valor arqueológico, etnológico e bibliográfico e, ainda os monumentos naturais, os sítios e as paisagens notáveis, verifica-se que tal acervo para ser preservado eficazmente, talvez reclame uma organização e aparelhamento mais complexos do que comportará uma única repartição federal. (...) Prova da procedência dessas ponderações, pelo menos em relação às condições particulares do Brasil, é o fato da quase totalidade dos bens inscritos nos Livros do Tombo instituídos pelo Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 consistir em imóveis de valor histórico e artístico, não tendo até agora o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional conseguido proceder ao tombamento necessário de um acervo razoável dos bens daquela naturaleza (*sic*) existentes no país, nem muito menos correspondente às coisas de valor arqueológico, etnológico e bibliográfico ou a monumentos naturais e paisagens notáveis (ANDRADE, 2012, p. 118-119, grifo nosso).

Apesar das adversidades, a partir do Decreto-Lei nº 25/37 os bens culturais de natureza arqueológica começaram a ter visibilidade no cenário nacional, como também de antemão, definiu o Iphan como órgão responsável por sua proteção. Porém, não impediu que muitos sítios arqueológicos fossem destruídos para aproveitamento econômico, como no caso dos sambaquis que eram utilizados para a fabricação de cal. No Paraná, de acordo com Blasi "(...) principalmente os sambaquis, eram, implacavelmente, destruídos pelas Prefeituras, Departamentos de Estradas e Rodagens e Rede Ferroviária" (BLASI, 2005, p. 38).

Nesse período, a necessidade de uma regulamentação para efetivar a proteção ao patrimônio arqueológico, impulsionou a publicação da Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

A Lei nº 3.924/61 define que os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional ficam sob a guarda e proteção do poder público e que a propriedade da superfície, regida pelo direito comum, não inclui a das jazidas arqueológicas ou pré-históricas e nem dos objetos associados (BRASIL, 1961).

---

[20] Advogado. Atuou no movimento modernista em 1922, quando se aproximou de Mário de Andrade. Em 1930 foi chefe de gabinete da pasta de Educação e Saúde Pública e, em 1936, "foi designado pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, para organizar e dirigir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)" (THOMPSON, 2009, p.151).

Isso significa, conforme a advogada Castro, que as jazidas arqueológicas não necessitam do tombamento para serem preservadas. "A proteção se dá *ex vi legis*, isto é, imediatamente, por força da própria lei e, por tal motivo prescinde de processo ou ato administrativo, pois seus efeitos decorrem da vigência da lei" (CASTRO, 2009, p.20)[21].

Ainda para a autora, a preservação das jazidas arqueológicas, "considerada sob o ponto de vista científico, visa também controlar a exploração sistemática desse bem cultural" (CASTRO, 2009, p.20), na medida em que há a exigência da atuação de um pesquisador.

Como já foi mencionado no início do trabalho, embora os bens de natureza arqueológica sejam considerados como pertencentes à União, não consistem em impedimento para a realização de nenhuma atividade ou obra, de acordo com o art. 3º da Lei nº 3.924/1961, em que consta que:

> Art. 3º. São proibidos em todo o território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e objetos enumerados nas alíneas **b**, **c** e **d** do artigo anterior, antes de serem devidamente pesquisados, respeitadas as concessões anteriores e não caducas (BRASIL, 1961, grifo nosso).

A ênfase dada aos sambaquis reflete a situação de exploração econômica apontada anteriormente. Entretanto, a lei se estende a outros diferentes locais, também considerados monumentos arqueológicos ou pré-históricos, conforme definição disposta no seu artigo 2º

> a) as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, **poços sepulcrais**, **jazigos,** aterrados, estearias e quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico, a juízo da autoridade competente;
> b) os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoamenríndios, tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
> c) os sítios identificados como **cemitérios**, **sepulturas** ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento "estações" e "cerâmios", nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
> d) as inscrições rupestres ou locais com sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividades de paleoameríndios (BRASIL, 1961, grifo nosso).

[21] Vale ressaltar que o fato de sua proteção já estar prevista em uma lei específica não há impedimento para que qualquer bem (sítio, coleção, peca) arqueológica seja tombada por sua representatividade e excepcionalidade.

Como podemos observar, as sepulturas e cemitérios estão da mesma forma, salientados no dispositivo jurídico, dada a importância desses sítios para compreensão do passado, como já havia sido observado na memória do *Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Natureza*, ocorrido em 1935 na cidade do Rio de Janeiro sob os auspícios do Museu Nacional. No item 6 do documento citado por Andrade, há menção de que uma das ações necessárias, era "assinalar os cemitérios indígenas ou em exploração e outros análogos, para evitar a reexploração e identificação, em especial, os Enterratórios dos Tupis Históricos" (ANDRADE, 2012, p.104). O que já indicava uma iniciativa de atenção especial com os sítios dessa natureza, muito antes da publicação da lei de proteção aos bens arqueológicos.

A lei consolidada há algumas décadas no Brasil permite a escavação de cemitérios pré-históricos, diferentemente do que ocorre em outros países, como já foi citado, sendo que a única exigência é de que os bens arqueológicos fiquem sob a propriedade do Estado.

Essa determinação ficou bem esclarecida, a partir da publicação da Portaria SPHAN nº 07 de 1 de dezembro de 1988, que orienta os procedimentos para escavações arqueológicas no país, com o propósito de resguardar os objetos de valor científico e cultural localizados nessas pesquisas. Além da exigência do endosso institucional, que se refere à instituição de pesquisa que será responsável pela guarda do material recolhido durante as pesquisas, concluídos os estudos, devem ser apresentadas as listagens dos sítios arqueológicos cadastrados durante o desenvolvimento do projeto e a relação definitiva de material arqueológico recolhido, com informações sobre seu condicionamento e estocagem, assim como indicação precisa do responsável pela guarda e manutenção do material (BRASIL, 1988).

Cabe mencionar que o registro oficial dos sítios foi determinado na Lei 3.924/1961, por meio do seu artigo 27, atentando para importância da preservação e estudo dos bens arqueológicos. Na rotina do Iphan, o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos torna-se importante ferramenta comprobatória da potencialidade e presença de sítios em determinadas áreas, contribuindo para atestar a necessidade de execução de estudos arqueológicos nos terrenos a serem impactados, mas principalmente para garantir sua proteção perante aos Direitos Civil e Penal.

Ainda com relação à exigência de estudos, reforçamos que o registro, a delimitação e a preservação *in situ* deve prevalecer sobre à escavação, principalmente quando os bens arqueológicos estiverem situados fora das áreas a serem diretamente impactadas por projetos desenvolvimentistas. Além das estratégias que podem ser utilizadas hoje para amostragem de

sítios, a grande preocupação atualmente advém do crescimento dos acervos arqueológicos no país.

A Constituição Federal de 1988 assegurou ainda que os sítios arqueológicos pertencem à União e, nesse sentido, os acervos que estão sob a guarda das instituições museológicas ou de pesquisas científicas, também estão sob a tutela do Iphan, embora em 2007 tenha sido criado o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM -, a partir do desmembramento do antigo Departamento de Museus do Iphan.

A partir da década de 1980, as primeiras legislações ambientais passaram a exigir estudos de impactos em decorrência de empreendimentos e atividades capazes de causar danos ao Meio Ambiente. Nesse período, a construção de grandes obras, como usinas hidrelétricas começaram a revelar uma grande quantidade de acervos, e até o presente, como já foi explicitado, existe muita dificuldade para o tratamento dos mesmos no âmbito das instituições de guarda brasileiras, como também para o gerenciamento por parte do Iphan.

Entendemos que o Iphan possui um papel ainda maior, considerando a publicação do seu Regimento Interno, por meio do Decreto nº 6.844 de 07 de maio de 2009, quando ficou definido como sua atribuição "proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro" (BRASIL, 2009). Dentre as ações ao instituto designadas, citamos as que mais se enquadram no presente trabalho:

> (...)
> II – promover a identificação, a documentação, o cadastramento, o tombamento e o registro do patrimônio cultural brasileiro;
> (...)
> V – promover e estimular a difusão do patrimônio cultural brasileiro, visando a sua preservação e apropriação social;
> VI – Fiscalizar o patrimônio cultural protegido pela União com vistas a garantir a sua preservação, uso e fruição;
> (...)
> (BRASIL, 2009).

Além disso, toda documentação sobre o patrimônio cultural brasileiro, deve ser amplamente difundida, principalmente no que se refere aos bens arqueológicos, que por estarem na maior parte das vezes "escondidos" embaixo dos solos ou nas reservas técnicas dos museus, têm sua existência desconhecida pela maior parte da população. Para efetivar sua proteção é necessário também torná-los cada vez mais acessíveis e valorizados hoje e no futuro. Se por um lado houve um aumento nas pesquisas em razão dos projetos de desenvolvimento econômico, ainda há muita falta de conhecimento sobre sua importância.

Além disso, conforme Silva et. al.,

> (...) não é raro presenciarmos casos de comunidades que tiveram seus bens arqueológicos levados para outros locais, sendo que ao menos lhes fosse explicado do que se tratava e para que serviam. A figura do 'pesquisador' da cidade grande que de vez em quando aparece para escavar e levar o material sem dar satisfação à comunidade é muito comum em nosso país. Nesse caso, o arqueólogo age como cientista, anulando o aspecto cultural. Se uma ponta, um recipiente de cerâmica, tem valor científico, esse valor está representado uma informação que poderá ser retirada dessa peça para a reconstituição de nossa cultura (SILVA, et. al., 1986, p.24, grifos das autoras).

Ainda para as autoras,

> É de se lastimar que grande parte do nosso acervo cultural esteja armazenada nos depósitos dos museus, ou transcrita em linguagem científica, em boletins e revistas especializadas. Tanto é importante que se impeça a destruição de um bem arqueológico pelas pás de um trator, a consequente recuperação da informação contida nesse bem, quanto a entrega dessa informação ao seu verdadeiro proprietário, a comunidade, a qual não chega nem a perceber que está sendo espoliada em seu patrimônio (SILVA, et. al., 1986, p.24).

Nesse sentido, observa-se a amplitude que envolve a gestão do patrimônio arqueológico, que deve estar sempre voltada para a apropriação dos bens culturais pelas comunidades de onde forem retirados e ponderar sobre repatriamento das coleções arqueológicas e sobre a ética das escavações envolvendo túmulos e cemitérios.

Oosterbeek (2009) reflete sobre a *Declaração Internacional de Calamosca*[22], de 1998, que afirma três princípios muito simples, mas que indicam uma nova abordagem sobre o patrimônio cultural, que são considerá-lo como memória coletiva da humanidade, como um recurso não renovável e que deve ter a sua preservação voltada no contexto do desenvolvimento sustentável (OOSTERBEEK, 2009, p.21).

O autor defende a importância da articulação entre gestão e investigação, argumentando que:

> (...) este impacto crescente da pré-história e da arqueologia na sociedade, é mediatizado pela emergência dos programas de gestão integrada, que se preocupa da identificação, estudo, preservação, recuperação e valorização desses fragmentos da

[22] A Declaração Internacional de Calamosca tem como princípio a qualidade na gestão do patrimônio cultural. "O patrimônio cultural é a memória coletiva da humanidade, recurso não renovável e cuja gestão de qualidade deve orientar-se pela sua preservação, no contexto do desenvolvimento sustentável. Esses conceitos avançam no sentido de propor uma mudança que incorpora o sentimento de fragilidade do patrimônio cultural e natural e a promoção da qualidade de vida com a proteção do meio ambiente" (SOUZA, 2012, p.227).

> memória, é também ele um elemento essencial na credibilização destes conhecimentos, no quadro da definição das ‘condições de verdade’’. De facto, é pela integração da valorização com a investigação que as interpretações poderão ganhar, cada vez mais, uma eficiência social. A valorização é o processo de saída da arqueologia e da pré-história da sua torre de marfim, rompendo com o isolamento em que, apesar de tudo, ainda se encontram (OOSTERBEEK, 2007, p.47, grifo do autor).

Diante dessas importantes premissas definidas em nível internacional, evidenciamos que a importância da conservação *in situ* deva ser um dos principais motivadores da gestão do patrimônio arqueológico, como também sua conservação em longo prazo, incluindo os cuidados dedicados à documentação e às coleções a ele relacionadas, conforme os objetivos expressos na Carta de Laussane (1990).

A UNESCO se manifesta contrariamente a translação em oposição à conservação do patrimônio em seu contexto regional e incentiva o engajamento e a participação do grande público, que em certos casos, como de populações autóctones, poderão ser responsáveis pela proteção e gestão dos seus monumentos e sítios. Para tanto, devem ser priorizadas ações para que a sociedade compreenda a necessidade de proteger esse patrimônio. E a comunidade científica, por sua vez, vem definindo protocolos que visam a mínima interferência nos sítios e a utilização de métodos menos invasivos, advindos de outras Ciências, como a Biologia Molecular e a Medicina, por exemplo.

Uma outra questão importante é apontada por Souza no projeto *Passivos Ambientais na Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico*, a necessidade de “criar instrumentos de gestão patrimonial a fim de se obter um sistema de gestão e informação arqueológico brasileiro” (SOUZA, 2009, p.121). Ela ainda salienta que as novas perspectivas tecnológicas para a gestão do patrimônio arqueológico brasileiro são “substancialmente importantes para a elaboração de políticas públicas” (SOUZA, 2009, p.121).

Nessa perspectiva, os novos procedimentos definidos pelo Iphan para a realização de pesquisas arqueológicas, por meio da Instrução Normativa nº 001 de 25 de março de 2015[23], torna necessária a apresentação da área do empreendimento em formato *shapefile*[24]. Sem

---

[23] A Instrução Normativa nº 1 de 25 de março de 2015, estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

[24] “Formato bastante corrente para dados vetoriais é o assim chamado formato ‘shapefile’ (*shp). Um ‘shapefile’ inclui somente objetos da mesma dimensão espacial, formando assim, um tema pontual, linear ou areolar (polígono). Objetos de diferentes dimensões não podem ser misturados num tema. Áreas são tratadas no formato *shapefile* como polígonos fechados e objetos individuais. Resulta disto uma redundância ao arquivar, visto que os limites entre dois polígonos são arquivados duas vezes” (BLASCHKE; LANG, 2009, p.53).

dúvida trata-se de um avanço para os instrumentos de gestão do patrimônio arqueológico, como para os outros bens acautelados pelo Iphan, sejam eles tombados, registrados e/ou valorados, pois, a partir da inserção do *layer*, que significa camada em um SIG, poderão ser cruzados dados ou mapas de localização desses bens, apresentando futuros impactos ou não, em decorrência de alguma obra ou atividade.

No caso da Arqueologia, pode auxiliar também para verificar se existe sobreposição com áreas de sítios arqueológicos, ou ainda, no momento da inserção de um novo sítio em um banco de dados específico, verificar se o mesmo não coincide com outro já cadastrado, impossibilitando dessa forma, a duplicação de registro.

Apresentamos a seguir os pressupostos teóricos e metodológicos que embasaram a presente pesquisa.

1.3. Arqueologia pré-histórica e Arqueologia histórica

> *Sobre aquele longo período da história humana que constitui a Pré-História, não possuímos descrições exatas de culturas. Encontramos somente os utensílios que as pessoas faziam, os lugares onde viviam, as sepulturas nas quais enterravam seus mortos. Robert J. Braidwood*

Existe uma discussão, um verdadeiro embate no âmbito das ciências humanas acerca do termo pré-história, não com tanta ênfase na Arqueologia, por ser entendido como uma simples convenção. Sobre essa questão Orser Jr. Aponta que:

> Na América do Norte, os arqueólogos tratam de dois períodos históricos: pré-história e história. O período pré-histórico, domínio de estudo de arqueólogos pré-historiadores, inicia-se com as mais antigas ocupações aborígenes do continente, em cerca de 10000 a. C., e termina com a presença dos colonos europeus. O período histórico, época estudada pela Arqueologia histórica, começa com os europeus até o presente. Estes dois períodos existem em qualquer parte do Novo Mundo com presença de europeus. No Novo Mundo, o período pré-histórico foi habitado apenas por povos nativos, enquanto, em época histórica, outros povos começaram a habitar regiões anteriormente povoadas somente por nativos (ORSER Jr., 1992, p.18).

Alguns historiadores argumentam que sendo a História essencialmente humana, não pode existir passado humano sem História. Concordamos com tal afirmação, porém

entendemos que existe um passado escrito pelo homem e aquele que só pode ser conhecido por meio da Arqueologia (CHMYZ, 2001, p.1).

"O material que o pré-historiador utiliza e interpreta é o remanescente não escrito do passado do Homem, o testemunho mudo e silencioso das origens dos primeiros acontecimentos: ferramentas, armas, habitações, templos, pinturas, túmulos, caminhos, fortificações, etc" (CHMYZ, 2001, p.1).

Ademais, é necessário lembrar que a História narrou por um bom tempo apenas os acontecimentos mais relevantes e as pessoas mais importantes em determinados períodos e regiões. Ja Arqueologia se interessou pelo passado de toda a humanidade, representada em cada sítio arqueológico encontrado.

De acordo com Prous,

> (...) os pré-historiadores têm de dispor de métodos específicos para estudar os vestígios materiais fornecidos pela Arqueologia, a qual dispõe de um conjunto de métodos e técnicas (procura desenvolver também um campo teórico próprio) que permite localizar, analisar e interpretar os indícios materiais da presença e da atividade dos homens no seu quadro natural e artificial (PROUS, 1999, p.19).

O autor ressalta a vocação interdisciplinar da Arqueologia, pois seus objetos se confundem com os das ciências humanas, no intuito de "entender as adaptações, o desenvolvimento, o funcionamento e as representações simbólicas das sociedades" (PROUS, 1999, p.21).

No caso da Arqueologia Histórica, os arqueólogos também utilizam os documentos escritos nas suas pesquisas. Najjar (2005) aponta que no Brasil, a Arqueologia Histórica se estabeleceu na década de 1960, quando foram realizados os primeiros estudos nas ruínas de aldeias espanholas e missões jesuíticas do século XVI. A autora especialista em Arqueologia Histórica, também enfatiza a multidisciplinaridade nesse campo específico da Arqueologia, uma vez que "os estudos em arqueologia histórica mostram o caráter multidisciplinar da arqueologia como disciplina científica" e "(...) artefatos, documentos escritos, informação oral e a própria arquitetura podem informar-nos sobre as relações entre os ocupantes desses sítios e como eles se relacionavam com a sociedade" (NAJJAR, 2005, p.17).

Sobre o campo de pesquisa dos arqueólogos na atualidade, Orser Jr. (1992) salienta que a maioria dos profissionais tem consciência de que inclui um grande número de campos correlatos, como a História, a Antropologia, a Geografia histórica e cultural, a Economia política e a Cartografia.

No presente trabalho, utilizamos o termo sítios arqueológicos pré-históricos que apresentaram enterramentos, porque essas evidências são de grupos indígenas muito antigos que habitaram o território paranaense, dos quais não se dispõem de fontes documentais.

Pesquisas arqueológicas nas áreas onde foram estabelecidas reduções jesuítico-guaranis e cidades espanholas no Paraná, das quais se tem amplo registro histórico de epidemias durante o contato e conflitos também já foram realizadas e geraram grande acervo arqueológico, porém, até o presente não revelaram sepultamentos humanos daquele período.

1.4. As Arqueologias interpretativas: Processual e Pós Processual

A Arqueologia tem por objetivo a reconstituição dos modos de vida das populações pretéritas e sua interação com o ambiente. Para Rahtz, a Arqueologia que durante muito tempo foi sobretudo, descritiva, possibilitando o conhecimento por exemplo, de como algumas culturas enterravam seus mortos é atualmente mais ambiciosa, pois "procura deduzir não apenas o que aconteceu, mas porque aconteceu. Por que em certas épocas e em certos lugares as pessoas cremavam seus mortos, em vez de enterrá-los?" (RATHZ, 1989, p.10).

A busca por uma Arqueologia mais interpretativa, que trouxesse à luz várias questões levantadas pelos arqueólogos, e que não se resumisse na mera acumulação e classificação de dados desencadeou o desenvolvimento da Nova Arqueologia ou Arqueologia Processual.

A Arqueologia Processual surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos tendo como principais precursores Binford, Willey y Phillips. A nova geração de arqueólogos defendia que:

> (...) el razonamiento arqueológico debía ser explícito. Las conclusiones no debían basarse simplesmente en la autoridad personal del especialista que elaboraba la interpretación, sino em argumentos. Para esto contaban com los conceptos comunes dentro de la filosofia de la ciência, em la cual las conclusiones, si se consideraban válidas, debían ser susceptibles de ser contestadas (REFREW & BAHN, 2013, p.40)[25].

A maior crítica que se fazia da Arqueologia praticada até então, para além da descrição, era a de tentar elaborar generalizações como nas outras ciências, não levando em consideração

[25] "O raciocínio arqueológico deveria ser claro. As conclusões não deviam ser baseadas apenas na autoridade pessoal do especialista que elaborava a interpretação, porém em argumentos. Para isso contavam com conceitos comuns dentro da Filosofia e da Ciência, na qual as conclusões para serem válidas, deviam ser suscetíveis à contestação" (Tradução nossa).

a diversidade cultural, as influências de culturas sobre outras, tampouco as características regionais.

O trabalho de Saldanha (2005) sobre os grupos *Jê* do Rio Grande do Sul enfatiza bem a problemática da tentativa de classificação das culturas arqueológicas em Tradições e Fases[26] e atenta para a variedade tecnológica e estilística dos artefatos, processos de simbiose e troca com grupos distintos, diferenças na estrutura dos assentamentos em termos regionais, transição do período pré-cerâmico para cerâmico, a existência de hierarquias no período pré-contato, entre outros (SALDANHA, 2005, p.9).

Renfrew e Bahn (2013) ressaltam que os arqueólogos tradicionais pensavam que seria possível reconstituir o passado como em um quebra-cabeça. Para os autores, na Arqueologia Processual o mais adequado é formular hipóteses, elaborar modelos e deduzir consequências. A investigação deve servir para resolver problemas específicos e não para somente acumular dados sem relevância.

Para Binford (2012), somente o

> (...). conhecimento holístico das características funcionais e estruturais dos sistemas culturais poderá a arqueologia investigar as questões relativas e alterações evolutivas nos subsistemas social e ideológico. Para isso, Binford advogava, entre outras metodologias o uso da etnoarqueologia[27] (BICHO, 2012, p.72).

De acordo com arqueólogo português Bicho (2012), a discussão no âmbito das universidades norte-americanas acerca dos limites da Arqueologia, chegou a classificá-la como uma simples técnica, uma vez que as metodologias que utilizava eram provenientes de outras ciências. Além disso, mostrou que a maioria dos "trabalhos arqueológicos realizados não haviam levado em consideração várias possibilidades ou alternativas de explicação do mesmo fenômeno arqueológico". Com frequência, não eram utilizados ou analisados todos os dados e que havia falhado na busca por métodos e técnicas tanto arqueológicas, como de outras ciências (BICHO, 2012, p.77).

Por outro lado, a tentativa de estabelecimento de leis gerais perdurou na Arqueologia Processual, de modo que esta passou a ser criticada pela tentativa de inserção demasiada dos

---

[26]As Tradições e Fases foram estabelecidas pelo PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), com ampla classificação dos vestígios arqueológicos dentro do território brasileiro (SALDANHA, 2005, p.20).

[27] A Etnoarqueologia engloba a aplicação de estudos etnográficos realizados com sociedades remanescentes em várias partes do mundo, para entendimento do modo de vida das populações pretéritas que habitavam nos sítios arqueológicos escavados.

princípios gerais das outras ciências, sobretudo da utilização da etnologia, pois a partir da analogia, haveria uma tendência a considerar o comportamento humano como uniforme, além da dificuldade de reconhecer características que seriam comuns a toda a humanidade daquelas específicas de determinado grupo (BICHO, 2012, p.77).

Dessa forma, surge a Arqueologia Pós-Processual ou Contextual cuja maior contribuição se atribui ao arqueólogo norte-americano Ian Hodder. Para ele, "los arqueólogos tendem, por lo general, a forzar sus materiales para que puedan encajar com los estilos, culturas, sistemas y estruturas, y prefierem ignorar el problema 'acidental' de la variabilidade individual" (HODDER, 1994, p.168)[28].

A Arqueologia Contextual preconiza que é necessário conhecer todos os aspectos internos de uma cultura arqueológica para que se possa conhecer cada um dos seus elementos ou partes, como por exemplo, a cosmologia, estilos artísticos, simbolismo e religião, devendo considerar com muita atenção, o contexto arqueológico, que não se limita aos aspectos materiais ou empíricos do contexto de cada sítio ou objeto (BICHO, 2012, p.78).

Conforme Shanks; Hodder[29] (1999, citado por BICHO, 2012),

> (...). o arqueólogo vira-se não para as características universais dos materiais, mas sim para as semelhanças e diferenças internas desses materiais. Assim, talvez os machados de calcários sejam encontrados em inumações femininas, enquanto que os machados de pedra dura, sejam encontrados em inumações masculinas. Este padrão interno não só apoiaria a ideia de que, neste caso, a dureza da pedra é relevante para o significado, mas traria também um outro elemento de significado – o de género. A tarefa do arqueólogo é andar à volta dos dados numa espiral hermenêutica, procurando relações e afinidades, e encaixando peças do puzzle. Será que o padrão de restos faunísticos se correlaciona com os tipos de machados ou com os enterramentos do homem ou da mulher? E por aí fora. Quanto maior for o número de dados e de relações deste tipo, maior é a possibilidade de se fazerem afirmações sobre significado – por exemplo que os machados de calcário seriam considerados de grande valor e estariam associados a contextos rituais femininos (BICHO, 2012, p.79).

Com isso, surgem novas correntes na Arqueologia, denominadas críticas, como a Arqueologia de gênero, preocupada com uma visão crítica sobre os aspectos do preconceito sexual do passado e a Arqueologia cognitiva, baseada nos princípios da fenomenologia: percepção, descrição e classificação do universo, que alguns autores contestam que esta última

---

[28] "Os arqueólogos tendem, em geral, a forçar seus materiais para que possam encaixar nos estilos, culturas, sistemas e estruturas e preferem ignorar o problema acidental da variabilidade individual" (Tradução nossa).

[29] SHANKS, M.; HODDER, Ian. *Postprocessual and Interpretative Archaeologies*. In: Reader in Archaeological Theory. Post-processual and Cognitive Approaches. Londres: Routledge. D. Whitley (ed.), 1999. pp. 69-95.

seja muito mais processualista que pós-processualista, pelo relativismo teórico, em contraposição ao posicionamento crítico (BICHO, 2012, p.80).

De todo modo, Bicho adverte que o positivismo presente na Arqueologia Processual deve ser abandonado na atualidade, pois as leis do processo cultural, não podem ser comparadas às do processo natural.

No livro *Não pensa muito que dói: um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia brasileira*, o arqueólogo e autor José Alberione dos Reis (2010) realiza uma ampla pesquisa acerca da aplicação de conceitos, teorias e métodos nas pesquisas acadêmicas realizadas no Brasil, como também uma análise crítica sobre as teorias arqueológicas.

Para ele, a questão da interdisciplinaridade, frequentemente ressaltada é quase inexistente nesse levantamento efetuado.

Ele considera que a metodologia da Arqueologia Processual contribuiu sobremaneira para o aprimoramento da pesquisa arqueológica, como por exemplo, a utilização de outros aportes oriundos da geologia, ecologia, paleontologia, paleobotânica, economia, por exemplo, como novas formas de obter e de evidenciar informações sobre o registro arqueológico (REIS, 2010, p.61). No entanto, defende como mais adequados, os princípios teóricos da Arqueologia Pós-Processual. Ainda segundo o autor, "o pós-processualismo argumenta que não somente os significados da cultura material são contingências em relação aos discursos materiais oriundos de contextos passados como fazem parte de interpretações arqueológicas situadas em amplas e contemporâneas realidades sociais e políticas" (REIS, 2010, p.52).

Seguindo essas premissas, entendemos que as culturas arqueológicas precisam ser vistas como fenomênicas[30], e que um artefato apenas pode oferecer variadas interpretações. No caso dos enterramentos pré-históricos, essa polissemia pode ainda ser maior, tendo em vista que não há a possibilidade de reconstrução dos elementos que precederam a morte, a posição que o indivíduo ocupava na sociedade que pertencia, entre outros fatores.

Além disso, os elementos mesmo que vistos como singulares, carregam significados contextuais particulares.

Conforme o antropólogo norte-americano Marshal Sahlins, "qualquer elemento dado em tal comunidade, isto é, qualquer um dos objetos distinguíveis numa paisagem, é compreendido como tal pelas relações que nutre com os outros: como um valor diferencial ou posicional, condicionado pela presença outros elementos" (SAHLINS, 2008, p.20).

---

[30] Maneira particular como o indivíduo interpreta uma determinada situação.

Dessa forma, conforme Redman[31] (1976 citado por Bicho 2012) "o arqueólogo hoje é o cientista social que estuda o comportamento humano e a sua organização social através da análise de artefactos resultantes de atividades humanas do passado" (BICHO, 2012, p.72).

Sob os enfoques apresentados, procuramos buscar novos elementos e novas interpretações aos sítios de enterramentos já pesquisados no Estado no Paraná, estabelecendo uma perspectiva interdisciplinar para o estudo dos mesmos, sobretudo com os aportes da Arqueologia da Paisagem.

1.5. A Arqueologia da Paisagem

A metodologia da Arqueologia da paisagem, como já foi exposto anteriormente, pode auxiliar na gestão de remanescentes arqueológicos, por meio do mapeamento que permite "a identificação e registro dos fatores de risco que afetam os sítios, os locais e as paisagens de interesse arqueológico, propondo medidas para a mitigação *in situ* dos impactos aos quais são sujeitos" (MORAIS, 2000, p.4). Para o autor,

> (...). os fatores de ordem geoambiental (aqui entendidos como o meio físico-biótico e sócio-econômico) constituem os alicerces para a compreensão e o mapeamento das características sócio-econômicas e culturais das populações indígenas, contribuindo expressivamente para os esquemas de manejo e gestão do patrimônio arqueológico delas herdado (MORAIS, 2011, p.2).

No planejamento ambiental podem subsidiar um modelo locacional de caráter preditivo e contribuir para os levantamentos arqueológicos sistemáticos ou como no caso do trabalho do patrimônio, servir como um instrumento de gerenciamento dentro do Iphan.

Para tanto, considera-se mais apropriado o uso de modelos preditivos a partir do levantamento das informações disponíveis sobre a região de estudo. Para Kipnis (1997), os modelos são

> (...) dispositivos que se utilizam de um conhecimento prévio para prever tendências e eventos. Ou seja, eles se utilizam de dados arqueológicos e não-arqueológicos para caracterizar o potencial de uma região, baseados em variáveis definidas pelo pesquisador sem a necessidade de realizar trabalho de campo (KIPNIS, 1997, s/p).

---

[31] REDMAN,C.L. *Research and Theory in Current Archaeology: an introduction.* In: Redman, C. (org.). Research and Theory in Current Archaeolog, Nova Iorque: Willey, 1973. pp.5-26.

Para o autor, o diagnóstico dos recursos arqueológicos de determinada região pode gerar um modelo que prevê a ocorrência ou não de bens arqueológicos, sendo que estes no contexto de estudos de impacto ambiental são de grande utilidade para a gestão dos remanescentes arqueológicos na medida em que auxiliam na preservação dos mesmos. Um exemplo citado é a possibilidade de alteração da planta ou trajeto de um empreendimento ou obra de infraestrutura em função da presença de sítios arqueológicos.

Na metodologia dos modelos preditivos, "o resultado final deste produto seria um mapa com diferentes áreas, representando diferentes possibilidades de ocorrências dos recursos arqueológicos" (KIPNIS, 1997, s/p).

O uso do SIG nos estudos arqueológicos "puede llevar a cabo análisis estadísticos de distribuición de yacimientos, y generar así nueva información"[32] (RENFREW; BAHN, 2013, p.94). Os autores citam que seu uso tem sido fundamental para a localização de sítios arqueológicos nos Estados Unidos em áreas extensas, quando não é possível realizar prospecções intensivas. Por meio dos modelos preditivos, as características ambientais são analisadas através do SIG, facilitando a identificação dos sítios em campo (RENFREW; BAHN, 2013, p.95).

Desde o advento da Cartografia com o grego Erastóstenes que os mapas são utilizados para interpretar, analisar e manipular dados sobre a superfície terrestre. Com a Revolução Tecnológica começaram a surgir os primeiros modelos estatísticos e para mapeamento em computadores. Na atualidade, com o avanço cada vez mais rápido e acessível, há uma variedade de softwares que manipulam dados espaciais e é crescente utilização de vários campos do conhecimento que utilizam os SIGs.

Pode-se definir o SIG como um "sistema computacional que trabalha um número infinito de informações de cunho geográfico" (FITZ, 2008, p.22).

Segundo o geógrafo,

> (...). o desenvolvimento dos SIGs deve-se, entre outros fatores, à evolução do computador (hardware) e de programas específicos (softwares) que conseguem resolver os problemas de quantificação de maneira mais rápida e eficaz que outrora. Assim, o uso maciço desses sistemas está vinculado ao aparelhamento dos órgãos públicos e privados. Nessas condições, além da necessidade de uso do meio computacional, faz-se necessária a existência de uma base de dados georreferenciados, que são os dados que estão associados a um sistema de

[32] "Pode realizar uma análise estatística de distribuição de sítios e assim gerar novas informações" (Tradução nossa).

> coordenadas conhecido, ou seja, vinculam-se a pontos reais dispostos no terreno, caracterizados, em geral, pelas suas coordenadas de latitude e longitude (FITZ, 2008, p.22).

Conforme já foi salientado no início do trabalho, a utilização dos SIGs pelos órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio arqueológico é fundamental para identificação dos impactos causados por empreendimentos. Embora a Portaria nº 07/1988, regulamentando o que já preconizava a Lei nº 3.924/61, determina a apresentação da localização exata das pesquisas, muitos sítios só tiveram o registro de suas coordenadas, a partir dos anos 2000. Esse cenário também é agravado pelo alto valor dos equipamentos, como aparelhos de GPS, por exemplo, e pela dificuldade de manipulação de grande parte dos quadros técnicos, uma vez que o uso desses equipamentos demandam treinamentos específicos e orçamento adequado para desenvolvimento e aplicação de geotecnologias.

Mesmo em nível internacional, os especialistas em geotecnologias Blaschke e Lang (2009) ressaltam que o potencial analítico de Sistemas de Geoinformação foi desprezado por um longo tempo, não tanto por desinteresse por parte do usuário, mas pela disponibilidade de métodos adequados. Mais tarde, a exigência recaía nos usuários, dos quais havia necessidade de uma grande capacidade e tempo disponível. Por esses motivos, há um grande número de projetos [33] no âmbito europeu "que trabalham no desenvolvimento de procedimentos harmonizados e semiautomáticos, que fornecem ao usuário a possibilidade de fazer interpretações analíticas poupando tempo e recursos". Para os autores, "o desafio atualmente é a utilização de SIGs não somente para documentar estatisticamente a situação atual, mas, utilizando a funcionalidade analítica e modeladora do SIG, fomentar um gerenciamento pró-ativo, com visão e planejamento para o futuro de fatos ambientais" (BLASCHKE; LANG, 2009, p.46, grifo nosso).

Os produtos gerados por um SIG "vinculam-se ao espaço físico, podendo, entretanto, trabalhar fenômenos climáticos, humanos, sociais e econômicos, entre outros". A partir do mapeamento e manipulação, o SIG possibilita o conhecimento de uma região, contribuindo assim, para a tomada de decisões (FITZ, 2008, p.25). Nessa questão, os pesquisadores Blaschke e Lang (2009), advertem que:

---

[33] Os programas europeus têm tradição no planejamento da paisagem e meio ambiente. Podem ser citados o projeto desenvolvido por v. Werder em 1999, na Alemanha que consiste em um Sistema de Informação da Paisagem (LIS na sigla Alemã) "baseado em dados de sensoriamento remoto, o qual, estruturado em procedimentos de classificação otimizados, deve fornecer contribuições para uma análise automática da estrutura da paisagem" e o de autoria de Haines-Young e Chopping, em 1996 na Grã-Bretanha que realiza uma análise crítica das áreas de reflorestamento(BLASCHKE;LANG, 2009, p.29-30).

> (...). Os SIGs apoiam diferentes **opções** do **questionamento espacial**. Os questionamentos centrais "o que fica onde?" e "onde se encontra o quê?" diferenciam tipos de questões espaciais de questões relacionadas a objetos. "o que fica onde" implica uma relação conhecida de localização e pesquisa a realizadas existentes nesse local. A questão analisa, ainda, quais fenômenos ocorrem simultaneamente num determinado local (coincidência espacial)" (BLASCHKE;LANG, 2009, p.46, grifo dos autores).

Outra aplicação bastante prática dos SIGs, mais especificamente vinculada ao geoprocessamento, diz respeito à realização de análises de cunho espacial por meio de mapas temáticos diversos, sendo que uma das técnicas trabalha a sobreposição. Cada mapa contendo um tema específico, o qual constitui um Plano de Informação - PI –, é sobreposto a outro de temática diferente, mas de igual dimensão, para a obtenção de um produto deles derivado. O mapa resultante é analisado com base nos anteriores e nos pressupostos metodológicos da ciência geográfica (FITZ, 2008, p.26).

A utilização de geoindicadores arqueológicos e de levantamento preditivo podem ser facilitados a partir do emprego do geoprocessamento e empregados tanto pelos arqueólogos em campo, quanto para a verificação do terreno por parte dos gestores de patrimônio arqueológico.

No caso desta pesquisa de mestrado, ocorreu fato interessante, pois o empreendimento irá ser implantado em municípios, dos quais não existem registros "formais" de sítios arqueológicos. No entanto, fica adjacente aos municípios de Santo Antônio do Sudoeste, e Barracão onde foi localizada uma urna com remanescentes humanos. O referido sítio não possui registro no CNSA e nem no banco de dados da Superintendência do Iphan no Paraná[34]. Além da publicação do pesquisador, sua existência fica assegurada agora, por meio do levantamento que foi realizado. Para o município de Prudentópolis, por exemplo, não existem registros de sítios arqueológicos, e no entanto, o sítio que revelou o segundo maior número de esqueletos, o Estirão Comprido está nele localizado.

Um outro ponto a ser ressaltado, refere-se ao número de sítios georreferenciados. De acordo com as informações do Centro Nacional de Arqueologia do Iphan, uma pequena porcentagem dos sítios possuem coordenadas geográficas e, ainda assim, muitos apresentam

[34] Cabe ressaltar também que os quatro sítios mais antigos abordados nesta pesquisa foram descobertos em período anterior à publicação da Lei Federal nº 3.924/1961, que determinava a manutenção de um cadastro dos monumentos arqueológicos do Brasil.

inconsistências nos dados, como por exemplo, a não apresentação do *datum*[35], o que dificulta sobremaneira o trabalho que se pretende desenvolver no âmbito da instituição.

O Sistema de Informação, Conhecimento e Gestão (SICG) do Iphan pode ser uma ferramenta promissora para a gestão dos remanescentes arqueológicos, na medida que as imagens de satélite proporcionariam maior clareza na verificação do estado de conservação, pois muitos sítios que possuem registro podem não existir mais ou estarem submersos pela formação de reservatórios de usinas hidrelétricas, o que todavia não exclui seu potencial informativo, haja vista o monitoramento da faixa de depleção dos reservatórios realizada por Chmyz, décadas após a operação dos empreendimentos.

Para a presente pesquisa o software utilizado foi o Arc GIS da empresa ESRI (*Environmental Systems Research Institute*)[36]. Fundada em 1969, na Califórnia, ela"contribuiu fortemente no desenvolvimento de softwares para SIG baseados em PCs e de fácil manuseio pelo usuário" (BLASCHKE; LANG, 2009, p.45).

O programa possui um potente motor de projeção automático para a transformação do *datum*, facilitando a sobreposição de dados, mesmo quando estes possuírem projeções diferentes (BLASCHKE; LANG, 2009, p.52).

Os dados de atributos são armazenados em tabelas e organizados. Já o conteúdo da tabela está associado aos dados de geometria em forma de uma chave inequívoca (BLASCHKE; LANG, 2009, p.53).

De acordo com Blaschke e Lang (2009),

> (...) para gerenciar os dados de atributos, ArcView/Arc GIS usam o formato dbase (*dbf). Dessa forma, dados de atributos podem ser usados diretamente em outros programas de cálculos de tabelas, como Excel, ou programas de análises estatísticas (...). Os dados de atributos podem ser carregados separadamente, porém são logicamente associados com dados de geometria, por meio do nome do arquivo (é necessário o mesmo nome do arquivo). Um shapefile completo constitui-se finalmente de (1) dados de geometria (*shp), (2) dados temáticos (*dbf) e (3) um arquivo para associação (*shx) (BLASCHKE; LANG, 2009, p.54).

O procedimento realizado para a presente dissertação foi a inserção das coordenadas geográficas dos sítios que apresentaram enterramentos em bases cartográficas já existentes e disponíveis em formato *shapefile*, nos diferentes órgãos estaduais e federais responsáveis pelo

---

[35] É o referencial de planialtimetria representado pelo SAD-69 (Sistema geodésico sul-americano de 1969), atualmente em substituição pelo SIRGAS 2000 (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas). O SIRGAS encontra-se em implantação e surgiu da necessidade de um sistema de referência compatível com as técnicas de posicionamento de satélite, como o GPS (FITZ, 2008, p.34).

[36] Instituto de Pesquisa de Sistemas Ambientais.

planejamento ambiental e gestão do território. Para tanto foram utilizados os dados do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG), da Mineropar (Minerais do Paraná), das Águas do Paraná e da Agência Nacional de Águas (ANA)[37].

Assim, os pontos foram inseridos em mapas temáticos que possibilitam a caracterização dos ambientes onde os sítios forma localizados. A grande vantagem em relação aos métodos tradicionais é a maior aproximação das características ambientais que de fato estão contidas em um ponto ou região.

Nas abordagens da Arqueologia da Paisagem, Morais (2011) salienta também a importância dos enfoques etnoarqueológicos para a compreensão dos grupos anteriores à conquista Ibérica, o que reforça a natureza interdisciplinar da Arqueologia.

O autor Prous (1992) ressalta a importância das condições geográficas para os homens pré-históricos no Brasil, ou em diferentes porções do globo, pois irão definir questões básicas de sua sobrevivência, como sua mobilidade, sua dieta alimentar e a fabricação dos instrumentos que os auxiliam nas tarefas diárias.

Para ele,

> (...). Como consequência, em cada região, os grupos humanos, pertencendo a uma mesma tradição cultural, têm de se adaptar às condições locais diversas, enquanto que etnias diferentes, encontrando-se em meio ambiente semelhante, terão grande possibilidade de apresentar respostas culturais convergentes. Portanto, é muito importante o conhecimento do contexto (paleoecológico) dos homens pré-históricos para interpretar as semelhanças (resultado de difusão, ou de adaptação?) e as diferenças (de origem cultural, ou resultantes das imposições da natureza local?) constatadas (PROUS, 1992, p.35).

Alguns fatores como relevo, hidrografia e densidade da vegetação, são salientados por Prous como predominantes, sendo que alguns elementos são fundamentais, como a proximidade de água, a presença de rio navegável, terras férteis ou matas, a depender das exigências das populações, correspondendo muitas vezes a locais que já foram aproveitados por

---

[37] Os mapas disponibilizados demonstram que a utilização dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) é cada vez mais frequente por parte das instituições públicas, que poderiam agir em conjunto, muito rapidamente, nos casos de implantação de empreendimentos, áreas de desapropriação ou reassentamento, áreas a serem reconhecidas por populações tradicionais, decretadas como reservas ambientais, entre outras. O Iphan/PR já foi consultado por diversas vezes sobre a existência de bens culturais em locais destinados a diferentes atividades e não foi possível aferir a proximidade de sítios arqueológicos em relação a eles, em função da carência dos dados já mencionados.

outros grupos (PROUS, 1992, P.36-37). O homem sempre foi forçado a conhecer e organizar seu entorno para suprir suas necessidades básicas de alimentação, abrigo e segurança.

No caso dos sítios com presença de enterramentos, objeto desta dissertação, as condições geográficas gerais foram consideradas para análise da distribuição dos registros arqueológicos no território paranaense, com ênfase nos fatores Geologia e Solos fundamentais visando uma análise qualitativa desses, ou seja, se a presença de calcário e a composição dos solos influenciaram na conservação dos remanescentes ósseos humanos, uma vez que ficou comprovado pelo levantamento bibliográfico a utilização de várias formas de tratamento dados aos mortos, pelas diferentes e numerosas etnias que habitaram o Estado do Paraná.

1.6. Arqueologia das práticas mortuárias

No texto *Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica*, a autora Marily Simões Ribeiro (2007) nos mostra a diversidade de termos utilizados para os estudos das práticas e ritos da morte, tais como Arqueologia da Morte, Arqueologia Funerária, Arqueologia dos Cemitérios, Ideologia Funerária, entre outros, que a autora considera inapropriados, uma vez que

> (...) muito mais do que a morte, a Arqueologia estuda os remanescentes das práticas que envolveram a morte, o funeral, os restos materiais dos atos que foram praticados no destino escolhido para o corpo, os vestígios das opções da sociedade e da família do morto para sua memória, a simbologia que deu lógica às práticas mortuárias (RIBEIRO, 2007, p.19).

Para Ribeiro (2007, p.19), o uso do termo Arqueologia da Morte ou *Archaeology of Death* surge na Inglaterra e nos Estados Unidos na década de 1970, e foi difundido por vários países, assim como na França *Archéologie de la mort*, concomitantemente às denominações anteriores de *Archéologie des cemitières* ou *Archéologie funeraire* e na Itália *Archeologia della morte*. Ela destaca ainda que esta denominação embora amplamente difundida não compreende o fenômeno físico e humano da morte, como por exemplo, o estudo da causa mortis ou suas circunstâncias.

A utilização do termo Arqueologia de Cemitérios também não é apropriada, pois o emprego desses locais não era característico de todas as sociedades passadas, ainda mais se o estudo for focado em grupos pré-históricos. Já a 'Arqueologia Funerária', para Ribeiro (2007), "não ressalta o aspecto das práticas, que é de fundamental importância, uma vez que só são

apreensíveis arqueologicamente os vestígios das práticas que foram utilizadas e a partir das quais buscamos interpretar e compreender as crenças e ritos do momento em que foram realizadas" (RIBEIRO, 2007, p.19).

Souza et all. (2013) denomina de Arqueologia funerária a Arqueologia "das estruturas onde se encontram restos de funerais, geralmente incluindo remanescentes corporais humanos, ou seja, lugares de deposição dos mortos". De abrangência contextual maior, volta sua análise para a "perpetuação de evidências, transformação ou tafonomia da estrutura original, evidências de gestos e processos relacionados ao funeral" (SOUZA et all., 2013, p.128).

A Bioarqueologia estuda os remanescentes ósseos humanos encontrados em sítios arqueológicos, para reconstituir aspectos biológicos, culturais e sociais dos indivíduos e grupos do passado (SOUZA et all.,2013, p.127).

Segundo Neves (2013), os bioarqueólogos são bioantropólogos ou antropólogos físicos especialistas em trabalhar com remanescentes ósseos humanos, pois o trabalho requer um contexto muito mais amplo de conhecimento que é a Arqueologia, o que reforça o que foi apontado por Souza como colaborações ricas e complexas.

Embora seja um campo pouco desenvolvido no Brasil e as pesquisas bioantropológicas/bioarqueológicas desenvolvidas, sobretudo, nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, esse campo vem gradativamente sendo aperfeiçoado e utilizando análises cada vez mais avançadas como de DNA mitocondrial, tomografia computadorizada e ressonância magnética, por exemplo.

Os autores especialistas em estudos com esqueletos humanos são unânimes em ressaltar que todo o trabalho de interpretação desses sítios arqueológicos é iniciado no campo. Os elementos observados devem ser minuciosamente explicados, descritos e documentados por meio de croquis e fotografias. Se os documentos gerados pelas pesquisas no campo forem bem detalhados auxiliarão nos trabalhos de gabinete e laboratório. A ausência ou inexatidão de informações básicas como a disposição dos corpos, profundidade das covas, entre outras, podem comprometer seriamente os análises posteriores.

Os homens pré-históricos utilizavam formas básicas de sepultamento de seus mortos, bem como locais específicos para esta finalidade, conforme os dados obtidos nas pesquisas que já foram desenvolvidas em várias partes do mundo.

As principais formas de inumação são os sepultamentos primários e secundários. No sepultamento primário, o corpo é disposto na cova e não sofre alterações posteriores. No caso do sepultamento secundário "a cova original é reaberta alguns meses ou anos após o primeiro sepultamento, sendo os ossos, ou parte deles, removidos ou reorganizados, submetidos a uma série de rituais complexos e reenterrados" (NEVES, 2013, p.32).



Figura 3: Enterramento primário em decúbito dorsal – Sítio Arqueológico Morro dos Anjos – Adrianópolis/PR
Fonte: CHMYZ, 1999



Figura 4: Enterramento secundário em urna funerária – Sítio Arqueológico Lagoa Xambrê – Altônia/PR
Fonte: CHMYZ, s/d.

Manuela Carneiro da Cunha, antropóloga luso-brasileira (1978, p.95), na obra *Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó* descreve as práticas funerárias dos indígenas contemporâneos da etnia *krahó* no norte de Goiás, pertencente ao grupo linguístico *Jê*, e afirma que o enterramento secundário, praticado até 1926, observados em fontes históricas, não era de acesso a todos da aldeia, e dependia de um certo status social mínimo.

A autora destaca ainda a importância das exéquias[38] reflete fielmente a hierarquia pública dos *krahó* e essa manifestação era claramente observada quando o enterro secundário ainda vigorava. Para ela:

> (...) evidenciavam-se então três grupos: os que não tinham direito ao enterro secundário, aparentemente as crianças e as mulheres comuns; os que a ele tinham direito mas eram inumados nas casas, provavelmente os homens comuns; enfim, os que além de gozarem do enterro secundário, tinham seus ossos inumados no pátio da aldeia. Estes incluíam os chefes honorários representantes de outras tribos, os wïtï, moças associadas aos homens e aos meninos e meninos associados às mulheres, as moças associadas aos rituais de iniciação – ketuaje-gahäi, krokrok-gahãi, etc – o chefe da aldeia e sua mulher, o padre, chefe dos rituais e sua mulher e ainda outros personagens de destaque, onde alguns informantes incluem todos os prefeitos (o que,

[38] Cerimônias fúnebres.

> se levado ao pé da letra, praticamente esgotaria a população masculina adulta da aldeia) e os krãrigaté, chefes de turmas de iniciandos (CUNHA, 1978, p.97).

Seu trabalho também descreve as formas de enterramento praticadas por este grupo na atualidade, e embora não haja menção sobre a utilização de montículos funerários, apresenta uma imagem do túmulo pronto, conforme figura que segue, (Fig.5), que revela que a construção desses monumentos continuou a ser realizada pelos povos do tronco linguístico Macro-Jê.

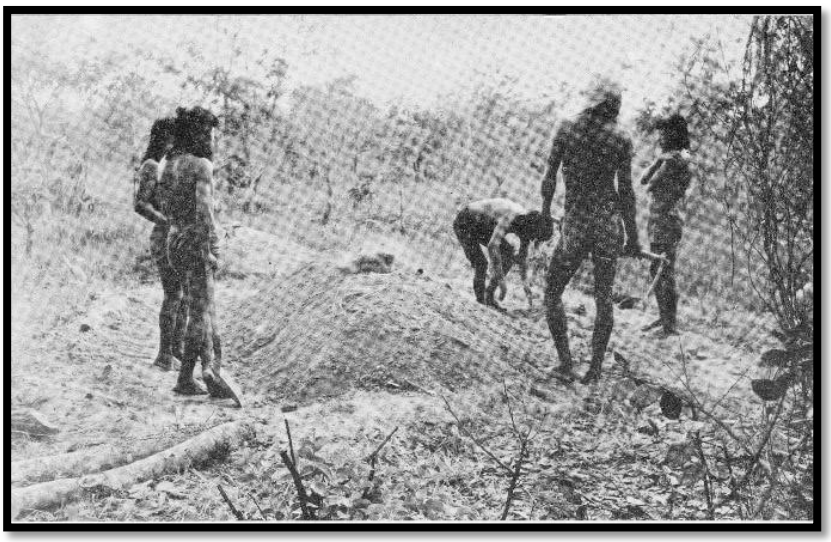


Figura 5: Túmulo pronto da etnia *krahó* no norte de Goiás.
Fonte: CUNHA, 1978

De toda forma, há uma variedade de elementos presentes nos enterramentos dos grupos pré-históricos, como os que são apresentados pela autora Gabriela Martin (1994, p.30) no texto *Pré-história do Nordeste*, sendo que antes da realização de pesquisas arqueológicas, as fontes provinham das pesquisas etnográficas e das tradições conservadas entre os remanescentes indígenas.

Nas escavações realizadas nos sítios do Nordeste, representados por grandes cemitérios pré-históricos, foram observadas várias formas de inumação primária, como: sepultura em cova individual com o corpo na posição lateral fletida, sem mobiliário fúnebre; corpos na posição lateral fletida com enxoval funerário; utilização de fibras trançadas para embrulhar os corpos e forrar as covas, separação ritual da cabeça do tronco; utilização de vasilhames cerâmicos como mobiliário fúnebre ou cobrindo partes do corpo e deposição em urnas cerâmicas com o corpo em posição fletida (MARTIN, 1994, p.41).

Para os rituais de enterramento secundário, Martin (1994, p.41-42) faz os seguintes apontamentos: enterramentos coletivos com ossos cuidadosamente arrumados e pintados de

vermelho em cova forrada de lajes de pedra; ossos de criança pintados e cobertos com pigmento vermelho fino; incineração parcial ou total de corpos, sendo os ossos calcinados e as cinzas depositadas em covas e abrigos sob-rocha, deposição das cinzas e ossos queimados em urnas funerárias e enterramentos secundários em urnas com inumação dos ossos depois de limpos (MARTIN, 1994, p.41-42).

Ressalte-se que essa variedade de observações foram feitas em 4 sítios arqueológicos considerados como verdadeiras necrópoles no Nordeste: a gruta do Padre, localizada em Petrolândia que foi considerada um 'ossuário', em que os corpos eram cremados fora da gruta e depois depositados sem ordem aparente; a Furna do Estrago, localizada no Brejo da Madre de Deus que revelou a substituição do rito de inumação por cremação, que de acordo com a autora pode significar a expulsão do grupo, por outro com ritual funerário adverso; o Sítio do Justino, localizado em Canindé, que revelou duas centenas de esqueletos, porém, antes de ter sido concluídos os trabalhos, a área foi alagada pela hidrelétrica de Xingó, no rio São Francisco e por fim, o abrigo Pedra do Alexandre, localizado em Carnaúba dos Dantas que apresentou enterramentos de crianças muito antigos com o costume de cobrir os ossos com pigmentos vermelhos.

A autora também demonstra que o enterramento em urnas foi comum a todas as regiões do Nordeste, inclusive com o enterramento primário, que consiste na introdução do corpo fortemente amarrado dentro das urnas, sendo, no entanto, de incidência pouco comum. Na maioria das vezes, trata-se de enterro secundário e "nelas algumas vezes há somente o crânio com parte dos ossos, com ou sem os restos do mobiliário fúnebre" (MARTIN, 1994, p.39).

No levantamento bibliográfico realizado tanto no âmbito do Estado do Paraná, como no território brasileiro pode-se observar que muitas dessas práticas se repetem, demonstrando a grande mobilidade dos primeiros habitantes e a manutenção ou abandono de ritos em movimentos migratórios, como será exemplificado no capítulo seguinte.

Os enterramentos secundários em urnas funerárias, a utilização de cavernas para sepultar mortos, o posicionamento do cadáver, o enxoval funerário e a cremação parcial ou total, por exemplo, aparecem em descrições sobre povos diversos, em regiões brasileiras diferentes e em diversas partes do mundo.

Tais práticas também foram confirmadas nas pouquíssimas pesquisas arqueológicas realizadas em Roraima, estado brasileiro com o menor número de estudos arqueológicos realizados até o momento[39].

Contudo é importante destacar que no ano de 2008, durante o trabalho realizado no âmbito da então Sub-regional do Iphan em Roraima com indígenas da etnia *yanomami*, os grupos narraram o funeral praticado, que compreendia a cremação do cadáver e suas cinzas eram misturadas a um mingau de banana que era servido em uma 'canoa' para toda a aldeia e seus convidados em uma grande festa[40].

O antropólogo e etnólogo Clastres (1971) descreveu o *reahu* como o consumo das cinzas do morto em um ritual de endocanibalismo, pois somente os homens que tem laços de parentesco com o morto comem as cinzas. "As mulheres e as crianças são excluídas da refeição. Uma imensa folha, ligada nas duas extremidades – como uma canoa – é enchida (sic) até a borda de purê de bananas" (CLASTRES, 1971, p.36).

Tal como no presente, pode-se presumir que no futuro, dificilmente os arqueólogos, bioantropólogos e outros pesquisadores possuam elementos suficientes para realizar pesquisas com os remanescentes ósseos dos *yanomami*, uma vez que esses povos não praticam o enterramento. E o que nos leva a pensar na hipótese de que a ausência de sítios arqueológicos com enterramentos no Paraná pode ser aferida à prática da cremação em larga escala.

O estudo dos sítios com presença de enterramentos, mesmo estes não sendo muito representativos, pode apresentar variáveis ainda não identificadas pelos arqueólogos que os escavaram e talvez seja possível visualizar alguns padrões de sepultamento para o Paraná, que "é a definição e a caracterização dos diversos tipos de sepultamentos encontrados num sítio arqueológico que permitem aos especialistas revelarem aspectos simbólicos e das crenças de uma sociedade extinta, notadamente sobre status social" (NEVES, 2013, p.44).

Souza et al. (2013), acrescentam que "uma estrutura funerária de qualquer natureza significa a possibilidade de obter, ao mesmo tempo, informações biológicas sobre grupos do passado, e importantes informações culturais referentes às práticas rituais, ao processo construtivo do sítio, ao meio ambiente, em suma, à formação do registro arqueológico" (SOUZA et al., 2013, p.129).

---

[39] Maiores informações ver *Arqueologia de Roraima: histórico e evidências de um passado distante*, de Pedro Augusto Mentz Ribeiro.

[40] Informações orais obtidas durante o X Curso de Formação de Professores *yanomami*, com participação do Iphan/RR no módulo de Artes, com o objetivo de apresentar e discutir principalmente os conceitos de patrimônio material e imaterial.

Atualmente, pesquisadores discutem também a contribuição da Arqueologia para as Ciências Forenses, que pode auxiliar, por exemplo, na investigação de enterros clandestinos e descoberta fortuita de ossos. A exumação nesses casos é realizada por oficiais do corpo de bombeiros, que nem sempre dispõem de acompanhamento de médico legista ou perito. No entanto, a Arqueologia como disciplina forense[41], pode cooperar na investigação criminal, por meio da escavação de evidências e provas, além dos intervalos entre a deposição e a decomposição de corpos e objetos até a sua descoberta (SILVA, et al., s/d, p.19).

Um exemplo seria a utilização da Arqueologia para localização dos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, "onde estão esquecidos e desaparecidos ao menos 58 corpos de militantes mortos". A área está sendo ameaçada de alagamento pela construção de uma usina hidrelétrica, que além de apagar para sempre as provas desse triste episódio da História do Brasil, ainda ameaça centenas de sítios arqueológicos pré-históricos, muitos deles com pinturas rupestres (BASTOS, 2010, p.179).

Bastos mostra ainda que o mesmo aconteceu com Canudos – importante sítio arqueológico histórico do Estado da Bahia – destruído para a construção de um açude, durante o Governo Getúlio Vargas.

Nos casos citados, a remoção de esqueletos humanos poderia ser justificada, na medida em que na iminência de serem destruídos, ainda poderiam contribuir para desvelar importantes capítulos da história brasileira. No caso dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia, é inclusive, desejo de algumas famílias localizar seus mortos e enterrá-los.

Conforme Carvalho e Funari, as buscas aos corpos dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia tiveram início na década de 1970, sob a iniciativa do Partido Comunista do Brasil, o PC do B. Em 2009, novas buscas foram realizadas pelo exército acompanhado de membros da sociedade civil, o que gerou insatisfação dos familiares "que encontram suas justificativas no medo de que as memórias dos desaparecidos sejam completamente apagadas da História" (CARVALHO; FUNARI, 2009, p. 11-12).

Entre outras ações já desenvolvidas no Brasil, Carvalho e Funari apontam a formação de uma equipe forense interdisciplinar de antropólogos da Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ - e do Museu Nacional da UFRJ, montada por uma organização não governamental

---

[41] "A Arqueologia forense é um ramo da Arqueologia voltado à resolução de problemas surgidos durante atividades da polícia judiciária e no decorrer dos procedimentos legais em instâncias forenses" (Silva e Oliveira, 2009, p.171). "Trata-se de uma disciplina científica recente, subordinada à Antropologia Forense (EUA, América do Sul, Portugal) ou independente (Inglaterra), que emprega métodos e técnicas da Arqueologia tradicional para solucionar casos criminais" (Silva e Oliveira, 2009, p.172).

fundada por familiares de mortos e desaparecidos políticos. O Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM/RJ- é atuante na defesa de direitos humanos e procura pelos corpos de desaparecidos entre os anos de 1964 e 1984 (CARVALHO; FUNARI, 2009, p.24-25).

Como podemos observar, em algumas situações, as abordagens são plenamente justificáveis e que consistem em algo muito maior do que recuperação dos restos mortais de familiares e amigos. Ajudam a manter viva a memória de uma situação brutal, que suprimiu vidas e afetou as práticas sociais dos grupos envolvidos, privando-os do direito de dar o tratamento aos seus mortos, conforme seus ritos e crenças.

Para as demais situações, entendemos que, diante de tudo o que foi discutido até o momento, o mais aconselhável é a preservação *in situ.* No caso da preservação *in situ*, "o uso de metodologias menos invasivas tem sido incentivado para o estudo dos ossos humanos, como o escaneamento a laser que facilita o armazenamento das informações, o que inclui fac-similares em 3D" (RENFREW; BAHN, 2013, p.554).

Tendo em vista o alto custo desse tipo de equipamento, não disponível na maioria das instituições de pesquisas científicas brasileiras, que a preservação *in situ* deve ser ainda mais priorizada, para permitir que o patrimônio arqueológico seja estudado à luz das novas tecnologias.

2. Os enterramentos pré-históricos no Paraná

2.1. Os grupos indígenas paranaenses

O mapa etno-histórico do alemão Curt Nimuendaju[42] - obra importantíssima para a etnologia brasileira publicada pela Fundação Pró-Memória do SPHAN\MEC em parceria com o IBGE em 1981-, destaca que o pesquisador peregrinou pelo território paranaense, inclusive a serviço do museu do Estado (IBGE, 1981, p.13).

Na representação cartográfica concluída em 1945 (Fig. 6), podem ser observadas as extensas áreas ocupadas pelas duas etnias predominantes no Paraná: a *kaingang* e a *guarani*, cujos grupos remanescentes ainda habitam diferentes regiões do Estado em terras com reconhecimento oficial ou não, e as etnias *kaiguá, ivaparé, guaianá, gualachi, taven, chichi, tupi, carijó* - específica no litoral-, algumas já dizimadas e outras que sobreviveram à conquista do território pelos europeus até meados do século XVIII.

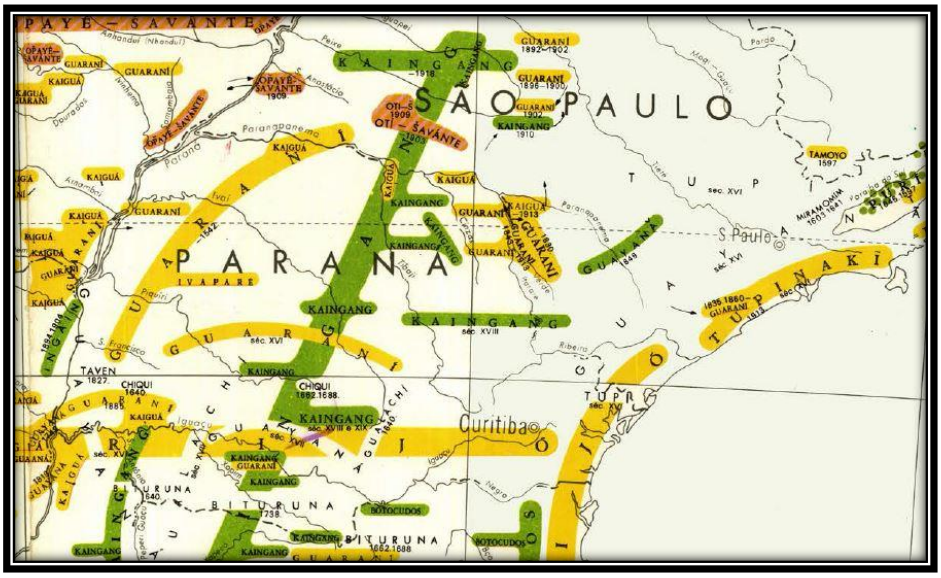


Figura 6: Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju – recorte do Estado do Paraná
Fonte: IBGE, 1981.

[42] Curt Unkel, considerado um exímio conhecedor das culturas dos povos indígenas brasileiros, realizou trabalhos topográficos e cartográficos, colaborando na produção de mapas nos museus Nacional, Paulista, Paranaense e Paraense e diversos museus internacionais. Mantinha excelentes relações com grupos indígenas, tendo sido batizado de Curt Nimuendaju que significa "o ser que cria ou faz seu próprio lar". Contribuiu para a criação do SPI - Serviço de Proteção ao Índio- (IBGE, 1981).

A partir do artigo *Distribuição Geographica das Tribus Indígenas*, publicado em 1938 por Romário Martins, pode-se observar que pelos três planaltos paranaenses havia ocupações de outros grupos que não foram contemplados no mapa observado, a saber, *Guarapiabas, Guapuras, Mimos, Teminimós, Mbiazes, Araxis, Abapánis, Tabacáis, Asboipitãns, Yaguaquês, Cumininguaras, Ninguarús, Itacúras, Itaquébas, Hindós, Tarapopês, Arés, Biturunas, Tayobas, Pinarés, Ibiticois, Tupinikins, Ibiticurús, Itambaracás, Camperos, Guapuás, Chóvas, Cheripás, Biopébas, Pés Largos, Chiringuanas, Papagaios, Guanaós* e *Itatins*, classificados como pertencentes a família linguística Tupi-guarani e *Camés, Votorões, Dorins, Gayrucrês, Chocrêns, Curutons, Chavantes, Cabelludos, Ibirajaras* e *Gualachos*, do tronco Macro- Jê (MARTINS, 1938, p. 402-416), que poderiam corresponder a outras denominações recebidas pelos primeiros europeus que exploraram o Paraná e/ou grupos com variações linguísticas. O autor citado, entretanto, não conviveu diretamente com nenhum dos grupos mencionados. Seu trabalho foi baseado em um amplo levantamento de fontes históricas e bibliográficas.

Alguns autores consideram a língua *xokléng (Jê)* um dialeto *kaingang*[43]. Os *xokléng* cujos remanescentes são numerosos em Santa Catarina foram pouco documentados no Paraná. No mapa, inclusive, aparecem somente na divisa dos estados, no rio Negro.

Segundo Wachowicz, no texto *O xokléng na Província do Paraná:*

> (...) dominavam a área compreendida a oeste da Escarpa do Mar do litoral catarinense, desde as proximidades de Porto Alegre, até as de Curitiba. A oeste, suas penetrações atingiram até o vale do rio do Peixe, afluente do Uruguai, estendendo-se a noroeste até Guarapuava e ao norte até a Colônia Tereza (WACHOWICZ, 1990, p.59).

Outro exemplo importante são os índios xetá, também pertencentes ao tronco linguístico Tupi e amplamente documentados[44] e que não foram representados no mapa. Seu habitat original corresponde a área com denominação da etnia *ivaparé*. Esse grupo habitava a Serra dos Dourados no noroeste paranaense e foi sendo gradativamente dizimado após a década de 1940, durante o período de maior estímulo das frentes colonizadoras do Estado. Embora do tronco linguístico tupi-guarani não fabricavam cerâmica, traço distintivo nesses grupos pela variedade e grandiosidade dos utensílios que acompanhavam os indivíduos mesmo após a morte.

---

[43] Maiores informações ver *O xocrén é idioma kaingang*, de Mansur Guérios.

[44] José Loureiro Fernandes iniciou o trabalho de registro dos índios xetá em 1954-1955, após a aproximação de um pequeno grupo familiar (SILVA, 2005, p.198). O geógrafo Reinhard Maack e o fotógrafo Vladmir Kozák "possuem documentos cinematográficos deste povo primitivo que, ainda não atingindo nenhuma espécie de civilização, vive na idade da pedra lascada" (MAACK, 2012, p.89).

Esses pormenores corroboram para discussão da generalização das culturas arqueológicas abordadas, como também para a especificidade\pluralidade dos grupos culturais.

Conforme Clastres (2004),

> (...). para submeter a uma primeira classificação a multiplicidade de suas culturas, recorre-se, de preferência ao critério linguístico. E vemos desde então se dissipar a imagem de uma quase perfeita unidade cultural, imagem sugerida pela recorrência mais ou menos continental de bases materiais quase idênticas (CLASTRES, 2004, p.66).

Para o autor, na América do Sul especialmente, as grandes famílias linguísticas são variadas, incluindo grande "quantidade de dialetos suficientemente afastados às vezes da língua mãe para que a compreensão entre eles seja impossível aos povos que as falam". E mesmo assim, isso resulta em uma espécie de atomização cultural, em que a língua funda a "unidade cultural de um povo, o 'estilo' de sua civilização, o espírito da sua cultura" (CLASTRES, 2004, p.66, grifado no original).

Ele ressalta que cada etnia corresponderá a um conjunto particular de crenças, ritos e mitos.

Seguindo ainda as premissas da Antropologia sobre as práticas culturais, para o autor Sahlins, a ação humana não se conforma às categorias por meio das quais certas pessoas as percebem. Segundo ele, "de acordo com o lugar da categoria recebida no interior do sistema cultural tal como constituído, e conforme os interesses afetados, o próprio sistema é mais ou menos alterado. No extremo, o que começou como reprodução termina como transformação" (SAHLINS, 2008, p.125).

Para o autor, esses efeitos, ou seja, a reprodução/transformação são ainda mais visíveis, embora não exclusivos, quando há o contato cultural, nas situações de mudança e resistência à mudança, quando as diferentes culturas estão se criticando mutuamente.

As questões levantadas por Clastres e Sahlins são claramente observadas nos textos produzidos no início da colonização acerca das populações indígenas que habitavam o Paraná. São importantes fontes para o entendimento da ocupação do espaço paranaense, e segundo Clastres devem ser consideradas como etnográficas, mas incompletas pois, de muitas tribos desaparecidas subsiste apenas o nome (CLASTRES, 2004, p.68).

No início da colonização, o interior do Paraná não interessou aos portugueses, preocupados com a ocupação do litoral e pela busca de metais preciosos.

Embora os portugueses Aleixo Garcia (entre 1522 a 1524) e Pero Lobo (1531) sejam considerados os primeiros a penetrar o território paranaense durante o período em que vigorava o Tratado de Tordesilhas, fizeram pelo lado meridional do Guairá, que correspondia a um extenso território indígena contíguo às terras que hoje pertencem ao Paraguai. O objetivo maior era alcançar a região de Potosi e Sucre, na Bolívia em busca de ouro e de prata, conforme de fato ocorreu (CORTESÃO, 1951, p.67).

Nesse período, o desbravamento dos sertões paranaenses pelos espanhóis foi assim facilitado.

A viagem precursora pelos três planaltos foi a de Alvar Núnez Cabeza de Vaca, nomeado governador do Paraguai, que efetivamente percorreu grande extensão do território paranaense, atravessando-o de leste para oeste, guiado por indígenas oriundos de Santa Catarina, aproximadamente no ano de 1541.

Na sua obra *Naufragios y Comentários*, ele descreve as primeiras populações que avistou no território paranaense, após 19 dias de caminhada, conforme trecho que segue,

> (...). Donde hallaron ciertos lugares de índios, que el señor y principal que había por nombre Añiriri, y a una jornada de este Pueblo estaba outro, done había outro señor y principal que había por nombre Cipoyay, y adelante de este pueblo estaba outro Pueblo de índios, cujo señor y principal dijo llamarse Tocanguanzu; y como supieron los índios de estos pueblos de la venida del gobernador y gente que consigo iba, lo salieron a rescebir al caminho, cargados con muchos bastimentos, muy alegres, mostrando gran placer con su venida, a los cuelaes el gobernador rescibió com gran placer y amor; y demás de pagarles el precio que valían, a los índios principales de los pueblos les dió graciosamente y hizo mercedes de muchas camisas y otros rescates, de que se tuvieron por contentos. Esta es uma gente y generación que se llaman guaraníes" (CABEZA DE VACA, 1957, p. 120)[45].

Por todo o trajeto, havia a necessidade de abastecimento de alimentos para a comitiva e, por esse motivo, estabeleciam contato com diferentes comunidades indígenas quando trocavam provisões por objetos de origem europeia. Em todas as localidades do Estado do Paraná, o mesmo procedimento em relação aos índios se repetia e, assim, nos seus relatos constam vários

[45] "Chegaram a três povoados de índios situados muito próximos um do outro, cujos senhores principais se chamavam Añiriri, Cipoyay e Tocanguanzu. Quando esses índios souberam de sua chegada saíram para recebê-los, carregados com muitos mantimentos e muito alegres, demostrando prazer com a sua vinda. De sua parte, o governador também os recebeu com grande prazer e amizade e, além de pagar-lhes o preço que valiam, deu aos índios principais muitos presentes, inclusive camisas, o que os deixou muitos contentes. Esses índios pertencem à tribo dos guaranis" (CABEÇA DE VACA, 1999, p.118, tradução de Jurandir Soares dos Santos).

grupos diferentes - sempre muito numerosos -, classificados por ele como sendo da "nação"[46] guarani. A constatação advinha da observação de que a 'língua' era compreendida por todos.

Cabeça de Vaca descreve que os índios guarani ocupavam grandes extensões de terra, sua dieta alimentar incluía o manejo do milho e da mandioca, a criação de galinhas e patos - como na Espanha - e que praticavam a Antropofagia. O autor destacou ainda que:

> (...) y todo es una lengua; los cuales comen carne humana, así de índios sus enemigos, com quien tienen guerra, como de cristianos, y aun ellos mismos se comen unos a otros. Es gente muy amiga de guerras, y siempre las tienen y procuran, y es gente muy vingativa (...) (CABEZA DE VACA, 1957, p.120-121)[47].

Na chegada à cidade de Assunción nas terras que hoje pertencem ao território paraguaio, Cabeza de Vaca observou que os índios que ali residiam, também tratavam-se de guaranis, que falavam uma língua entendida por outros grupos e que comiam a carne humana de todas as outras nações que tinham por inimigas. O governador então reuniu os clérigos e indígenas para advertir que tal prática representava uma ofensa a Deus (CABEZA DE VACA, 1957, p.131).

O ritual antropofágico observado por Cabeza de Vaca foi comparado ao descrito por Hans Staden[48] com os índios tupiniquins, que compreendia uma festa após a captura do inimigo, seguido de regime de engorda no cativeiro, e quando este estava pronto para o 'abate', era golpeado até a morte pelos guerreiros mais valentes da tribo e também por crianças estimuladas pelos adultos. Ainda segundo a descrição de Cabeça de Vaca:

> (...) y luego como es muerto y de allí adelante se nombra del nombre del que así mataron, em señal que es valiente, y luego las viejas lo despedazan y cuecen em sus ollas y reparten entre sí, y lo comen, y tiénenlo por cosa muy buena comer dél, y de allí adelante tornan a sus bailes y placeres, los cuales duran por otros muchos días, diciendo que ya es muerto por sus manos su enemigo, que mato a sus parientes, que agora descansarán y tomarán por ello placer (CABEÇA DE VACA, 1957, p.141)[49].

---

[46] Clastres chama a atenção de que as tribos tupi-guarani não se constituíram uma nação, pois viviam em estado de guerra permanente (CLASTRES, 2004, p.67).

[47] (...) e falam uma só língua. Mas também comem carne humana que tanto pode ser dos índios seus inimigos, como dos cristãos ou dos seus próprios companheiros de tribo. É gente muito amiga, mas também muito guerreira e vingativa (CABEÇA DE VACA, 1999, p. 118, tradução de Jurandir Soares dos Santos).

[48] "Hans Staden, aventureiro alemão que foi durante alguns anos prisioneiro dos tupiniquins, em Ubatuba, São Paulo, descreve o ritual antropofágico de maneira muito semelhante". (nota do editor).

[49] Quando terminam de matá-lo, aquele índio que o matou toma o seu nome, passando assim a chamar-se em sinal de valentia. Em seguida, as velhas pegam o corpo tombado, começam a despedaçá-lo e a cozinhá-lo em suas panelas. Depois repartem entre si, sendo considerado algo muito bom de comer, e voltam às suas danças e cantos por mais alguns dias, como forma de regozijo (CABEÇA DE VACA, 1999, p.132, tradução de Jurandir Soares dos Santos).

Em 1552, Ulrich Schmidel[50] realizou uma viagem com o objetivo de atravessar o território paranaense, em sentido oposto ao percorrido por Cabeza de Vaca. Partindo do Paraguai até a Capitania de São Vicente em São Paulo percorreu o caminho do Peabiru[51], muito conhecido dos índios carijós que o acompanharam (MAACK, 2012, p.77).

No texto *Viaje al Río de La Plata y Paraguay*, ele encontra grupos carijós no rio Paraná e descreve que:

> (...) comen carne, aunque sea humana, si puedem adquirirla. Matan a los cautivos em guerra, sean hombres o mujeres, mozos o viejos, y los asesinan como nosotros los puercos. Conservan por algunos años una índia, recomendable em edad y traza, pero sino se acomoda a los deseos de todos, la matan y comen em convite, tan célebre como el de nuestras bodas; mas si da gusto a todos, y llega a vieja, la guardan hasta que ella se muere. Hacen estos carios más largos viajes que los demás índios del Río de la Prata. Son feroces em la guerra, y tienen sus poblaciones y fortalezas cerca del río, em parajes altos (SCHMIDEL, 1836, 282-283)[52].

O esboço do itinerário de Ulrich Schmidel (Fig.7), que iniciou no dia 26 de dezembro de 1552, de Assunção no Paraguai até a capitania de São Vicente em São Paulo foi reconstruído após ampla pesquisa realizada em 1954, por Reinhard Maack em instituições científicas da Alemanha (MAACK, 2012, p.80).

---

[50] Ulrich Schmidel foi um soldado alemão, considerado o primeiro europeu a atravessar o novo continente de oeste para leste, do Paraguai até São Vicente, em São Paulo. Seus relatos e roteiros foram pesquisados por Maack em diversas coleções e documentos de instituições alemãs, para a elaboração da rota por ele seguida (MAACK, 2012, p.76-77).

[51] O caminho do Peabiru tinha início em São Vicente e Cananéia, em São Paulo, cortava o Paraná de leste para oeste e terminava em Potosi na Bolívia. Seus relatos e roteiros foram pesquisados por Maack em diversas coleções de documentos de instituições alemãs, para a elaboração da rota por ele seguida (MAACK, 2012, p.76-77).

[52] "Comem carne, ainda que seja humana, se podem adquiri-la. Matam os prisioneiros de guerra, sejam homens ou mulheres, jovens ou velhos, como nós matamos os porcos. Preservam por alguns anos uma índia com idade e feição recomendáveis, porém, se se acomoda com os desejos de todos, matam-na e a comem em um banquete, tão especial como o de nosso casamento; mas se ela dá prazer a todos e chega a velhice, conservam-na até ela morrer. Esses carijós fazem mais viagens que os demais índios do rio da Prata. São ferozes na guerra e tem seus povoados e fortalezas próximas aos rios, em locais altos" (Tradução nossa).

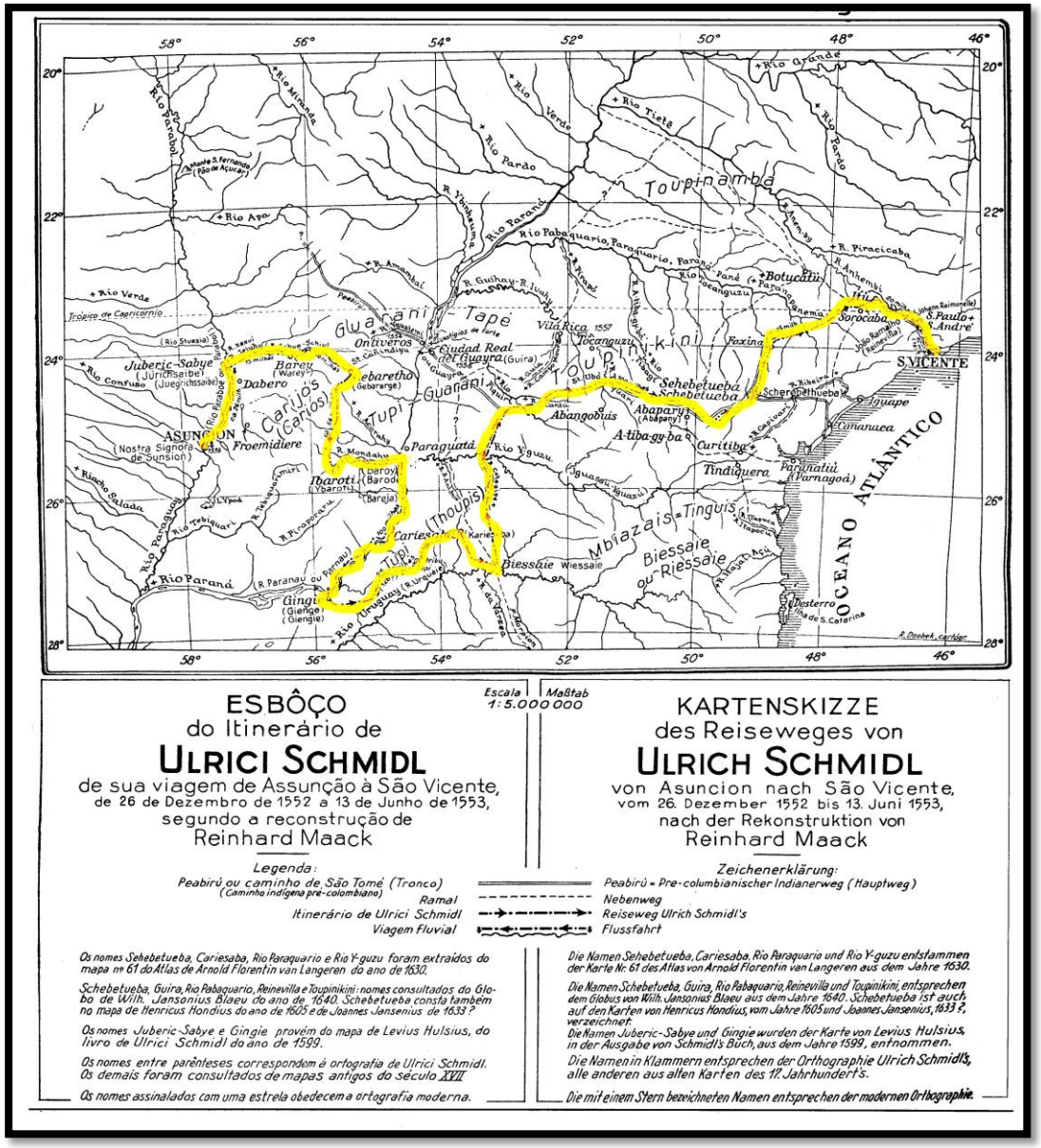


Figura 7: Mapa do itinerário de Ulrich Schmidel em 1553, segundo a reconstrução de Reinhard Maack. Em destaque, um dos ramais do caminho indígena do Peabiru
Fonte: MAACK, 2012, s/p.

Os carijós eram considerados restritos aos litorais paranaense e catarinense, conforme aponta inclusive o mapa de Curt Nimuendaju (Fig.6). Pela descrição e itinerário de Schmidel pode-se observar que chegavam até o outro extremo do Estado e, que no contexto até agora verificado, existiram várias trocas, que indubitavelmente provocaram modificações culturais nessas populações, que para a antropóloga Viertler[53] (1983) "trata-se de processos históricos de contatos interétnicos variáveis de uma sociedade indígena para outra, redefinindo-se as

manifestações das suas diferenças culturais, intensificadas por diferenças no tocante a recursos materiais e humanos" (VIERTLER, 1983, p.292).

Sobre as práticas de enterramentos, infelizmente, não foram encontradas referências nos relatos dos viajantes pesquisados. Talvez, pelo fato das práticas mortuárias não terem chamado tanto a atenção como os rituais de Antropofagia, nos quais podemos verificar nitidamente as interferências nessa prática, sobretudo do Cristianismo no período do contato, o que indubitavelmente contribuiu para o seu desaparecimento no Paraná.

A ação dos colonizadores e missioneiros sobre as populações indígenas são consideradas por Clastres, uma forma de etnocídio, conforme exemplificado no trecho que segue:

> (...). O genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio os mata em seu espírito. Em ambos os casos, trata-se sempre da morte, mas de uma morte diferente: a supressão física imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente adiados, segundo a capacidade de resistência da maioria oprimida (CLASTRES, 2004, p.56).

A catequização dos índios tornou-se o objetivo principal dos colonizadores, quando em 1554 foi fundada a primeira colônia espanhola – Ontiveiros – à margem esquerda do rio Paraná. Em 1557 foi abandonada, pois Ruy Dias Melgarejo fundou a redução principal que ficou conhecida como a célebre *Ciudad Real del Guayrá* (MAACK, 2013, p.85).

No século XVII os jesuítas espanhóis estavam espalhados pelos sertões paranaenses com sua obra catequista, em diferentes reduções e aldeamentos, sendo que a maior parte dos indígenas à época pertencia à família linguística tupi-guarani. Os índios *kaingang*, historicamente considerados mais arredios só vieram a ser aldeados mais tarde, de modo que as reduções indígenas guarani favoreceram a infiltração dos *kaingangs (Jê)* no território durante os séculos XVII e XVIII (FERNANDES, 1956, p.53).

Já o século XVIII é marcado pelas bandeiras paulistas que comandadas por portugueses começavam a expansão para o interior. As missões jesuíticas foram destruídas a "fogo e a espada, com crueldade sem igual". Milhares de índios foram mortos, outros milhares levados para São Paulo para serem escravizados e muitos fugiram para o Paraguai (MAACK, 2013, p.88).

De todo esse período missioneiro, as únicas referências do sepultamento dos indígenas são às do Padre Montoya citadas na apresentação deste trabalho. Relatou a prática do enterramento em urnas pelos *guarani*, entretanto, não existem indicações se estava relacionada ao status social, como observamos no subcapítulo referente à Arqueologia das Práticas

Mortuárias, quando Cunha (1978) revela que o enterro secundário não era um privilégio de todos, assim como a localização espacial do sepultamento na aldeia, que refletiam a hierarquia dos indivíduos dentro do grupo.

O padre jesuíta mencionou que para aquele grupo *guarani* específico, a urna servia para a alma ficar mais acomodada e que no enterramento dos cristãos, os índios participavam ativamente na tentativa de 'espantar a alma' para que ela não 'padecesse junto com o corpo'.

Esses séculos de reprodução\transformação de práticas rituais podem ser observados nos relatos etnográficos sobre os grupos indígenas paranaenses.

2.2.Os relatos etnográficos

> *Cagmá, iengvè, oanan eió oho ia engó que lin, in fimbré ixan na ióngóngue iamá que nò ò caicá, Kato nô ó maingvè.*
>
> *Passe com cuidado a ponte. Viva bem com os outros; assim como eles vivem bem, você também pode viver. Lá você há de ver muita coisa que já viu em minha terra, assim como o gavião. Teus parentes hão de vir te encontrar na ponte e te levarão com eles para a tua moradia.*
> *(Canto Kaingang quando fazem enterramentos - Traduzido por Telemaco Borba em 1908).*

No início do século passado, Telemaco Borba sertanista que desbravou a região do rio Tibagi no Paraná, descreveu em 1908, após um convívio de mais de trinta anos, as línguas, os costumes e também as formas de enterramentos das duas principais etnias remanescentes que habitavam o território paranaense. Alguns autores consideram que seu trabalho contribuiu sobremaneira para a etnologia indígena do Estado.

Sobre os *caingangues ou coroados*[54], Borba relata que historicamente no Paraná habitavam os territórios que correspondem hoje aos municípios de Castro e Guarapuava promovendo assaltos aos moradores e tropeiros e, que entre os anos de 1856 e 1857 foram atacados e aldeados onde até hoje permanecem em São Jerônimo da Serra e São Pedro de Alcântara. "O aldeamento de São Jerônimo foi criado durante o Governo Imperial com a finalidade de evitar os conflitos entre os *kaingangs* e *kaiguas guaranis* e vice e versa, inimigos ferrenhos" (BORBA, 2009, p.58).

O motivo do aldeamento, entretanto, deve-se ao fato que território compreendido por grupos *kaingang* naquele período, se estendia entre os rios Tibagi, Paranapanema e Paraná, constituindo-se uma ameaça ao domínio de todos os Campos Gerais.

Segundo Borba (2009), os índios *kaingang* acreditavam na vida após a morte, que para a alma dos valentes seria em um lugar de caça abundante, diferentemente para os covardes que ficariam morando na terra. O funeral kaingang foi descrito por Borba, da seguinte maneira:

> (...). Se percebem que não escapa da moléstia, prometem enterrá-lo com curús novos, bonito arco e flecha, grande colar de contas e ter cuidado com suas mulheres e filhos. (...). Se morre, imediatamente o enterram, deitado com seu arco, flechas, curú e machado, em uma cova superficial, forrada e coberta com madeiras e terra por cima destas; fazem seus vinhos e convidam os vizinhos para levantar a sepultura, carregando terra em cestos, deitando-se sobre esta, até tomar a forma de uma pirâmide cônica, de dois a quatro metros de altura e seis a oito de diâmetro na base; concluído este serviço, dirigem-se todos ao rancho de onde sai o morto e principiam todos sentados ao redor de um comprido fogo, a beber o quiqui e cantar as ações do morto; depois de já um pouco quentes, levantam-se cantando e dançando, aos saltos compassados, ao som do maracá (xií), vão dando volta ao grande fogo, e assim continuam, ora sentados, ora em pé, sempre cantando e sempre bebendo, até acabar o vinho; então, vão lavar-se no rio e dormir. As mulheres, filhas, mães e irmãs do morto, choram-no ainda por muitos dias. Para as crianças não fazem pirâmides; enterram-nas em covas rasas e não fazem festa (BORBA, 2009, p.20).

Sobre os índios *guarani* ou *cayguás* relata que seus grupos já haviam sido bastante dizimados por epidemias de varíola e outras mazelas trazidas pelo contato com o homem branco e também descreveu seus enterramentos, conforme o trecho que segue:

> (...). Enterravam os homens em covas fundas, feitas junto de grandes árvores; carregam o morto na rede em que falece, introduzem esta com o cadáver na sepultura e prendem-na de maneira a não tocar no fundo, fazem por cima do cadáver um forro de paus roliços, para evitar o contato deste com a terra; põem esta por cima até sobressair do solo. Colocam as armas e utensílios do morto encostados à árvore; em

[54] A denominação coroados deve-se ao fato dos índios utilizarem à época uma tonsura na cabeça como os frades franciscanos. "A tonsura era também elemento identificador entre os *xokléng* que completavam com o tembetá o adorno labial somente pelos homens, o que originou o nome *botocudos*" (BECKER, 1976, p.109).

> cima da sepultura fincam uma estaca na qual dependuram o geguacá[55], tucamby[56], maracá[57] e colares do morto. Depositam na sepultura vasos de argila, contendo caoin, batatas e mandiocas assadas; estas provisões são renovadas de tempos em tempos, geralmente até nascer mato na sepultura (BORBA, 2009, p. 72).

Eles acreditavam que os mortos vagam pelos lugares onde foram sepultados e que têm necessidades como os vivos, o que explicaria a prática de depositarem alimento nas suas sepulturas (BORBA, 2009, p.72).

Apesar de extremamente distantes uma da outra, as línguas *kaingang* e *guarani* foram apreendidas e difundidas por Telemaco Borba e pelas quais dedica a maior parte da obra *Atualidade Indígena*. Surpreendentemente, ao final, há um capítulo destinado a tratar dos túmulos indígenas.

Ressalta que nos territórios observados por ele, com ocupação indígena *kaingang* ou *guarani* presenciou outras duas formas de enterramento diferentes das que foram descritas acima. Para o autor, a primeira, que lhe pareceu mais antiga, pois,

> (...) era feito em vasos de argila, pintados de branco e vermelho, dentro dos quais colocavam o morto, bem como outros vasos menores, que deviam conter alimentos, cobrindo-os com outro vaso que lhe servia de tampa; nestas urnas se encontram ainda: fragmentos de ossos, dentes ainda perfeitos e pequenas vasilhas de barro.
> Destas urnas só as tenho encontrado no Jataí. Sua extração é difícil, em vista da fragilidade que apresenta a argila umedecida do contato da terra em que está (BORBA, 2009, p. 145).

Também na região do Jataí, observou a existência de montículos de forma cônica que encontravam nas áreas mais altas com presença de floresta de araucárias, e relatou que:

> (...) pela forma traziam-nos a memória os túmulos dos caingangues. Procedemos à escavação de um destes montículos; a um metro e cinquenta (1,50m) de profundidade do solo, deparamos com uma lage (sic) de quarenta centímetros de comprimento sobre trinta de largura; removendo-a encontramos carvão e cinzas sobrepostas a uma lage (sic) horizontal e duas no sentido vertical. Depois temos procedido a outras escavações em montículos semelhantes, e o resultado tem sido idêntico. Daí a convicção de que estes montículos são túmulos ou sepulturas, de uma nação ou tribo que usava a cremação de seus mortos. Qual seria esta nação? Os caingangues e guaranis atuais não usam a cremação (BORBA, 2009, p.146).

---

[55] geguacá: cocar ou coroa.
[56] tucamby: pequena semente preta da qual se faz colares e braceletes, enfeitados com penas vermelhas e auras de tucanos.
[57] maracá: instrumento musical feito com uma cabaça contendo sementes no interior encabada em uma varinha curta (BORBA, 1908).

Naquele período, o autor não teve acesso aos relatos do Padre Montoya acerca dos enterramentos guarani em urnas e não estavam disponíveis pesquisas que atribuíam a ancestralidade dos *kaingang* aos *guaianá,* o que é muito questionado por ele no final da sua obra.

A historiadora e arqueóloga Basile Becker (1976: 37) realizou um amplo levantamento de fontes bibliográficas disponíveis sobre os estados do sul para compor a obra *"O índio kaingang no Rio Grande do Sul"*. No texto, muitas das práticas culturais descritas foram observadas no grupo kaingang do município de Palmas, no Paraná.

A autora afirma que esse grupo indígena é conhecido desde os tempos mais remotos como *guaianá* e que o termo *kaingang* foi introduzido por Telemaco Borba em 1882, para designar todo índio não guarani. Nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul abrangem os que eram denominados como *guaianá, coroados, bugres, shokléng, tupi, botocudos*, todos os que linguística e culturalmente formavam o ramo da família *Jê.*

Segundo ela, os *kaingang* preocupavam-se com o ritual da morte e os preparativos para o velório e funeral que se diferenciavam dependendo do status social e situação do morto: caciques principais, caciques subordinados, mortos em combate - que receberiam as mesmas honras que um cacique -, mulheres dependendo da posição no grupo, crianças, criminosos, entre outros, eram todos sepultados no cemitério da aldeia, conforme apontaram os diferentes autores por ela pesquisados.

Com relação às formas de enterramento descrevem a utilização de ponchos para enrolar o cadáver, folhas de palmeira para forrar a tumba, montículos, mobiliário funerário, representado pelas armas do defunto, potes de cerâmica para provisões, entre outros. Em algumas das fontes por ela levantadas também referem-se ao enterro do cachorro com seu dono falecido e a destruição de seus pertences, incluindo a casa. O abandono de aldeias pelo grupo também foi relatado, na obra da autora.

A importância das exéquias foi verificada após a morte. A autora constatou que os túmulos eram frequentemente visitados para realização de rituais que incluíam bebidas e danças[58] ao redor dos mesmos. São citados ainda os enterramentos secundários para os

[58] Os danceiros foram evidenciados em escavações arqueológicas. Correspondem a grandes estruturas anelares, em formato de aterro e que eram utilizados como centros cerimoniais por grupos classificados como xokléng.

caciques, com grande festa realizada para a trasladação dos ossos, além de montículos que continham muitos esqueletos de indivíduos mortos em combates.

A tese de doutorado *Enterros em urnas dos tupi-guarani* (1977), de José Vicente César foi baseada em dados arqueológicos que na ocasião revelaram que precisamente na bacia do Paraná, os achados de urnas funerárias eram abundantes, em razão de ser o grande centro de dispersão *guarani*. Do grupo de pesquisadores citados por ele, os quais teriam localizado urnas no Paraná e cercanias, excluindo-se o professor Blasi, constam várias publicações em língua estrangeiras que não tiveram alcance no Brasil.

Ressalta que o enterramento em urnas não foi a única forma de sepultamento dos tupi-guarani, mas a conclusão de sua pesquisa é de que os *guarani* praticaram o enterro em urnas de maneira intensa, e com isso prefere admitir que tal prática, evidenciada no Brasil desde a Amazônia e por toda a América do Sul, já era comum a toda a família tupi-guarani em época anterior aos movimentos migratórios.

Quanto aos enterramentos dos grupos tupi-guarani, encontramos em César (1977) que por se organizarem em extensos grupos de grandes famílias, com íntimo grau de sangue e parentesco, as práticas não consistiam apenas em preparar o cadáver ou preservá-lo do contato direto da terra, mas também, e talvez muito mais, em protegê-lo contra maus espíritos, em precaver-se contra um possível retorno ao mundo dos vivos ou mesmo em facilitar-lhe a longa viagem do além-túmulo (CÉSAR, 1977, p.27).

Os exemplos citados aqui ilustram que após os contatos estabelecidos com os grupos *Jê* e *Tupi*, muito da cultura se manteve e foi transformada e, além disso, também contribuem para ressaltar que todos os grupos tinham suas práticas rituais de enterramento que simbolizavam para além da hierarquia social, a crença na alma e na vida após a morte.

Para Clastres, a sociedade indígena classificada como simples e basicamente homogênea, revela uma extrema religiosidade que antes de ser individual "é social e coletiva, por dizer respeito em primeiro lugar às relações da sociedade com o mundo dos vivos com esse Outro que é para ela o mundo de seus mortos" (CLASTRES, 2004, p.71).

Ainda para o autor, "seus ritos funerários, enquanto se referem ao corpo morto são destinados a afastar definitivamente dos vivos as almas dos mortos" (CLASTRES, 2004, p.72). E o culto aos mortos na América do Sul não são realizados para celebrar os mortos, pois eles se preocupam bem mais em apagá-los, conforme ele adverte:

> (...). Que se faz com os mortos? Eles são, geralmente enterrados. Quase em toda parte, na área em questão, o túmulo é um buraco cilíndrico às vezes recoberto de um

> pequeno teto de palmas. O corpo é na maioria das vezes depositado em posição fetal, rosto voltado na direção da suposta morada das almas. A ausência quase total de cemitérios deve-se não aos deslocamentos periódicos das aldeias quando as plantações tornam-se improdutivas, mas sim à relação de exclusão que separa os vivos dos mortos. Com efeito, o cemitério é um espaço fixo reservado aos mortos, a quem se pode portanto visitar e que, dessa maneira, são mantidos na permanência e na proximidade em relação ao espaço dos vivos. Ora, a preocupação maior dos índios é abolir até mesmo a lembrança dos mortos: como se lhes reservaria então um espaço privilegiado, um cemitério? A vontade de ruptura com eles leva assim numerosas sociedades a abandonar simplesmente a aldeia quando ocorre um falecimento a fim de criar a maior distância possível entre o túmulo do morto e o espaço dos vivos. Todos os bens do morto são queimados ou destruídos, um tabu é lançado sobre seu nome que por daí em diante não mais se pronunciará. Em suma, o morto é completamente anulado (CLASTRES, 2004, p. 72).

Para ele, algumas sociedades não enterram seus mortos, elas os comem e os ossos são quebrados, queimados ou abandonados. E, que como no caso do endocanibalismo praticado pelos *yanomami*, a absorção do outro demonstra uma aparente integração dos mortos pelos vivos, entretanto,

> (...) é só aparência. O endocanibalismo na realidade, leva ao extremo a separação dos vivos e dos mortos, no sentido de que os primeiros, ao comer os segundos, chegam mesmo a privá-lo dessa última fixação no espaço que seria um túmulo: não subsiste mais nenhuma possibilidade de contato entre uns e outros, e o endocanibalismo cumpre da maneira mais radical a missão que se atribuem os ritos funerários (CLASTRES, 2004, p.73).

Todavia, no estado do Paraná, como já comentado anteriormente, no caso dos índios *guarani*, as escavações arqueológicas evidenciaram os sepultamentos nos espaços da própria aldeia, na praça central e habitações. Nesse caso, pode-se verificar que não só houve a preocupação com o destino dado ao corpo, ou seja, o enterramento, como a continuidade da presença dos mortos no mundo dos vivos.

2.3. Os sítios arqueológicos com enterramentos pré-históricos no Paraná

Agora passamos para o principal conteúdo desta dissertação que se refere aos sítios arqueológicos do estado do Paraná onde foram encontradas evidências de sepultamentos humanos. A pesquisa foi realizada especialmente no Centro de Pesquisas e Estudos Arqueológicos da Universidade Federal do Paraná (CEPA/UFPR) por meio de fontes

primárias, como fichas de campo, croquis, fotografias, coleções arqueológicas e fontes secundárias, representadas por artigos científicos sobre os sítios escavados. Também foram abordados os arquivos e biblioteca da Superintendência do Iphan no Paraná que contém o acervo documental, onde constam processos e relatórios dos programas de Arqueologia realizados no âmbito dos empreendimentos e as fichas de cadastro de sítios arqueológicos, localizados no CNSA/IPHAN e Banco de Dados da Superintendência. O Museu Paranaense também foi visitado para o levantamento das coleções arqueológicas e verificação dos ambientes dos acervos, conforme também realizado no CEPA/UFPR.

Na ocasião da pesquisa, quando o sítio apresentava publicações, optou-se por utilizar esses textos, que haviam sido elaborados após a análise dos materiais em laboratório, para obtenção dos resultados das datações, bem como leituras interdisciplinares e representações gráficas mais completas. Já outros que não tinham sido publicados os estudos na forma de artigos, mas haviam sido estudados para compor os relatórios de pesquisa para o Iphan. Para alguns, os únicos registros eram as fichas de campo, arrolamento do material coletado, croquis e fotografias. Não necessariamente a documentação textual continha todas essas informações. As descobertas fortuitas, por vezes, eram localizadas na ficha de cadastro no CEPA/UFPR, mas as informações eram muito reduzidas. Dessa forma, em alguns casos foi feito o possível para extrair o maior número de informações que pudessem contribuir para um estudo comparativo sob as mais possíveis variáveis que se pudesse obter.

As informações sobre ocorrências de enterramentos, na maioria das vezes foram provindas dos moradores e trabalhadores locais que, por falta de informações, já haviam alterado o pacote funerário, prejudicando o registro por parte dos pesquisadores. No caso dos projetos de grande extensão, como para hidrelétricas, foram recorrentes as informações de urnas contendo ossos humanos em épocas anteriores nas áreas abrangidas, das quais os pesquisadores não puderam aferir nenhuma evidência.

A princípio foram arrolados vários sítios com fragmentos de urnas que não revelaram remanescentes ósseos humanos. Após a qualificação do trabalho definiu-se que estas não poderiam ser consideradas para a presente pesquisa, uma vez que não continham evidências de que foram utilizadas para sepultamento. Os grandes recipientes cerâmicos também eram usados para armazenamento de alimentos sólidos e líquidos. Somente um teste arqueométrico, sobretudo para verificação do nível de fosfato poderia atestar se as urnas continham ou não esqueletos, conforme observa Macari (2013) que estudou o bloco testemunho retirado do município de Altônia, no Estado do Paraná e que está sob a guarda do CEPA da UFPR. Esse

estudo foi realizado no âmbito da sua pesquisa de mestrado sobre Arqueoentomologia[59]. A autora constatou que a urna havia sido anteriormente utilizada para armazenamento de bebidas e que também serviu para a inumação.

Mesmo Strauss (2010) considerando que um osso encontrado em uma escavação não represente um sepultamento, resolveu-se incluir na pesquisa as urnas que apresentavam evidências, como de fato ocorreu. Pois, o mesmo autor relata que "o sepultamento, como processo, é um ato específico no tempo" (STRAUSS, 2010, p.180). Dessa forma, as urnas funerárias dos grupos tupi-guarani, dentro do contexto arqueológico observado, embora não revelem na maior parte das vezes ossos humanos, contém outras evidências, como as oferendas funerárias que podem evidenciar um sepultamento.

Incluindo as três principais reservas técnicas situadas na cidade de Curitiba e o Ecomuseu de Itaipu, que é responsável pelo legado arqueológico da Usina de Itaipu - Itaipu Binacional-, além da urna de Capanema que ficou acondicionada no museu do município, essa pesquisa revelou a existência de 28 registros arqueológicos com sepultamentos muito antigos, sendo que 07 correspondem a coleções arqueológicas sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR e do Museu Paranaense.

Na maioria desses casos de descobertas arqueológicas referentes a enterramentos, não houve o cadastro dos sítios junto ao órgão federal de proteção do patrimônio, muito em função dessas pesquisas serem anteriores a Lei nº 3.924/1961 e outros por se caracterizarem como atendimentos pontuais das instituições do Estado que também tem por missão proteger os bens de natureza arqueológica.

As principais instituições de guarda de material arqueológico no Paraná também foram responsáveis pela coordenação da maior parte das pesquisas da presente dissertação, das quais passamos a discorrer.

O *Sítio arqueológico de Estirão Comprido* representa a primeira escavação sistemática realizada no Paraná. Localizado no município de Prudentópolis, foi identificado por Barthelmes em 1951, pesquisado por Fernandes no ano de 1952 e Altenfelder Silva e Blasi em 1954 e 1955, sob a coordenação do Museu Paranaense. Trata-se de um sítio multicomponencial a céu aberto, sendo a última ocupação associada a grupos tupi-guarani. Apresentou o registro de 9 (nove) enterramentos primários e em contextos secundários, permanecendo como o mais

[59] Aliada aos métodos das Ciências Forenses, a Arqueoentomologia utiliza os conhecimentos de taxonomia e biologia dos insetos (Entomologia) como ferramenta interpretativa em estudos arqueológicos. Tem início nas escavações egípcias desde o século XIX e difusão na Europa a partir da década de 1970, sendo pouco desenvolvida no Brasil e com carência de bibliografia em língua portuguesa (MACARI, 2013, p. 14).

representativo sob esse aspecto da cultura material até o ano de 2013, quando o resgate do sítio Abrigo Serra do Veado, durante os trabalhos de Arqueologia Preventiva na Usina Hidrelétrica de Mauá, revelou o registro de 11 sepultamentos. De todo modo, o sítio do Estirão Comprido ainda apresentou a maior quantidade de remanescentes ósseos humanos a céu aberto.

A formação rochosa denominada Estirão Comprido "situa-se na extremidade setentrional do município de Prudentópolis, à margem esquerda do rio Ivaí, sob as coordenadas 24º 40' de latitude e 51º 20' de longitude". O rio Ivaí, um dos mais importantes tributários a margem esquerda do rio Paraná, tem nesse trecho de segundo planalto paranaense, numerosos saltos e corredeiras (BLASI, 1967, p.3).

Segundo Maack e Barthelmes[60] (1953, citados por Blasi, 1967), a região faz parte das formações geológicas da Série Passa Dois Inferior – Formação Terezina – caracterizada pela ocorrência de lentes de calcário, folhelhos cinza-esverdeados, arenitos, bancos e nódulos de sílex (BLASI, 1967, p.4).

Esta informação já havia despertado interesse no início do trabalho, pois questionou-se se a presença de calcário, poderia ter contribuído para a conservação dos ossos humanos no sítio em questão. A pesquisa resultou em novas informações. Trata-se de um trabalho realizado sobre a associação faunística nas camadas Terezina - Série Passa Dois-, com amostras coletadas nas imediações de Barra da Areia, município de Prudentópolis. O autor, Karl Beurlen, da divisão de Geologia e Mineralogia no Rio de Janeiro, apresenta que as camadas Terezina, encontradas no sul do Estado do Paraná, consistem em arenitos finos com muscovita intercalados com leitos de calcário oolítico, secundariamente silicificados. E que os leitos oolíticos acentuariam a distribuição dos fósseis no local, como na placa da Barra da Areia (BEURLEN, 1954, p.3).

Sua interpretação paleogeográfica é de que pela quantidade de conchas e sua semelhança com as conchas marinhas, a bacia do Paraná era intracontinental com ligação aberta com o oceano, possibilitando a entrada das marés (BEURLEN, 1954, p.7). A quantidade de conchas presentes nas camadas do sítio Estirão Comprido também chama a atenção, principalmente associada aos enterramentos, conforme as descrições que foram apresentadas.

---

[60] BARTHELMES, Arthur Werner. *Subsídios Geográficos para o estudo Paleoetnológico do Vale do Rio Ivaí.* In: Boletim da Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Paraná, ano 3, n. 11. Curitiba: 1953.p.113-121.
MAACK, Reinhard. *Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná.* Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná e Instituto Nacional do Pinho. Curitiba: 1950.

Os sepultamentos foram localizados na porção central do sítio (Fig. 8). O croqui do pesquisador corrobora as informações obtidas em outras escavações arqueológicas envolvendo sítios de grupos tupi-guarani, que indicaram que os sepultamentos eram realizados na praça central da aldeia, sendo que apenas um dos esqueletos, o indivíduo 7, foi localizado em porção pouco mais distante, que pode indicar a própria habitação, ou pode estar relacionado a diferentes ocupações.

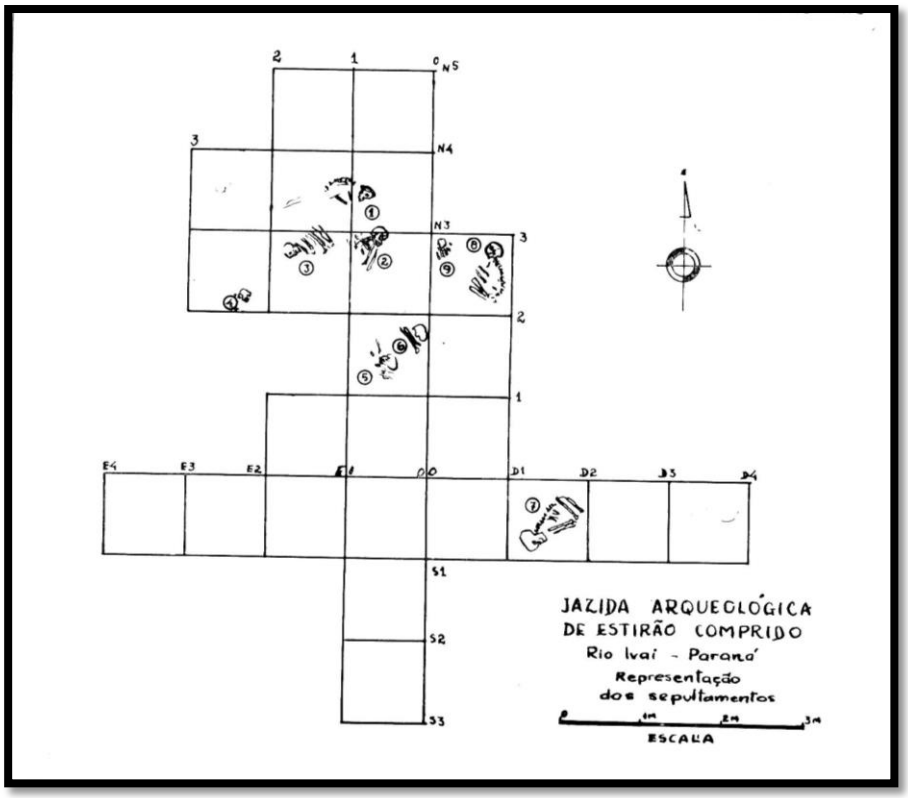


Figura 8: Croqui da posição dos sepultamentos no sítio Estirão Comprido.
Fonte: BLASI, 1967.

Por meio das descrições e do desenho que foi elaborado, pode-se verificar que alguns indivíduos apresentaram ausências anatômicas e que foram encontrados em contextos secundários, o que gerou dúvidas acerca das formas de inumação, como em razão da quantidade de fragmentos cerâmicos dispostos no sítio como um todo. Contudo, na maior parte dos casos pode-se verificar as formas de inumação, profundidade, orientação dos esqueletos e presença de outros elementos, como valvas de moluscos terrestres e aquáticos.

Blasi salientou que “os informes arqueológicos sobre a ocorrência de sepultamentos primários e secundários feitos direta ou indiretamente nos planaltos paranaenses, além de fragmentários são muito escassos” (BLASI, 1967, p.42). A afirmação foi feita pelo arqueólogo em 1967, quando em termos sistemáticos, a sua pesquisa era pioneira. Na mesma época, o casal

de arqueólogos Laming e Emperaire havia escavado o sítio José Vieira que também revelou esqueletos humanos. Suas queixas também advinham da impossibilidade de se realizar na ocasião estudos comparativos com os vestígios humanos encontrados e, no entanto, após quase cinquenta anos e apesar do aumento das pesquisas, por meio da Arqueologia por contrato, o número de sítios que apresentaram remanescentes ósseos humanos no Estado do Paraná é ainda muito reduzido.

Por meio da análise dos materiais em laboratório, principalmente a cerâmica que apresentou diferentes tipos de decorações e pinturas policromas, atribuiu-se a cultura material aos grupos *guarani*, embora admita-se ter havido uma ocupação anterior por caçadores e coletores (supostamente *Jê*) e posterior, pois uma lâmina metálica indica contato direto e indireto com grupos europeus (ALTENFELDER SILVA, 1959, p.118).

Blasi também pode comprovar a existência de duas formas de sepultamento entre os indígenas do grupo linguístico tupi-guarani - a primária e a secundária -, no entanto, a impossibilidade de aferir se alguns dos indivíduos do sítio arqueológico Estirão Comprido estavam, de fato, no interior de urnas, conforme apontado por moradores locais, não contribuiu para determinar se aquele grupo específico utilizou as duas formas de sepultamento simultaneamente (BLASI, 1967, p. 47- 48).

Os esqueletos oriundos do sítio Estirão Comprido receberam posteriormente, o tratamento do bioarqueólogo Walter Neves e não apresentaram qualquer semelhança com os que foram caracterizados como representantes de grupos Jê.

Entretanto, essas investigações foram expeditas e os remanescentes ósseos humanos não foram datados, deixando uma grande lacuna sobre as reocupações do sítio. Por outro lado, o acervo possui boas condições de preservação e grande potencial informativo.

Em 1956, os pesquisadores do Museu Paranaense sob a coordenação do prof. Oldemar Blasi, visitaram o *Sítio arqueológico de Barracão*[61], município localizado entre as cidades de Santo Antônio e Dionísio Cerqueira, no sudoeste paranaense e noroeste catarinense, nos limites com as missiones argentinas.

A descoberta do sítio ocorreu quando um trabalhador rural, o Sr. Kuntz localizou em sua propriedade uma urna contendo ossos humanos, cuja tampa foi violada na busca por moedas de ouro escondida pelos jesuítas, conforme lenda da região (FICHA CEPA, 1956; BLASI, 1967, p.45).

---

[61] Na época do achado arqueológico, Barracão era apenas uma localidade, conforme consta nas fontes de pesquisa. Foi desmembrado do município de Santo Antônio do Sudoeste em 1961.

A urna com os remanescentes ósseos foram levadas para a delegacia da cidade, pois começaram a divulgar que o agricultor havia cometido um assassinato e enterrado uma pessoa dentro de uma panela de barro. O juiz da Comarca de Santo Antônio do Sudoeste comunicou a descoberta ao Museu Paranaense, e as peças arqueológicas foram entregues para os representantes daquela instituição, Oldemar Blasi e Vladmir Kozác em 1958 e depositadas no Museu de Arqueologia e Artes Populares, atual MAE/UFPR em 1959.

De acordo com BLASI (1967), a urna era pintada de bege e vermelho e a tampa com decoração estriada e,

> (...). O conjunto ósseo é constituído de peças longas (úmeros, tíbias e fêmures) e chatos pertencentes ao crâneo. Correspondem a uma pessoa adulta, porém ainda jovem. Sua coloração é avermelhada, e o peso muito elevado, o que faz supor que os ossos estavam em processo de mineralização (BLASI, 1967, p.46).



Figura 9: Urna com ossos humanos localizada às margens do rio Iguaçu, município de Santo Antônio/PR
Fonte: BLASI, 1967.

Como poderemos verificar mais adiante, as dimensões dessas urnas, a presença de ossos humanos e a busca por tesouros escondidos tornaram os sítios com essas características muito vulneráveis às interferências humanas quando descobertos.

As mesmas perturbações foram constatadas na *Jazida Arqueológica José Vieira*, um sítio arqueológico multicomponencial a céu aberto, sendo a última ocupação associada a grupos tupi-guarani. Localizado no município de Guaporema[62], na margem esquerda do rio Ivaí, foi descoberto em 1954, na propriedade do Sr. José Vieira que encontrou ossadas humanas na areia preta. Comunicou ao delegado de polícia do município, que constatou que tratavam-se de sepulturas indígenas. "Cavando mais profundamente na frente do delegado encontraram mais duas sepulturas" (LAMING; EMPERAIRE, 1959, p.9).

O sítio estava disposto na planície de inundação do rio Ivaí, o que os pesquisadores afirmaram ter influenciado no pacote arqueológico que se apresentou pouco espesso.

Segundo os arqueólogos, as escavações foram realizadas em dois setores do sítio. O primeiro correspondente ao local onde o Sr. José Vieira localizou as sepulturas e outro a 50 m aproximadamente do primeiro, pois o local apresentava afloramentos de areias pretas e cerâmica em superfície.



Figura 10: Pesquisador francês Joseph Emperaire (à esquerda) com o acervo do Sítio José Vieira
Fonte: Laming; Emperaire, 1959, s/p.

Os esqueletos haviam sido retirados pelo Sr. José Vieira e o delegado, junto a materiais líticos e cerâmicos e colocados em uma caixa. Estavam incompletos, por terem sido recolhidos de maneira incorreta e quebrados durante o transporte de caminhão. De acordo com os pesquisadores, não foi possível identificar se as sepulturas eram coletivas ou separadas e

[62] Na publicação consta que o sítio foi localizado em Cidade Gaúcha, entretanto, após a localização da área ficou constatado que o mesmo situava-se no município de Guaporema, também fundado em 1961.

próximas, no entanto, pareceu que não estavam em urnas funerárias. Moradores não mencionaram a presença de cacos cerâmicos junto aos sepultamentos (LAMING; EMPERAIRE, 1959, p.24).

As ossadas foram trazidas para Curitiba para análises, quando os pesquisadores identificaram três indivíduos: uma criança de aproximadamente 12 anos, uma mulher de 20 a 25 anos e uma idosa apresentando diferentes lesões ósseas (LAMING; EMPERAIRE, 1959, p.26-27).

Chmyz comenta as datações radiométricas divulgadas do sítio José Vieira, que só aborda os remanescentes da 'Camada IV', na profundidade de 2,90m. A datação radiométrica obtida foi de 5. 240 anos antes do presente (Gsy-80). Na 'Camada VIII', cujo material não foi divulgado, a datação acusou 6.685 anos antes do presente (Gsy-78) (CHMYZ, 1999).

Um dado importante é referente ao acervo arqueológico gerado pelas pesquisas arqueológicas desenvolvidas pelo casal francês. As coleções arqueológicas estão divididas entre as três de guarda de Curitiba. Esse fato ocorreu quando o ex-diretor do Museu Paranaense, Loureiro Fernandes criou o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. As pesquisas arqueológicas eram financiadas pelo CEPA/UFPR e no Museu Paranaense as evidências eram analisadas e ali permaneciam por falta de espaço no CEPA para acolhê-las. (CHMYZ, comunicação verbal, 2014-2015).

PARELLADA (2014) confirma que o parte do acervo arqueológico e etnográfico do Museu Paranaense foi repassado ao Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade Federal do Paraná, atual MAE/UFPR, criado por Loureiro Fernandes em 1963.

Em 1959, Blasi representando o Museu Paranaense recuperou um conjunto funerário no *Sítio arqueológico 3 Morrinhos,* também associado a grupos tupi-guarani. Localizado junto ao Porto 3 Morrinhos, à margem esquerda do rio Paraná, em Querência do Norte, município do noroeste paranaense.

O trecho do terceiro planalto onde o sítio foi localizado é assinalado por uma vasta camada arenítica, de origem eólica, denominada de São Bento Superior ou Caiuá, o qual repousa sobre os derrames eruptivos básicos.O arenito São Bento Superior ou Caiuá do Estado do Paraná também cruza o Alto Rio Paraná, penetrando em São Paulo, ao Sul do Mato Grosso (MAACK, 2012, p.491).

De acordo com Blasi (1961), o sítio não pode ser escavado sistematicamente, mas foi aberta uma pequena trincheira para a retirada de duas urnas funerárias que afloravam no terreno e coleta de evidências no entorno. O local já havia sido bastante alterado pela instalação de uma

companhia colonizadora e que as construções, precedidas de trabalhos de terraplenagem haviam sido realizadas sobre a mancha de terra preta do sítio (BLASI, 1961, p.51).

A maior concentração de evidências estava situada a cerca de 120 metros da barranca do rio, em local não sujeito a inundações. Estavam espalhadas por sobre uma mancha de terra preta, de forma quase retangular, com aproximadamente 160x140 metros, que repousava diretamente sobre uma camada de terra vermelha arenosa (BLASI, 1961, p.52).

As urnas já haviam sido descobertas e danificadas por um morador da região. Os pesquisadores optaram por salvar o que ainda restava das peças, escavaram uma trincheira de 2 metros quadrados. Quando as urnas foram expostas, constataram que se tratava de urnas funerárias, pois no interior, "em mistura com impurezas, estavam ainda alguns fragmentos de ossos humanos, já em avançado estado de decomposição, os quais não resistiram ao toque manual, vindo a se esfarelar" (BLASI, 1961, p.52). Nas proximidades além de restos de carvão e cinza, havia lascas de quartzo e uma vasilha de forma semi-esférica parcialmente quebrada (BLASI, 1961, p.52).

As duas urnas estavam em posição vertical, distantes 30cm uma da outra, sendo que as partes superiores estavam envolvidas em terra preta e as porções inferiores em camada de terra vermelha, conforme ilustração abaixo:

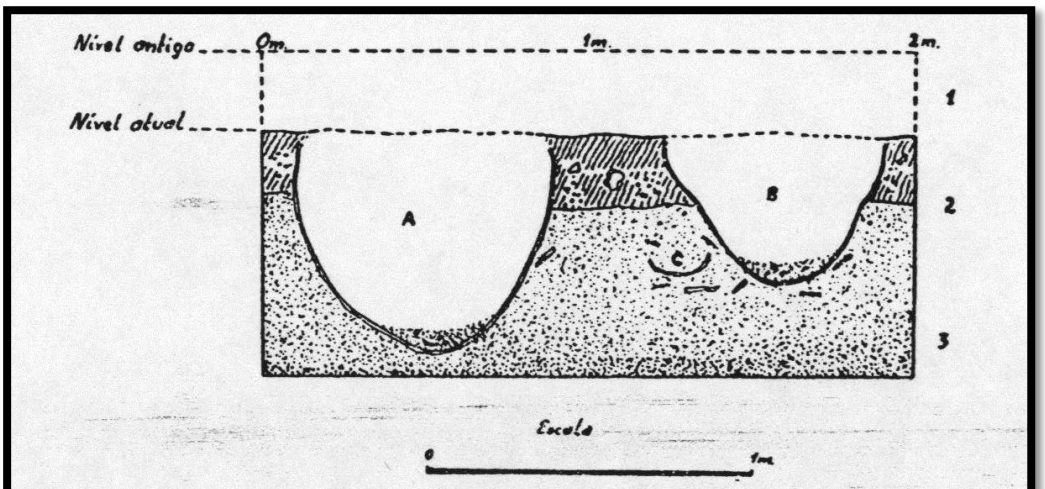


Fig. 4 — Trincheira-teste aberta para o estudo das camadas e das urnas.

1 — Camada de terra preta (± 25 cm.) removida.
2 — Camada de terra preta e vermelha (± 20 cm.) semi-perturbada, com carvão, cinza, fragmentos de cerâmica e ossos esfarelados.
3 — Solo arenoso de côr vermelha.

Figura 11: Croqui de posicionamento das urnas
Fonte: BLASI, 1961.

Além das urnas, havia uma pequena tigela (C), que de acordo com o pesquisador apresentaram coloração (possível engobagem), sem decoração plástica (BLASI, 1961, p.56).

Em 1965, um conjunto funerário também foi localizado por agricultores, no município de Santana do Itararé, o que demandou um atendimento em caráter emergencial do CEPA/UFPR. O *Sítio arqueológico Fazenda Água da Fartura*, disposto a céu aberto era representado por três áreas elípticas, assinalados por terra preta e abundante material arqueológico (CHMYZ, 2002, p. 90). Os pesquisadores, que o visitaram dez dias após a descoberta, puderam constatar a abertura de uma cavidade para a retirada das peças pelos moradores locais. A urna (Fig. 12a) apresenta engobo branco e pinturas em vermelho nas porções superiores. "Mostra assimetria no ombro e no bojo. Mede 92cm de altura, 110cm de diâmetro máximo e 51cm de diâmetro na abertura" (CHMYZ, 2002, p. 90).

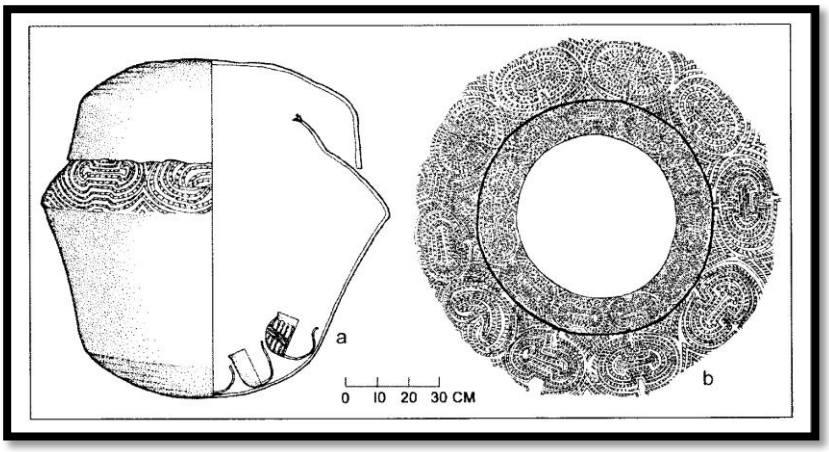


Figura 12: Conjunto funerário procedente do sítio arqueológico PR NA 1 – Fazenda Água da Fartura (a) e reconstituição dos motivos pictóricos da decoração do recipiente (b)
Fonte: CHMYZ, 2002.

As pinturas puderam ser reconstituídas pelo pesquisador (Fig. 12b). No seu interior haviam três recipientes pequenos e fragmentos ósseos humanos muito danificados (CHMYZ, 2002, p. 90).

Todos os trabalhos realizados pela equipe do CEPA/UFPR foram acompanhados por autoridades da Comarca de Wenceslau Braz, município limítrofe ao do achado arqueológico, pois como no caso do sítio em Barracão, havia suspeita de crime.

Em 1973, em razão da descoberta fortuita de dois conjuntos funerários no município de São José da Boa Vista, no vale do rio Itararé, a equipe do CEPA/UFPR realizou pesquisas no

Sítio arqueológico Vitorino 3 que ainda possuía estruturas de habitações em terra preta (CHMYZ, 2002, p.88).

As urnas haviam sido impactadas pelo arado e, como havia ossos humanos no seu interior foram levadas para a delegacia do município, onde um inquérito policial foi instaurado, pela suspeita de crime, fato que gerou grande insatisfação inclusive entre os detentos, que exigiram que a urna permanecesse do lado de fora da delegacia. No entanto, após esclarecimentos do professor Joaquim Gil, historiador do município de Wenceslau Braz, a peça arqueológica foi guardada e o inquérito policial encerrado (CHMYZ, 2002, p.88).

Na ilustração a seguir, podemos observar as formas dos recipientes encontrados no vale do rio Itararé, em comparação com outros que foram resgatados do vale do rio Paranapanema e do planalto curitibano.

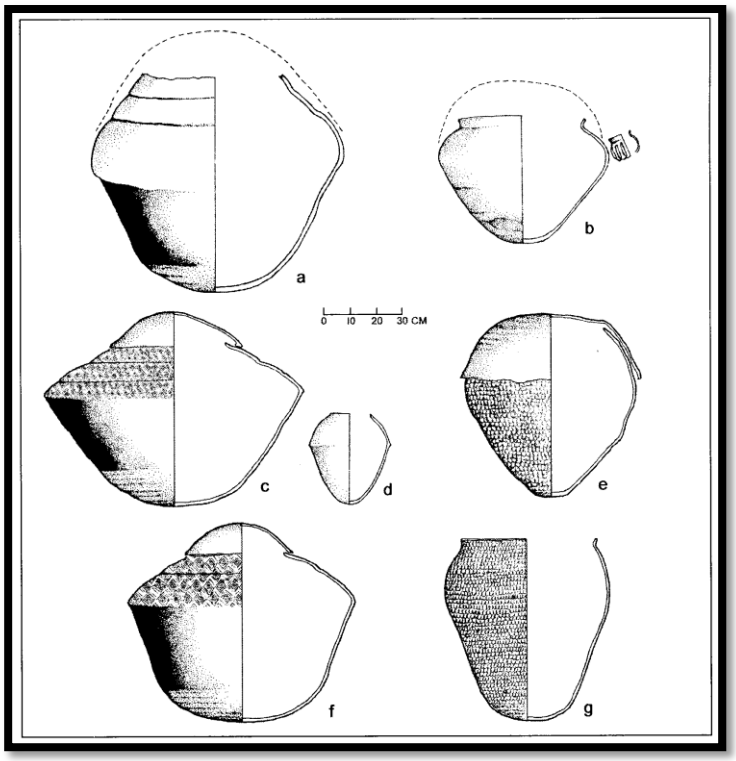


Figura 13: Urnas funerárias procedentes do sítio arqueológico PR SE 3 - Vitorino 3 – representadas pelas figuras a e b.
Fonte: CHMYZ, 2002.

Para o pesquisador, se for levada em consideração a dimensão da urna, tratava-se de um enterro secundário (CHMYZ, 2002, p.89). Os ossos, representados pelo crânio, mandíbula, vértebras, tíbias, entre outros, correspondem a um indivíduo adulto, com idade avançada. Os dentes estão ausentes e os alvéolos da mandíbula apresentaram reabsorção óssea. Ao lado da urna maior havia ainda um pequeno recipiente cerâmico com decoração canelada (CHMYZ, 2002, p.89).

Durante os trabalhos realizados no Projeto Arqueológico Itaipu[63] , em 1976, no município de Guaíra, notícias sobre os enterramentos ao lado da lagoa Xambrê e do rio Paraná chegaram ao conhecimento dos pesquisadores do CEPA/UFPR. O *Sítio arqueológico Lagoa Xambrê*, localizado no município de Altônia apresentou vários conjuntos funerários, contendo enterramentos primário e secundários múltiplos em urna.

A ocorrência foi verificada em plantação de café, sendo que muitos dos conjuntos funerários haviam sido perturbados pelas atividades agrícolas. Foram delimitadas 19 manchas de terra preta elípticas e circulares nas propriedades do Sr. Paulo Mosconi e Celso Francisco de Faria (CHMYZ, s/d, p.8).

Na mancha dos conjuntos perturbados, cortes-estratigráficos expuseram, abaixo da camada de refugo da habitação, várias urnas com restos ósseos referentes a enterros primários e secundários, individuais e múltiplos. Protegidas por uma ou mais tampas, as urnas também encerravam oferendas e adornos (CHMYZ, s/d, p.8).



Figura 14: Conjuntos funerários 1039 A e B e 1040 do Sítio Lagoa Xambrê
Fonte: CHMYZ, s/d.

Novas escavações foram realizadas em julho de 1982, quando era estruturado o salvamento da UHE Ilha Grande, obra que chegou a ser iniciada. Nessa etapa de pesquisa, os

[63] **Projeto Arqueológico Itaipu (1975):** O Projeto Arqueológico Itaipu, um dos pioneiros de salvamento arqueológico realizado no país foi possível por meio de um convênio celebrado entre a empresa Itaipu Binacional e o MEC, através do Iphan, visando à proteção do acervo pré-histórico, arqueológico e histórico da região. Foram resgatados centenas de sítios arqueológicos de diferentes culturas, sendo que a predominância foi guarani, dada a região estar localizada na região onde havia o extenso território do Guairá. Muitos sítios apresentaram evidências de urnas ou até mesmo urnas inteiras. No entanto, para o presente trabalho foram considerados apenas os sítios que continham remanescentes humanos ou indícios de sepultamento.

conjuntos funerários foram localizados em locais não realçados por terra preta (CHMYZ, s/d, p.8).

Em uma das urnas foram encontrados remanescentes ósseos de três adultos (Fig.15b), sendo que um deles ainda estava articulado. Junto ao crânio estavam contas de colar e concha. Ao lado do crânio do segundo indivíduo, ocorreram tembetás de resina, pontas de osso e conchas de gastrópodes e, junto ao terceiro um tembetá de resina (CHMYZ, s/d, p.8).

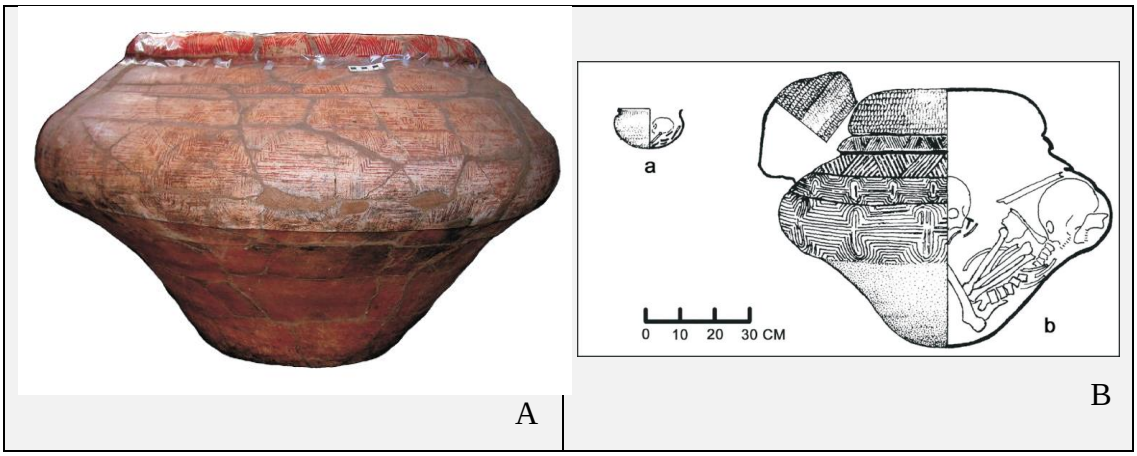


Figura 15: Urna funerária da Lagoa Xambrê (A) e detalhamento dos conjuntos funerários a e b (B)
Fonte: CHMYZ, s/d.

A urna apresentou pinturas em vermelho nas porções superiores da borda externa (Fig. 15A). Servia-lhe de tampa uma tigela corrugada. Externamente, entre a urna e a tampa, uma pequena panela também corrugada fora disposta obliquamente, talvez, representando uma oferenda. Ao lado desse conjunto, uma diminuta panela corrugada e não tampada continha restos ósseos de uma criança (Fig. 15a) (CHMYZ, s/d, p.9).

Os restos dos outros dois indivíduos estão conservados na urna como bloco testemunho, acondicionada no CEPA/UFPR.

Durante a 3ª fase do Projeto Arqueológico Itaipu em 1977, foi localizado o *Sítio arqueológico Fazenda Caburé 1*, disposto pouco acima de um olho d'água, a 100m da margem esquerda do rio Paraná e a 200m da direita do rio Vinitu, no município de Santa Helena. O material arqueológico foi encontrado desde a superfície e de forma mais concentrada nos bolsões, juntamente com conchas e ossos de peixes e animais terrestres com a ocorrência de um dente humano isoladamente no bolsão mais profundo (CHMYZ, 1978, p.86).

O sítio arqueológico Fazenda Caburé 1, apesar de ter revelado apenas um dente humano foi considerado no trabalho associado ao *Sítio arqueológico Fazenda Caburé 2*, o qual revelou

uma urna que havia sido impactada pelo corte da estrada. Localizado a 120m da margem direita de um córrego extinto e a 300m da esquerda do rio Paraná.

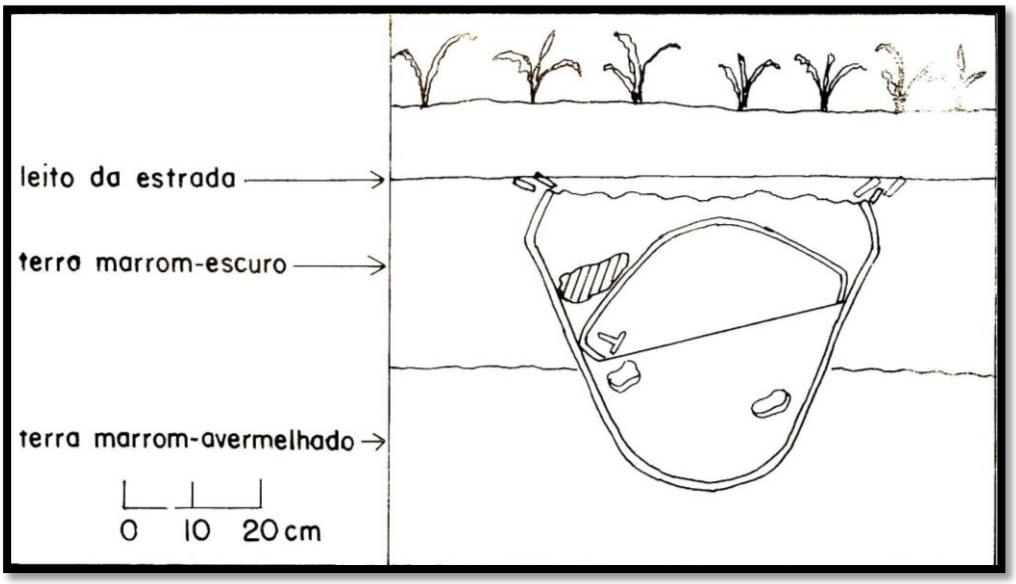


Figura 16: Perfil do corte e urna funerária com seu respectivo conteúdo tampa, blocos de pedra, tembetá e fragmentos cerâmicos.
Fonte: CHMYZ, 1977, p.87.

A urna foi encontrada no leito da estrada, na parte sudeste do sítio (Fig.16). A parte superior da peça estava esmagada pelo tráfego dos veículos e a inferior trincada. A base da peça estava 50cm abaixo da superfície da estrada e, levando-se em conta a superfície do terreno adjacente, a borda deveria estar entre 8 e 10cm. A urna, preenchida com terra marrom-avermelhado continha uma tigela, levemente carenada, que estava emborcada e funcionava como tampa. Entre ela e o fundo da urna havia um tembetá de quartzo. Além do tembetá, foram encontrados dois cacos de peça cerâmica diferente e uma pedra gretada (CHMYZ, 1978, p.87).

O *Sítio arqueológico Fazenda Dona Carlota 1*, localizado em 1977 no município de Foz do Iguaçu, revelou os restos de um conjunto funerário foram encontrados em um montículo medindo 4,5 x 2,5m de diâmetro, situado 11m ao norte da oitava mancha e 125m a oeste da sexta. O montículo era de terra marrom-avermelhado e tinha 40cm de altura. Os fragmentos cerâmicos ocorriam desde a superfície do mesmo até 10cm abaixo de sua base. O conjunto era constituído pelos fragmentos de um recipiente pintado, de um corrugado-ungulado e de dois corrugado-complicado, todos carenados e de pequeno porte, mas incompletos (CHMYZ, 1977, p.41).

Também no município de Foz do Iguaçu, em 1979, foi localizado o *Sítio Arqueológico Caranguejeiras* que revelou um conjunto funerário (Fig. 17), exposto pela movimentação das toras e erosão, que eliminou os 20 cm iniciais da terra e esmagou três tampas que cobriam a urna. Uma delas, um fundo completo de grande vasilha escovada, cobria a boca da urna; as outras duas, partes de recipientes escovado e corrugado-complicado, situadas lateralmente, reforçavam a cobertura (CHMYZ, 1979, p.66).

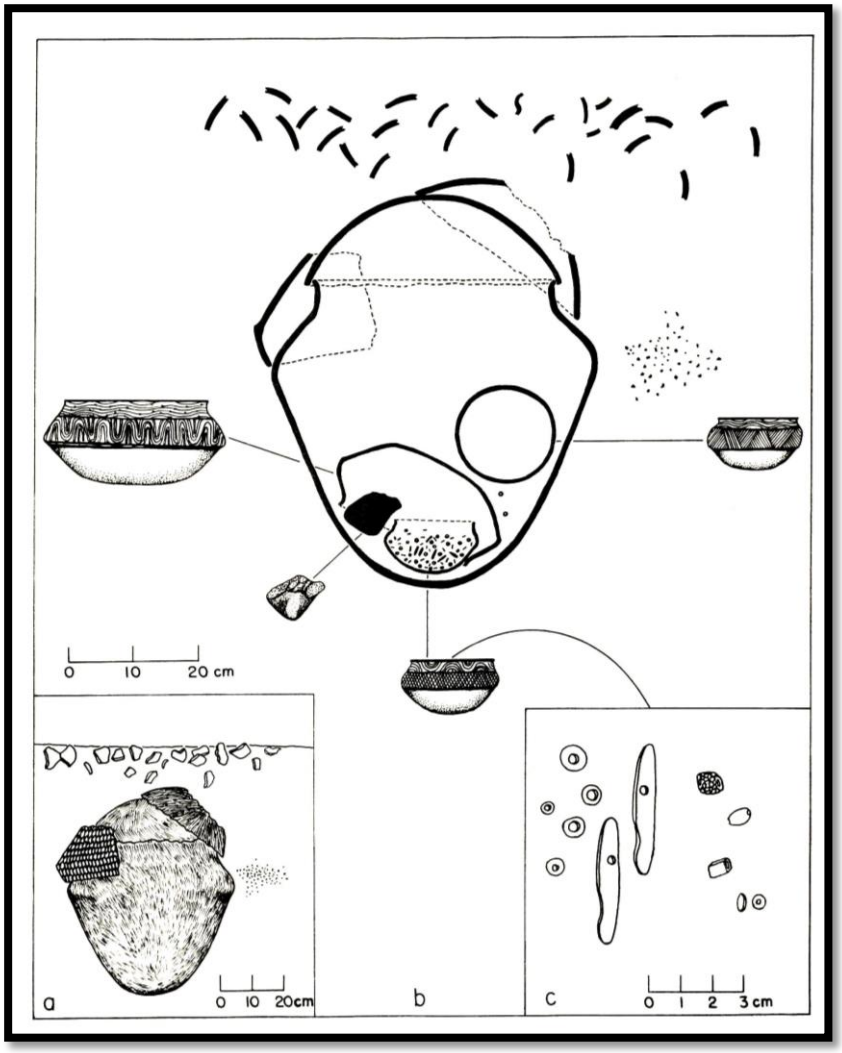


Figura 17: Conjunto funerário do sítio PR FI 148: Caranguejeiras.
Fonte: CHMYZ, 1979.

A urna com decoração escovada estava completa, mas fragmentada. Disposta em solo compacto e de cor marrom-avermelhado onde havia a leste uma concentração de fragmentos de carvão vegetal. Preenchida com terra marrom-avermelhado, um pouco friável que envolvia uma série de objetos e restos humanos, revelou no seu interior três recipientes cerâmicos, 9 dentes humanos dentro e 3 fora do recipiente. Nas vasilhas menores havia um núcleo de quartzo

e 207 contas-de-colar discoides, de concha, 17 contas-de-colar alongadas (pendentes), de osso e 8 contas-de-colar de vidro, de origem europeia. Duas contas discoides também foram registradas entre a peça emborcada e a de lado. Os três recipientes retirados do interior da urna eram pintados e estavam completos, embora trincados pela pressão de terra. Outros objetos de origem europeia foram encontrados em quadras abertas no sítio: fragmentos de vareta de ferro e pendentes de cobre. Também indícios arqueológicos intrusivos da tradição Itararé. Dezenas de carapaças de gasterópodos terrestres ocorreram nas quadras do mesmo sítio. (CHMYZ, 1979, p.66).

Dos dentes humanos retirados do conjunto funerário do sítio PR FI 148: Caranguejeiras restavam a coroa e parte da raiz, muito friáveis, representados 5 molares (dois superiores e três inferiores), 2 pré-molares superiores, 1 canino superior e 4 incisivos (um superior e três inferiores). As cúspides não estão desgastadas e um dos pré-molares está com cárie. Devem ter pertencido a um indivíduo adulto (CHMYZ, 1979, p.66).

Em 1981, no município de Guaíra, durante o Projeto Arqueológico Itaipu foi localizado o *Sítio arqueológico Ilha do Alemão*, que propiciou o registro de mais um conjunto funerário. As peças ficaram expostas e parcialmente esmagadas pela movimentação das máquinas (Fig. 18). Com a remoção dos primeiros 20 cm do terreno uma urna de grandes dimensões que continha um crânio humano e alguns fragmentos de ossos longos foi evidenciada com fragmentos cerâmicos no seu interior e entorno. Outra peça menor foi encontrada, cerca de 40cm da outra, juntamente com fragmentos de outras peças. Uma terceira menor ocorreu ainda a oeste (a 1m), coberta e cercada por fragmentos de recipientes (CHMYZ, 1983, p.76).

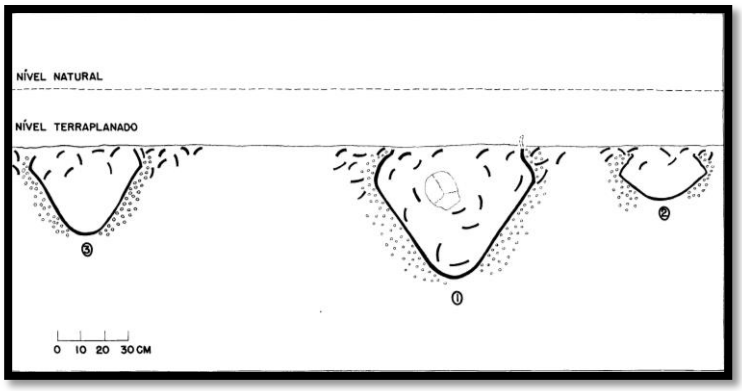


Figura 18: Conjuntos funerários do Sítio Arqueológico Ilha do Alemão
Fonte: CHMYZ, 1981.

Os pesquisadores ainda tiveram conhecimento sobre uma quarta urna, encontrada no extremo sul da mancha C, durante a abertura da vala de escoamento das águas pluviais. De

acordo com as informações obtidas, estava intacta e continha ossos humanos, porém foi imediatamente quebrada pelos operários e os seus pedaços espalhados (CHMYZ, 1983, p.76).

Os restos ósseos humanos foram encontrados no interior de uma urna, no conjunto funerário escavado na periferia da mancha A, representados por um crânio de indivíduo adulto em precárias condições de conservação, dentes soltos devido à destruição dos alvéolos da maxila e da mandíbula. Apresentam as cúspedes desgastadas. Também estão presentes fragmentos muito pequenos e em desagregação de ossos longos. 91 fragmentos de um recipiente pintado que estavam sob e em torno do crânio. Peças metálicas e outros indícios de contato com o elemento europeu do século XVI foram detectadas nesse sítio (CHMYZ, 1983, p.77).

Nas margens do rio Paranapanema, durante o Projeto Canoas[64], o CEPA/UFPR registrou a ocorrência de um conjunto funerário no *Sítio arqueológico Segunda Corredeira 1*, no município de Itambaracá.

O local coberto por mata foi registrado e parcialmente delimitado em março de 1966, durante o PRONAPA e pesquisado no Projeto Arqueológico Canoas, em abril de 1982, quando foram resgatadas peças cerâmicas retiradas clandestinamente do sítio. Conjuntos funerários foram perturbados durante trabalhos agrícolas em meados de 1979. Um deles situava-se próximo à mancha 2 e, outros, no extremo norte do sítio.

---

[64] **Projeto Canoas I e II (1996):** O potencial arqueológico da região pretendida para a construção das Usinas Hidrelétricas Canoas I e II no rio Paranapanema já era conhecido pelos pesquisadores do CEPA/UFPR que haviam identificado 33 sítios arqueológicos durante o PRONAPA em 1964 e 1965, inclusive sítios que apresentaram evidências de sepultamentos. Os trabalhos realizados na margem direita do rio Paranapanema incluíram o monitoramento arqueológico nas áreas das usinas anteriormente implantadas pela CESP. Novamente, ressalte-se o pioneirismo do CEPA que alertou para a necessidade de levantamento e monitoramento arqueológicos em reservatórios de usinas hidrelétricas ao realizar pesquisas no Estado do Paraná, inclusive na Itaipu Binacional, no período de oscilação dos níveis das águas, que resultou no afloramento de grande quantidade de artefatos, inclusive urnas inteiras.

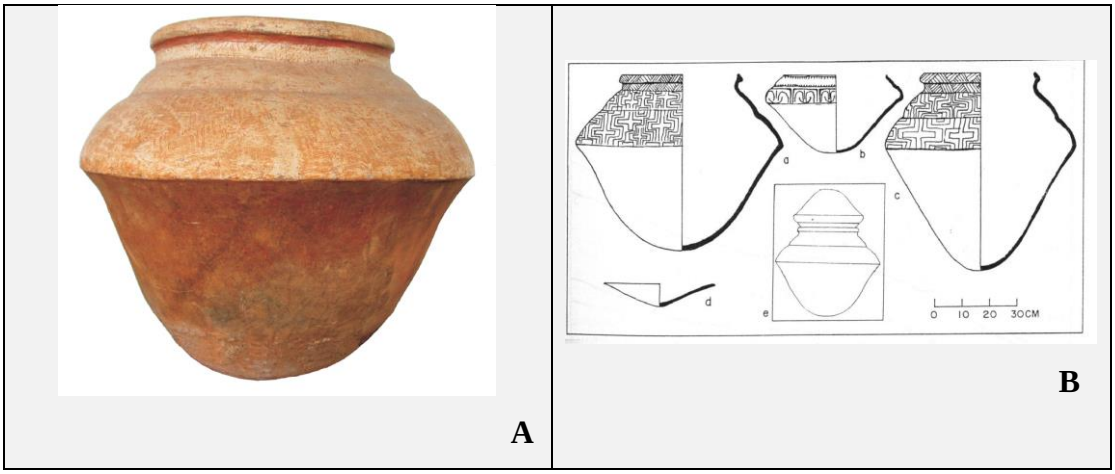


Figura 19: Urna funerária do sítio RP 1 (A) e reconstituição do conjunto funerário representado pelas peças a e b
Fonte: CHMYZ, s/d e CHMYZ, 1996, p.15.

Desses conjuntos foram resgatadas quatro peças. Segundo informações, as peças a e b compunham um dos conjuntos e, teriam sido encontradas conforme a reconstituição realizada pelo pesquisador (CHMYZ, 1996, p.15).

Também no município de Itambaracá, em 1992, a equipe do CEPA/UFPR registrou o *Sítio arqueológico Rio das Cinzas*, disposto a céu-aberto e associado a grupos tupi-guarani, com distância aproximada de 24m da margem direita do rio das Cinzas. Ocupa o topo de uma elevação, 10m acima do nível das águas do rio (321m s.n.m.[65]) (CHMYZ, 1996, p.16).

Localizado em uma reserva de mata por caçadores de tatu que, ao escavar uma toca, perturbaram uma urna funerária situada na base de uma mancha de terra preta, relacionada a antiga habitação, conforme a ilustração que segue (CHMYZ, 1996, p.16).

[65]A sigla s.n.m. significa sobre o nível do mar e é utilizada para indicar a altitude (altura) de determinado ponto da superfície terrestre em relação ao nível médio do mar, que é variável de acordo com as regiões.

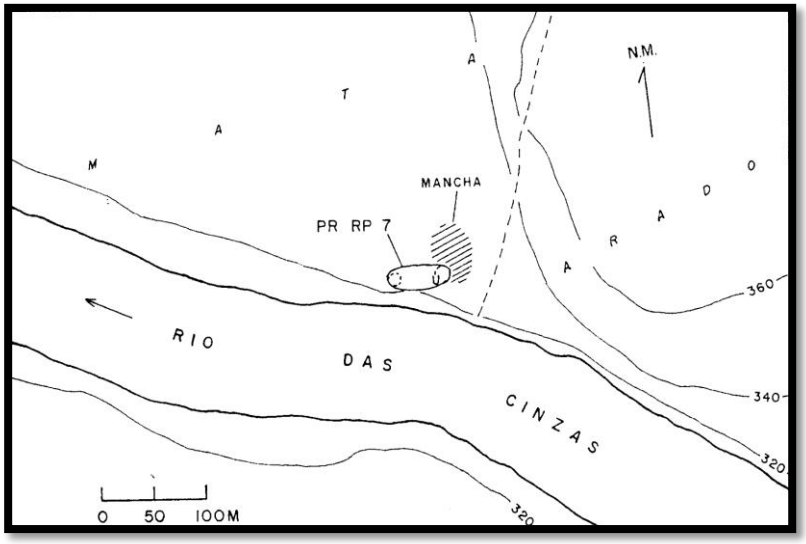


Figura 20: Croqui do sítio Rio das Cinzas (RP 7)
Fonte: CHMYZ, 1996.

De acordo com as informações obtidas com os moradores, no interior da urna havia ossos, lâminas de machado e colar. "Temendo complicações de ordem espiritual pela "profanação", os caçadores retiraram-se do local, levando as lâminas de machados e as contas de colar" (CHMYZ, 1996, p.16).

O sítio embora localizado fora da área de influência direta da UHE Canoas I foi registrado e resgatado no espaço revolvido, após a intervenção, para que as peças expostas não despertassem mais curiosidade (CHMYZ, 1996, p.16).

As evidências arqueológicas ocupam uma área com 59 x 12m (556,06m²). O trecho perturbado situa-se na mancha leste e está assinalado pela letra U, na figura acima.

De acordo com CHMYZ, "este sítio merece estudo mais detalhado, uma vez que se acha intacto e, pode evidenciar novas informações sobre a organização sócio-econômica do grupo que o ocupava" (CHMYZ, 1996, p.16).

Durante o projeto Canoas II, em 1986, no município de Andirá, a 12m da margem esquerda do rio Paranapanema e, a 920m da margem esquerda do ribeirão das Antas, foi cadastrado o *Sítio arqueológico Corredeira das Três Ilhas*. Ocupava um terreno plano, com leve inclinação para o rio, 3m acima do nível das suas águas (361m s.n.m). O sítio foi pesquisado em junho de 1986, em consequência da informação prestada pela Setti Alimentos S.A. sobre o achado de urna funerária de Andirá (CHMYZ, 1996, p.63).

O sítio estava implantado em terreno arenoso. Abrangia uma área de 120 x 50m (4.710m²), dispondo o seu eixo maior em sentido paralelo ao rio (Fig. 21). Era constituído por

quatro manchas de areia preta e duas concentrações de material arqueológico sem o realce da mancha (CHMYZ, 1996, p.63).

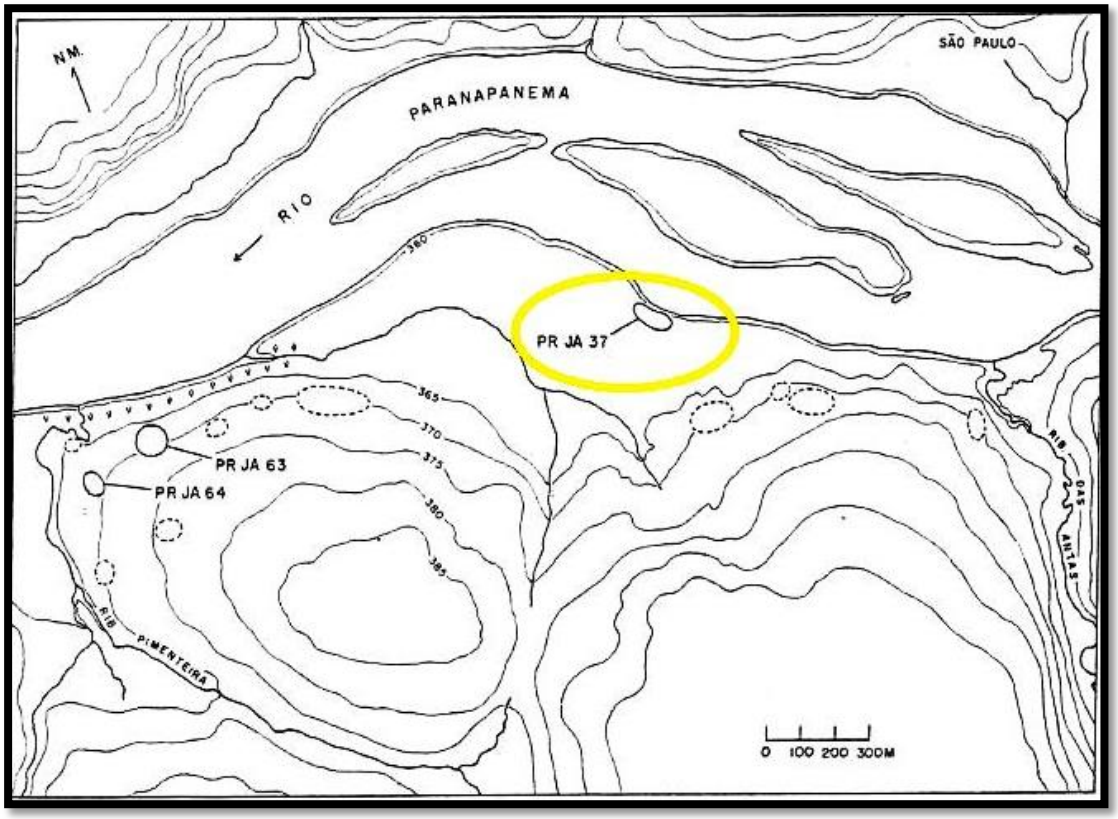


Figura 21: Croqui de localização do sítio Corredeira das Três Ilhas
Fonte: CHMYZ, 1996, p.36.

Na área foram realizadas coletas superficiais setorizadas e dois cortes-estratigráficos com 4m². O material arqueológico foi registrado desde a superfície, com mais frequência entre 10 e 20cm de profundidade. Emborcado sobre o piso, aos 20cm, estava um recipiente cerâmico. Ao seu redor e, no interior, havia grânulos de hematita, carvões, ossos de animais, conchas de moluscos e estruturas de fogões (CHMYZ, 1996, p.66).

No espaço relacionado ao conjunto funerário, encontrado em 1986 havia uma casa construída. Dos fragmentos recolhidos pelos operários, foram restauradas três peças: a urna (recipiente carenado com pinturas em vermelho e marrom sobre engobo branco acima do ombro e a sua tampa), um recipiente menor, de contorno composto e acabamento simples e um pequeno de contorno simples e com pintura internas em vermelho e marrom sobre engobo branco, que permaneceu intacto. De acordo com as informações obtidas, "a peça 'a' estaria coberta pela peça 'b', ao seu lado externo estaria a peça 'c' " (CHMYZ, 1996, p.66).

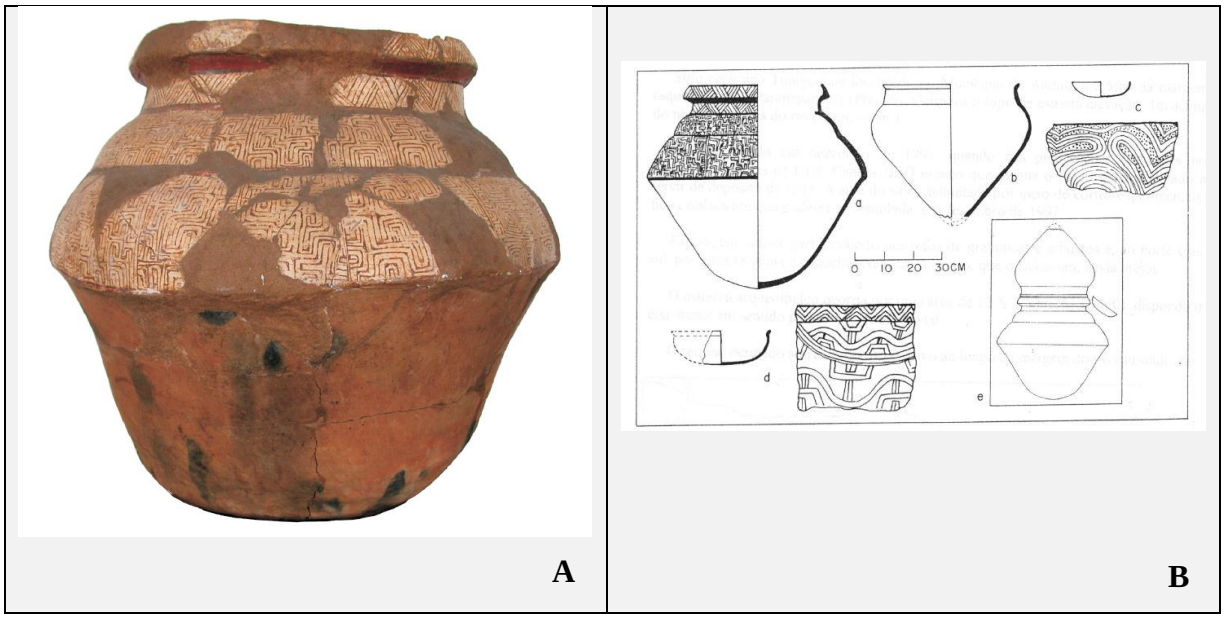


Figura 22: Urna do sítio arqueológico Corredeira das Três Ilhas (A) e representação do conjunto funerário do sítio JA 37 - Corredeira das Três Ilhas- (B). Fonte: Chmyz, s/d e 1996.

Ainda puderam ter a reconstituição parcial mais três peças: um recipiente pequeno, de contorno infletido e com pinturas internas em vermelho sobre engobo branco e dois recipientes grandes com acabamento simples. “A ocorrência dessas peças na área do enterro sugere que o mobiliário funerário era mais complexo e não foi percebido, no contexto, pelos seus descobridores” (CHMYZ, 1996, p.66).

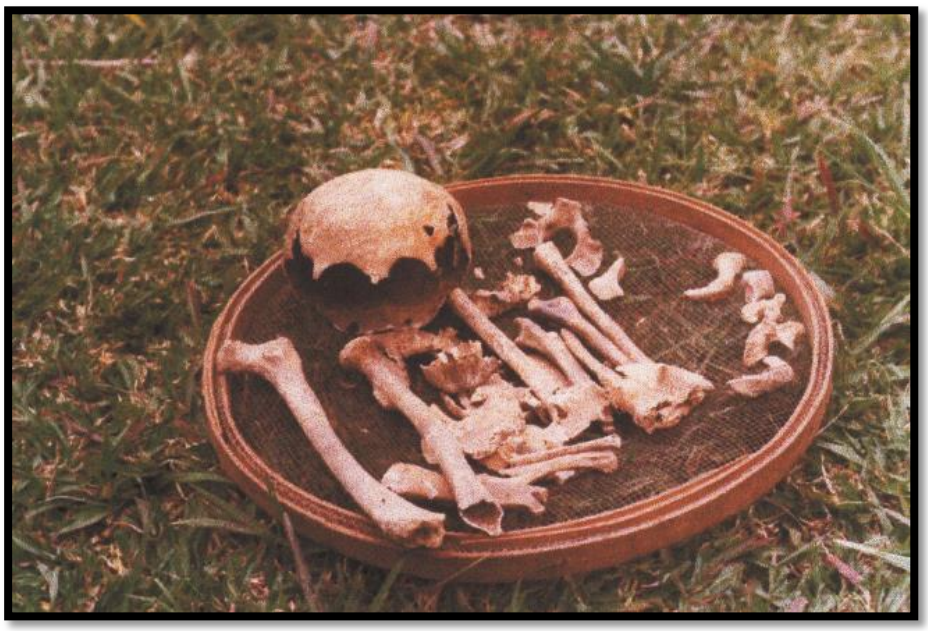


Figura 23: Remanescentes ósseos do Sítio Corredeira das Três Ilhas
Fonte: CHMYZ, 1998. Extraído do processo Iphan n. 01508.000031/94-54.

No interior da urna estavam ossos de um indivíduo adulto. Correspondem a partes do crânio, mandíbula, omoplata, costelas, tíbias, etc. O estado de conservação dos ossos é bom, mas foram danificados pela forma de coleta (CHMYZ, 1996, p.66).

Parellada pesquisou em 1998, o *Sítio arqueológico Estádio* no município de Sengés, após uma denúncia feita ao setor de Arqueologia do Museu Paranaense, sobre a destruição de sítio arqueológico, causada por obras de terraplenagem para a construção de um campo de futebol no município de Sengés/PR. A obra foi paralisada para a realização de prospecções intensivas na área, em seis etapas de campo (PARELLADA, 1993, p.56).

O sítio Estádio localiza-se a 500 metros da margem direita do rio Jaguaricatu, no topo de uma colina média com 670m. Este morro originou-se pela maior resistência ao intemperismo de um dique de diabásio mesozoico, que cortou arenitos do grupo Itararé, litologia dominante na região (PARELLADA, 1993, p.56).

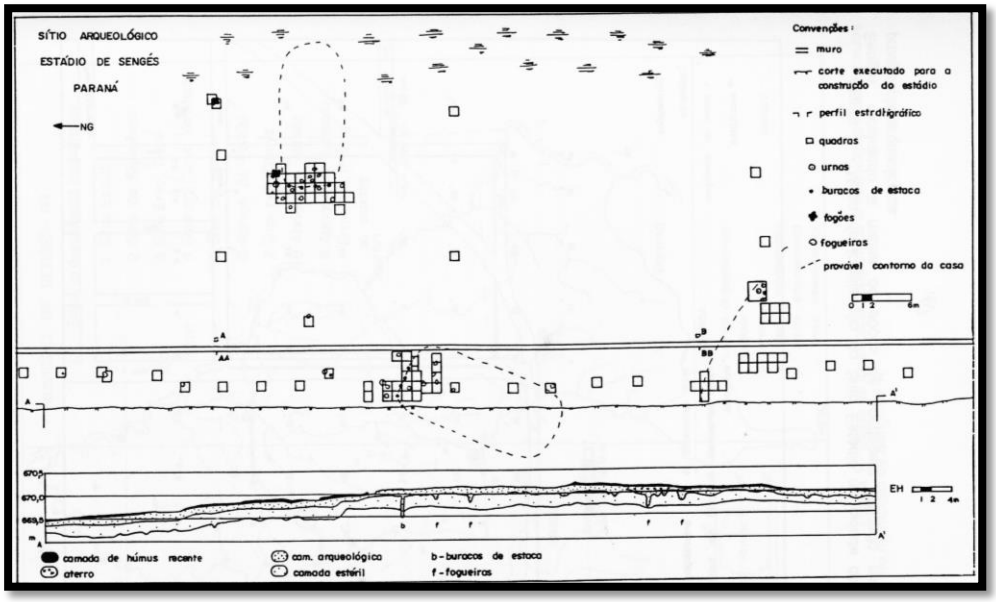


Figura 24: Croqui do sítio arqueológico Sengés/PR
Fonte: PARELLADA, 1990.

Foram executados 75 poços de sondagem e abertas 121 quadras que revelaram a continuidade da camada arqueológica com um nível de ocupação relacionada à Tradição Arqueológica Tupiguarani (PARELLADA, 1993, p.59).

A camada arqueológica apresentou muitos fragmentos cerâmicos, artefatos líticos, fogueiras, buracos de estaca, além de enterramentos secundários em urnas cerâmicas e fornos. "Cabe ressaltar que devido as características químicas da matriz sedimentar desta camada, quase não houve a conservação de material ósseo e vegetal". A quantidade de material cerâmico e artefatos era maior nas proximidades das paredes das casas, fogueiras e fogões.

Áreas de lascamento e polimento de artefatos em foram identificadas no lado externo das casas. Junto às quadras localizadas próximas às possíveis paredes das habitações, do lado externo do Estádio, foram encontrados três tembetás em quartzo hialino, a 9-10cm de profundidade (PARELLADA, 1993, p.59).

A camada arqueológica está assentada sobre sedimentos argilosos, de coloração marrom avermelhada, compacta, e que se originaram a partir da decomposição do dique de diabásio da Formação Lavas da Serra Geral (PARELLADA, 1990, p.59-60).

As estruturas funerárias resgatadas, correspondem a 4 enterramentos secundários em urnas, reunidas dentro da mesma quadra, com diâmetro de 30-60cm e altura 30-50cm. Uma das urnas apresentava forma carenada e engobo negro, contendo no seu interior fragmentos ósseos de um adolescente na faixa dos 10-12 anos, tendo como acompanhamento funerário uma lâmina de machado polida de diabásio. Por meio das evidências encontradas em campo, é provável que as urnas foram enterradas no interior das casas A idade do sítio foi estimada em 1000 a 1500 anos antes do presente (AP) (PARELLADA, 1990, p.62).

Em 1999, escavações foram realizadas no *Sítio arqueológico Morro dos Anjos*, associado a grupos indígenas Jê e identificado durante os trabalhos de Arqueologia Preventiva da área prioritária do Projeto Hidroelétrico Tijuco Alto – Rio Ribeira – São Paulo – Paraná., no município paranaense de Adrianópolis. A usina, entretanto, ainda não foi construída, por questões ambientais que perduram há mais de duas décadas. Os trabalhos foram preliminares, pois destinaram-se a abranger os locais destinados à vila residencial para os trabalhadores, canteiro de obras, entre outros.

As pesquisas demonstraram alto potencial arqueológico para a região. Durante os trabalhos desenvolvidos na Superintendência do Iphan no Paraná tivemos a oportunidade de visitar as áreas de influência do empreendimento com os pesquisadores do CEPA/UFPR para avaliação do componente espeleológico (cavernas), solicitado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA -. As cavernas ainda não foram abordadas por meio de prospecções arqueológicas, e por esse motivo, houve a recomendação de que esses locais fossem avaliados na próxima fase das pesquisas. Algumas, porém, não encerram potencial arqueológico por serem pequenas cavidades que comportariam no máximo animais de pequeno porte. Outras, poderiam abrigar várias famílias.

O grande diferencial da região dessa pesquisa é que o Vale do Ribeira, na divisa dos Estados do Paraná e São Paulo é a região com maior número de cavernas, tanto do lado paranaense, como do paulista, sendo que no Estado de São Paulo corresponde a região com o

maior número de sítios arqueológicos identificados, devido a quantidade de pesquisas realizadas que não equivalem `as do lado paranaense, embora sejam significativas também.

No município de Adrianópolis, que faz divisa com Ribeira (SP), os dados do Setor de Arqueologia do Iphan/PR revelaram que todas as pesquisas realizadas para implantação de empreendimentos foram responsáveis pela descoberta de sítios arqueológicos.

Sobre as características ambientais da região de estudo, o autor Chmyz comenta que

> (...) o alto vale do rio Ribeira mostra uma topografia que apresenta espigões alongados, encostas íngremes, com solo delgado e cascalheiras nas partes mais baixas dos vales, que refletem a litologia diversificada da região. A ocorrência de afloramentos carbonáticos no Alto Ribeira evidencia características típicas do relevo cárstico como sumidouros, dolinas e cavernas. Cavidades naturais são predominantes nas áreas mais elevadas, principalmente ao longo do vale do Ribeirão do Rocha (CHMYZ, 1999, p.4).

O sítio Morro dos Anjos foi localizado a 29,50m da margem direita do rio Ribeira e a 30m de um pequeno córrego ladeado de banhados, formava uma elipse irregular, com 20 x 25,10m de diâmetro, totalizando uma área de 752,67m². Na porção central, o solo era argilo-arenoso de coloração cinza-escuro tendendo para o preto. Em quase toda a sua extensão, o solo preto estava associado a abundantes restos alimentares, especialmente de moluscos (CHMYZ, 1999, p.21-22).

Várias quadras apresentaram aprofundamentos de solo cinza-escuro que estavam diretamente relacionados a estruturas como fogões, fornos, fossas, buracos de estacas e enterros (CHMYZ, 1999, p.23).

Três depressões contendo esqueletos humanos ocorreram nas quadras 4-8, 10-13 e 11. Eram todos primários, sendo os corpos depositados nas covas abertas para tal fim (CHMYZ, 1999, p.26).

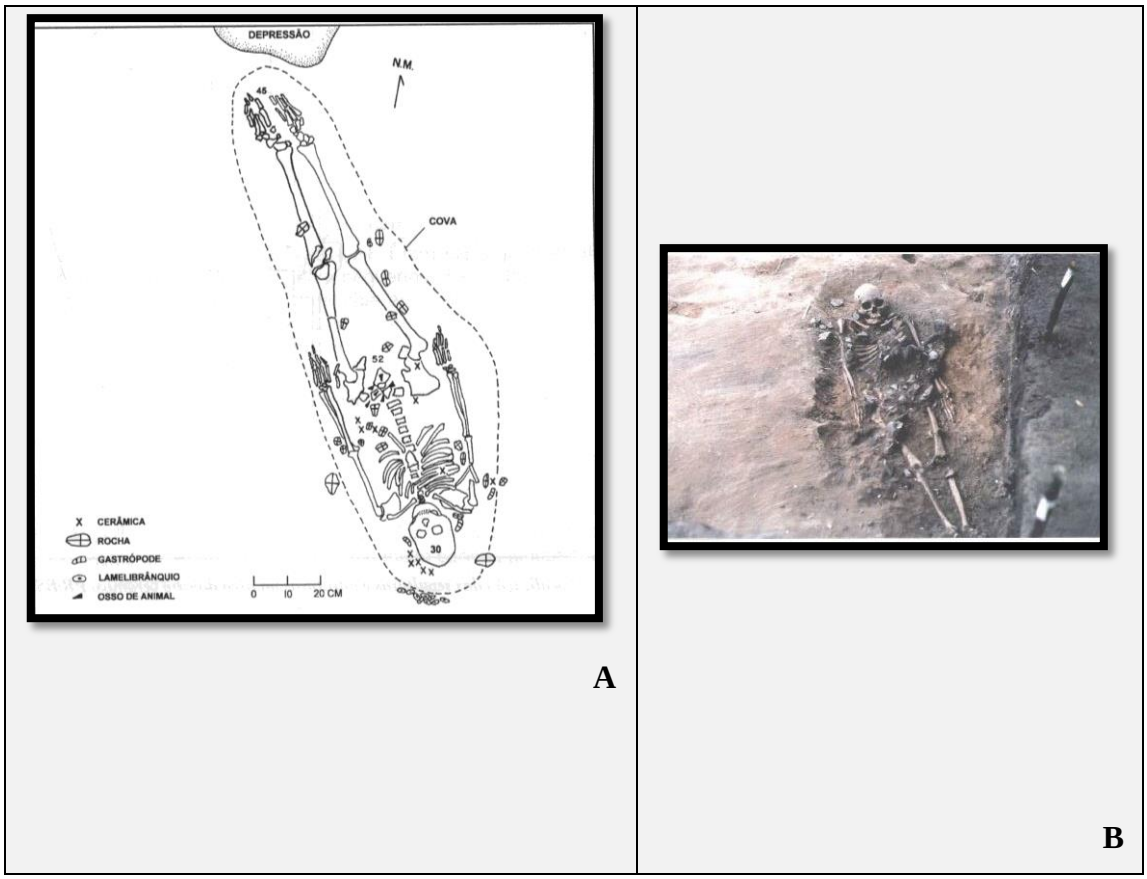


Figura 25: Croqui do sepultamento 1 (A) e fotografia do sepultamento 1(B)
Fonte: CHMYZ, 1999.

De acordo com CHMYZ (1999), foram exumados 4 indivíduos do sexo feminino, com diferentes orientações espaciais: estendido em decúbito dorsal, fortemente fletido em decúbito lateral direito e esquerdo, seguindo ainda as orientações cardeais. Pequenos blocos de rocha, fragmentos cerâmicos, além de conchas de gastrópodes e valvas de lamelibrânquios, apareciam com frequência dispostos, nos limites das covas. Nas proximidades das cerâmicas também puderam ser observados restos alimentares.

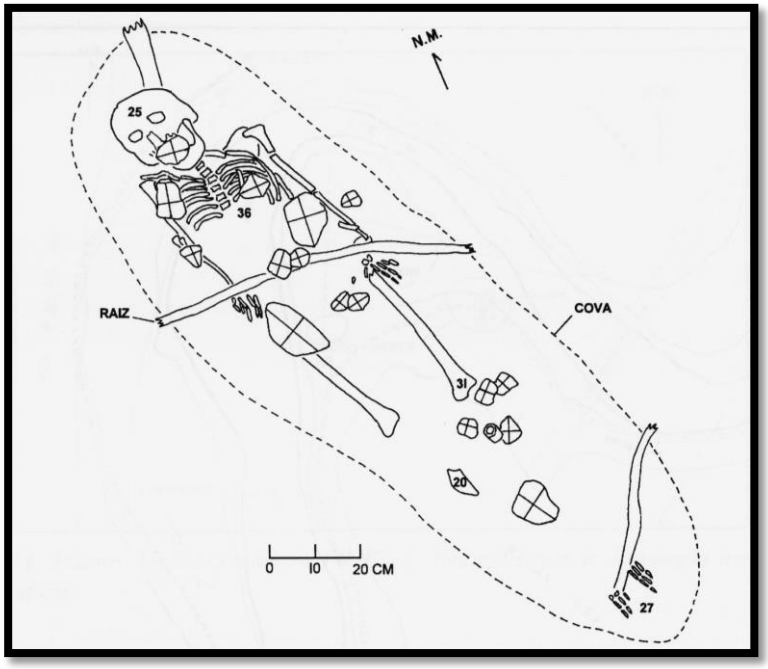


Figura 26: Croqui do sepultamento 2
Fonte: CHMYZ, 1999.

Os esqueletos apresentaram-se danificados por raízes e com algumas ausências anatômicas. Em um dos esqueletos havia um buraco circular na porção central do esqueleto.

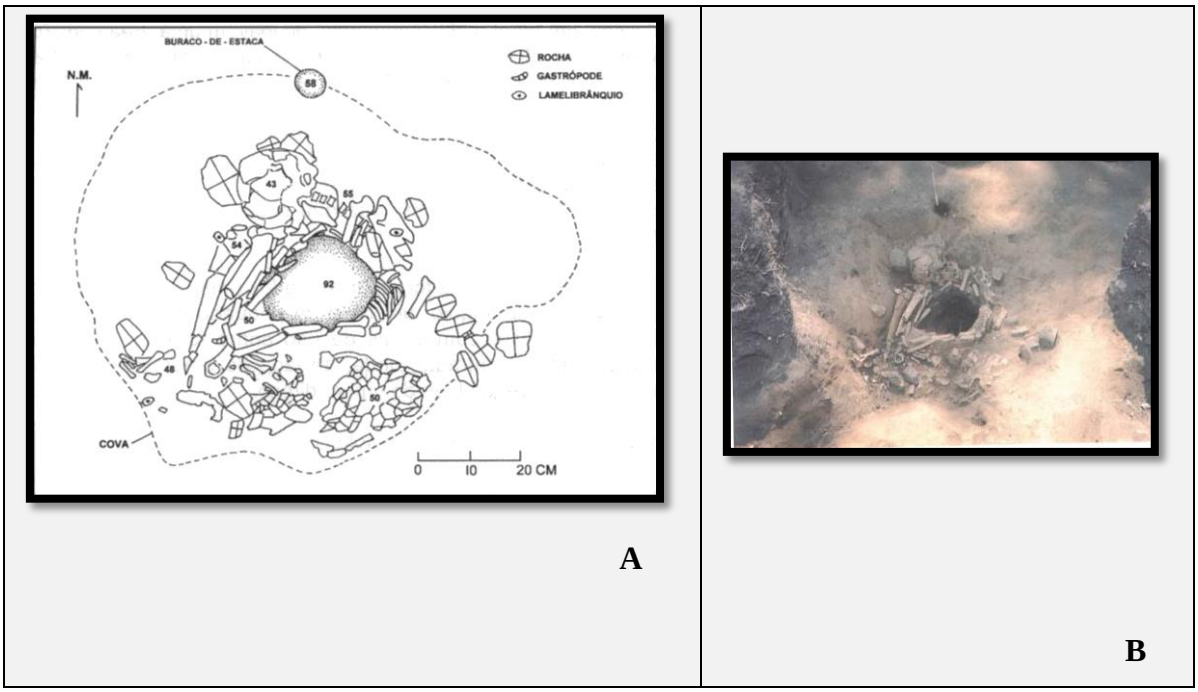


Figura 27: Croqui do sepultamento 3 (A) e fotografia do sepultamento 3(B)
Fonte: CHMYZ, 1999

Chmyz (1999, p.28) ressalta que nos sepultamentos 3 e 4 ocorreram nas proximidades dos ossos blocos de rocha pequenas, conchas de gastrópodes, valvas de lamelibrânquios e artefatos líticos e feitos em osso de animais.

O sítio foi classificado como pertencente a tradição Itararé, ou seja, a grupos indígenas do tronco Jê e em dois pontos foram verificadas ocupações posteriores já do período de contato. O sítio PR BS 2 (Morro dos Anjos) foi datado de 1060 AP (890 d. C.) (CHMYZ, 2008, p.247).

Os esqueletos passaram por curadoria e análise no Laboratório de Estudos Evolutivos Humanos da Universidade de São Paulo, pelo professor Walter A. Neves, quando foi realizado o inventário ósseo preciso de cada esqueleto, a embalagem e o armazenamento.

Suas conclusões acerca dos sepultamentos exumados do sítio Morro dos Anjos são de que

> (...) apresentam excelentes condições de saúde. À exceção do sepultamento 2, que apresentou uma infecção aparentemente localizada, nenhum dos demais esqueletos mostrou qualquer fratura ou trauma de agressão significativos, processos infecciosos generalizados ou patologias nutricionais graves (NEVES, 1999, p.170).

Os crânios dos sepultamentos 1 e 4, que apresentaram melhor estado de conservação foram comparados a outros exumados dos sítios Abrigo do Pontão em Sengés/PR, Estirão Comprido em Prudentópolis/PR e Sumidouro/MG.

Neves ressalta que são escassos os remanescentes humanos no interior do Brasil, o que dificulta uma análise comparativa das afinidades biológicas. No entanto, como os esqueletos do sítio Morro dos Anjos, apresentavam crânio com um razoável grau de preservação, foram realizados estudos exploratórios, que contudo carecem de qualquer significância estatística (NEVES, 1999, p.170-171).

Surpreendentemente, os esqueletos dos sítios Estirão Comprido e Sengés já haviam sido medidos na década de 1980 por NEVES que os utilizou na comparação, além dos que foram encontrados em outros sítios, a saber: Sumidouro (MG), Forte Marechal Luz (SC) e sambaquis pré-cerâmicos do litoral sul brasileiro (Congonhas, Cabeçuda, Buracão e Piaçanguera).

As afinidades biológicas das amostras do Morro dos Anjos são mais significativas com os grupos de Sumidouro, Forte Marechal Luz, Congonhas e Enseada. Já com Estirão Comprido foram bem recuadas, e fato da população pré-histórica de Sumidouro (MG) apresentar forte associação com os grupos Jê tem importância especial para o debate sobre a origem do homem americano. De acordo com Neves,

> (...). Neves e colaboradores (Neves & Pucciarelli, 1991; Munford et al., 1955; NEVES et al., 1997) vêm demonstrando que a América do Sul foi primeiramente ocupada por grupos não-mongolóides, que aqui chegaram pelo menos há 12.500 anos e que foram, aparentemente, substituídos por grupos mongoloides mais tardios, que chegaram ao subcontinente entre 9 e 8.000 anos antes do presente (NEVES, 1999, p.177).

Essas pesquisas, embora necessitem de complementações podem indicar que a morfologia paleoíndia não-mongolóide pode ter sobrevivido no Brasil até tempos tardios, nos grupos do tronco linguístico Jê, que já foi considerada como de grande antiguidade entre os linguistas (NEVES, 1999, p.177).

No mesmo período, no município de Terra Roxa, Chmyz e all. localizaram o *Sítio arqueológico Fonte Grande* , associado a grupos tupi guarani. Estava disposto a céu-aberto, a 135m da margem esquerda do rio Paraná e a 700m da margem esquerda do córrego Água Pequena, tendo nas suas proximidades uma fonte d'água. O solo era marrom-claro na superfície, com textura arenosa, inconsolidada e apresentando vários pontos de erosão. Abaixo de 40 cm, a textura tornou-se mais compacta e a coloração avermelhada (CHMYZ et. al., 1998-1999, p.37).

Aproximadamente a 160m do rio Paraná havia uma urna funerária já exposta e danificada na sua porção superior. A erosão que a circundava comprometia ainda mais a sua integridade, sendo necessária a sua remoção pelos pesquisadores, conforme a imagem abaixo.



Figura 28: Escavações arqueológicas para a retirada da urna e recipientes cerâmicos associados.
Fonte: CHMYZ et. al., 1998-1999, p.44.

A base da urna estava a 65 cm de profundidade, no mesmo nível que foi localizado um possível fogão com fragmentos de carvão e torrões de solo queimado (CHMYZ et. al., 1998-1999, p.37).

Além do sedimento, a urna estava preenchida com alguns de seus fragmentos e outras vasilhas. Os ossos estavam dispostos no fundo da urna, sendo que os braços e as pernas haviam sido colocados sob e ao lado do crânio, o crânio com a mandíbula orientada para o norte e a caixa toráxica e as mãos junto ao lado oposto do recipiente. Segundo os autores, "entre os dois amontoados de ossos havia uma pequena concentração de fragmentos de carvão" (CHMYZ et. al., 1998-1999, p.40).

Os remanescentes ósseos estavam saturados de umidade, frágeis, fraturados e sem as extremidades. Ausências ósseas também foram constatadas pelos pesquisadores, que confirmaram tratar-se de um enterramento secundário. Por meio do exame preliminar do crânio, a equipe supôs que trata-se de um indivíduo do sexo feminino (Fig.29).

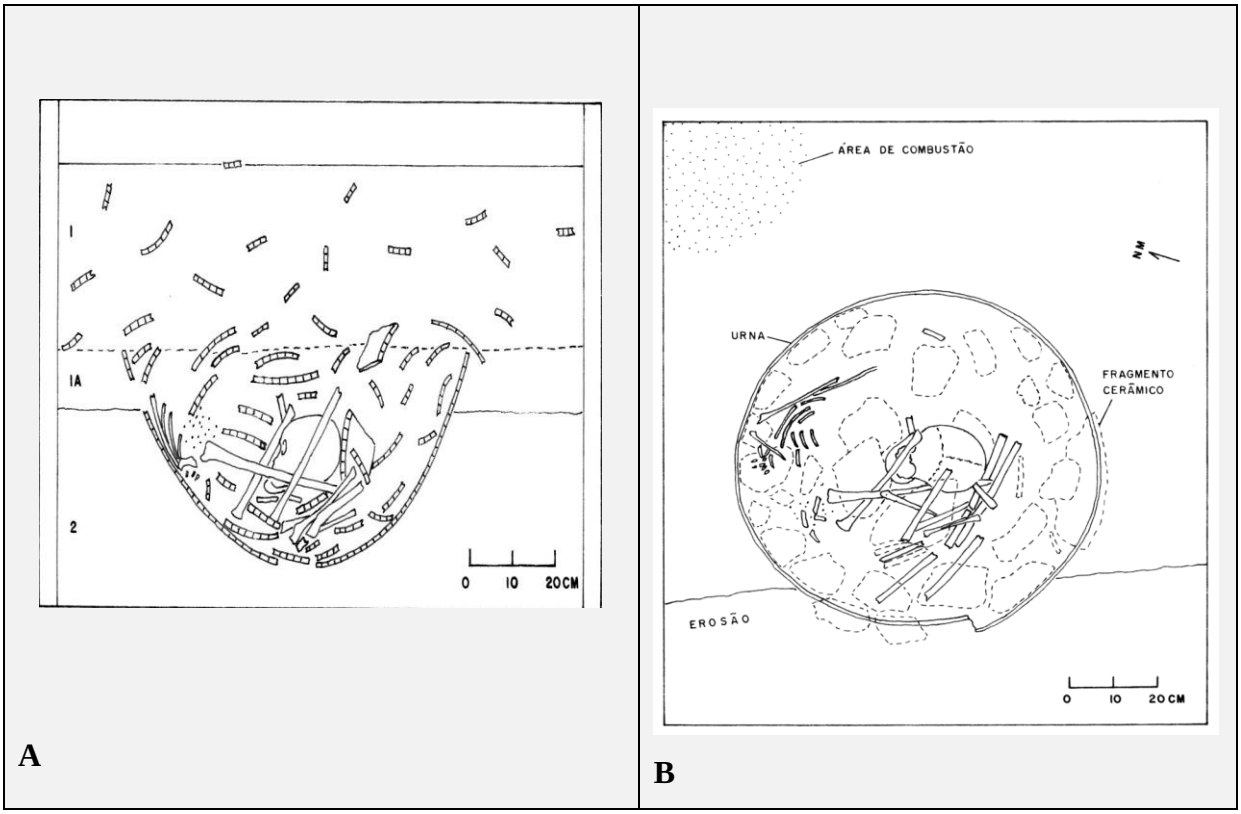


Figura 29: Perfil da quadra escavada no sítio PR FO 54 com perfil da urna funerária, demonstrando a porção superior perturbada (A) e planta da quadra escavada(B)
Fonte: CHMYZ, et. al., 1998-1999, p.39).

Duas tigelas e uma panela que estavam no interior da urna foram reconstituídas. Com base nas características das peças e incidência dos fragmentos no interior da urna, os

pesquisadores inferem que a maior serviu de tampa e as menores oferendas. E que é muito provável que na área em questão existam outras estruturas relacionadas a enterramentos (CHMYZ, et. al., 1998-1999, p.40).

Durante o Projeto arqueológico da Linha de Transmissão 750kV Ivaiporã-Itaberá III, Paraná - São Paulo[66], entre 2001 e 2006, foi pesquisado pelo CEPA/UFPA, um abrigo sob-rocha arenítico multicomponencial (Itararé e Umbu), no município de Arapoti. O *Sítio arqueológico Abrigo-sob-rocha Tunas* foi localizado 418m a sudoeste da torre 354, na encosta de suave elevação voltada para o córrego mais próximo, 36m acima do nível das águas do Arroio do Vinho (CHMYZ, 2008, p.42).

O abrigo, em forma de abóboda, compreende uma área com 48m de comprimento, 14m de largura e 6,90 de altura máxima. No entorno, o terreno estava com pastagem e plantação recente de pinus (CHMYZ, 2008, p.42).

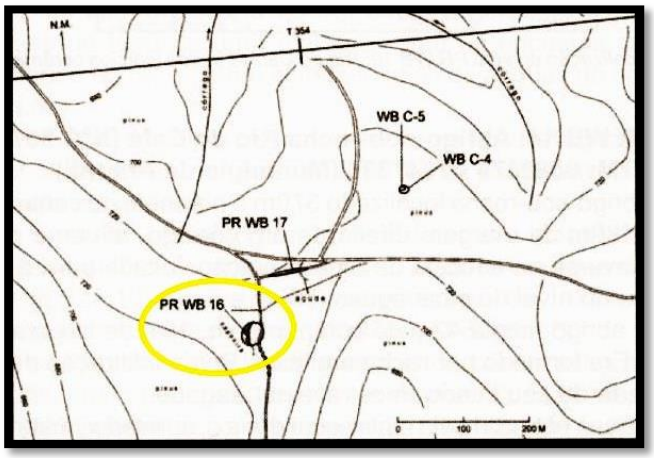


Figura 30: Localização do sítio WB 16 – Abrigo-sob-rocha Tunas
Fonte: CHMYZ, 2008.

As evidências arqueológicas ocorriam superficialmente no interior e porções frontais, até o leito de uma estrada abandonada, abrangendo uma área com 38x32m (904,32m²). Cortes-estratigráficos foram efetuados nas porções centrais de seu interior e apresentaram características diferenciadas e complexa estratigrafia, marcada por ocupações separadas temporalmente, mostrava alterações ocasionadas pelas atividades desenvolvidas pelos grupos que a ocuparam, as quais, inclusive, em perturbações em profundidade, representadas por

[66] Realizado em função da instalação de uma linha de transmissão com 227 km no Estado do Paraná e 45 km no Estado de São Paulo. Resultou na identificação de 366 indícios arqueológicos pelo CEPA/UFPR.

enterramentos. O último corte efetuado ao sul do abrigo atingiu a profundidade de 1,55m. (CHMYZ, 2008, p.43).

Ossos foram comuns na parede sul acima de amontoado de pedras e cinzas ao centro. Entre 50 e 55cm de profundidade as cinzas situadas ao norte e leste formaram uma placa, tornando-se compactas e duras até 65cm de profundidade. Entre as concreções de cinzas foram encontradas microlascas e conchas. Abaixo das concreções de cinzas e do solo cinza-escuro compactado, entre 70 e 85 cm de profundidade, o solo tornou-se novamente friável, mantendo a mesma coloração e, as evidências arqueológicas muito rarefeitas. No canto nordeste, onde havia presença de blocos de pedra, aos 82cm foi exposto um crânio e ossos articulados da parte superior de um esqueleto. Os ossos da parte inferior estavam ausentes e alguns ossos foram encontrados desarticulados nas proximidades, mas não pertenciam àquele indivíduo.

O esqueleto, retirado em bloco foi analisado pelo bioquímico Clóvis Justino da Silva que concluiu tratar-se de indivíduo do sexo feminino, com idade em torno de 60 anos. Havia sido mumificado [67] e mantinha órgãos internos preservados (CHMYZ, 2008, p.43; Comunicação Verbal, 2015). Além disso, Chmyz comenta que o esqueleto foi seccionado (Fig.31), o que pode indicar a separação ritual do tronco, prática observada pela arqueóloga Gabriela Martin nos sepultamentos pré-histórico no Nordeste.

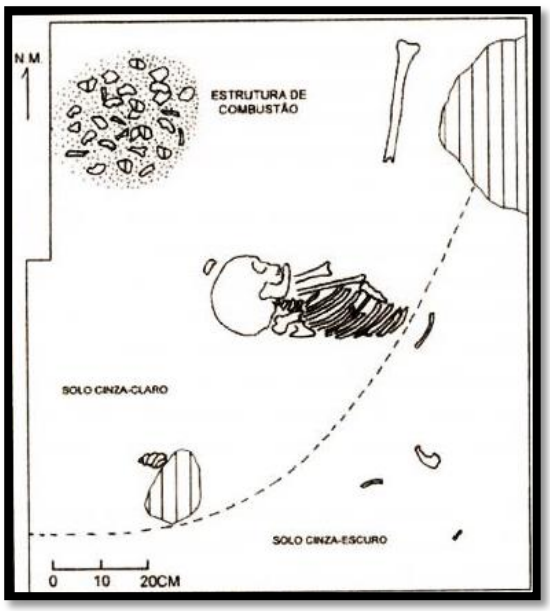


Figura 31: Esqueleto e estrutura de combustão no sítio WB 16
Fonte: CHMYZ, 2008, p.45.

[67] As mumificações são raras na Arqueologia brasileira. Três corpos mumificados naturalmente, retirados da Caverna da Babilônia, em Minas Gerais foram doados ao imperador D. Pedro II pela baronesa de Santanae incorporados ao acervo do Museu Nacional. O conjunto mumificado foi estudado pelas arqueólogas do Museu Nacional Tânia Andrade Lima e Maria da Conceição Beltrão (BELTRÃO; LIMA, 1986, p.5).

Outro corte com 0,50m² foi aberto no extremo norte do primeiro, o que possibilitou a exposição completa do conjunto funerário constatado no lado no corte 1 e o registro de um fêmur desarticulado disposto ao norte do esqueleto e de um fogão contendo fragmentos de ossos humanos e de animais, muitos deles calcinados, o que poderia indicar prática crematória. O fogão com 30cm de diâmetro, encontrava-se no canto noroeste do corte 2, a 25cm de distância do crânio exposto anteriormente (CHMYZ, 2008, p.45-46).

Na estrutura de combustão, além de carvões, pequenos blocos de rochas e fragmentos calcinados de lamelibrânquios e gastrópodes, como de ossos humanos afetados pelo fogo foram identificados (CHMYZ, 2008, p.46).

No corte 3, com 6m² foram encontrados fragmentos de ossos humanos. Esses ocorreram aos 65cm, 75cm, 85cm e até 1m de profundidade, dispostos no centro e parede norte do corte e, proximidades do canto nordeste. No corte 4, além de fragmentos de cerâmica Itararé foram encontrados um dente humano e, até os 105cm numerosas pontas de flechas, conchas e ossos de animais (CHMYZ, 2008, p.46).

De acordo com CHMYZ, "abrigos-sob-rocha ocupados preferencialmente por povos pré-ceramistas, também foram utilizados pelos Itararé como proteção temporária durante suas perambulações e para práticas funerárias, como as registradas no sítio PR WB 16" (CHMYZ, 2008, p.244). Os níveis superiores do sítio com evidência de ocupação Jê foram datados de 504+-40AP (CHMYZ, 2008, p.247).

No ano de 2009, um sítio arqueológico a céu aberto tupi-guarani foi visitado pela Superintendência do Iphan no Paraná, após uma urna funerária ter sido encontrada no município de Capanema, na Comunidade Santa Ana, à margem esquerda do rio Iguaçu. Foi encontrada pelo proprietário do terreno - Sr. Antonio Martini- e recolhida por uma professora do município, sem os remanescentes ósseos humanos. Em seguida, a diretora de Cultura do município, Sra. Ivone Ilkiu Alves dos Santos comunicou o Iphan/PR sobre o achado arqueológico em Capanema.

O sítio foi visitado pelo setor de Arqueologia na data de 13/5/2009, quando as técnicas Alessandra Spitz e Elenita Rufino realizaram o registro do local, por meio do georreferenciamento e registro fotográfico. Fragmentos cerâmicos, ossos, dentes e micro-lascas ainda encontravam-se no entorno da intervenção (Fig.32-A-B). Na ocasião, o terreno de 21 hectares estava sendo ocupado pelo cultivo de feijão e plantio de mudas de espécies nativas.

Após contato com a professora Salete Manchilli no Grupo Escolar São Luiz, a urna foi recolhida e depositada no museu do município, o Museu Magarancho que continha outras peças

muito semelhantes (Fig. 32-C-D). Orientações foram dadas aos trabalhadores da área do achado e aos representantes do município que participaram na visita técnica sobre os procedimentos que devem ser observados quando houver um achado arqueológico.

Optou-se em não transportar a urna para Curitiba, em função do longo deslocamento, de forma a garantir a integridade da peça

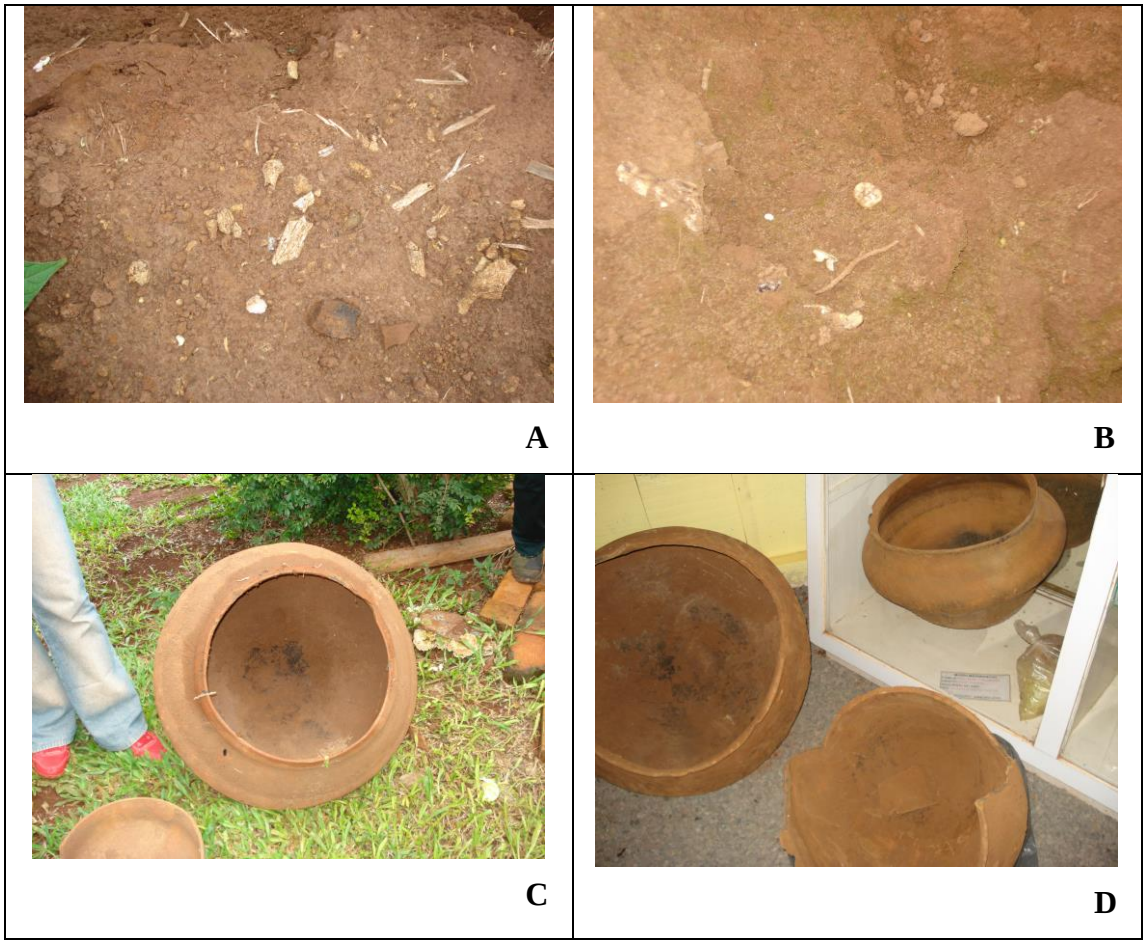


Figura 32: Ossos humanos fragmentados *in situ*. No local ainda foram registrados lascas e fragmentos cerâmicos com decoração escovada (A); Detalhe do dente (molar) sem erupção ou desgaste dentário(B); Urna e recipiente cerâmico (oferenda?) recolhida da casa da professora Salete para acondicionamento no Museu do município (C) e artefatos arqueológicos em exposição no Museu Magarancho em Capanema no Paraná.
Fonte: Autora, 2009.

O último registro até o presente refere-se ao *Sítio arqueológico Abrigo Serra do Veado*, localizado durante o programa de Arqueologia Preventiva da UHE Mauá (2007-2013). Disposto na AIE do empreendimento, em área de preservação permanente da empresa Klabin S. A., foi resgatado, pois ambos os pesquisadores Parellada (2006) e Fogolari (2007), que além de realizaram estudos na área, consideraram importante o salvamento do sítio, por sua representatividade e pelas constantes perturbações de visitantes.

O sitio compreende uma formação calcária (Fig. 33), contendo seis cavidades naturais, com aproximadamente 40 metros de extensão e 12 metros em direção ao interior da rocha. Em frente a abertura há uma queda d'água, voltada para a direção nordeste (FOGOLARI, 2013, p.86).

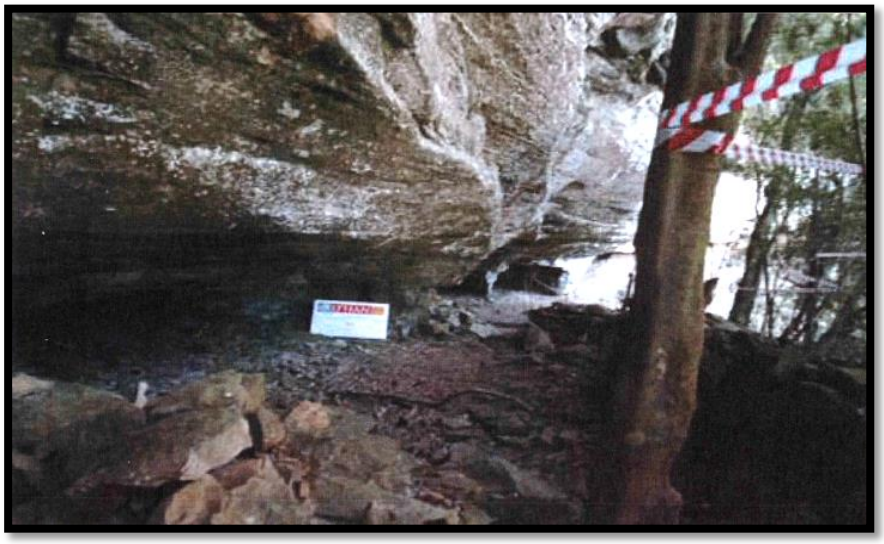


Figura 33: Sítio arqueológico Abrigo Serra do Veado
Fonte: FOGOLARI, 2013.

Foram escavadas 33 unidades de 1x1, divididas em níveis artificias de 10cm. Onze estruturas de sepultamento foram resgatadas, além de instrumentos líticos (lascas, estilhas, raspadores, percutores, pontas de projétil e núcleos), material faunístico (ossos e conchas), estruturas de combustão, sementes carbonizadas e adornos (FOGOLARI, 2013, p.86).

As estruturas de sepultamento são singulares e apresentam por vezes, mais de um indivíduo. Em outros casos, apresentam ossos desarticulados e ausência de parte do conjunto, conjuntos contendo adultos e crianças e ossos carbonizados. Alguns indivíduos foram enterrados em posição fletida com a face voltada para o Sul. Um dos sepultamentos estava coberto por conchas, um disposto sobre a laje e outro coberto por uma laje. O indivíduo coberto pela laje foi o que apresentou melhor estado de conservação. No entanto, segundo informações, a população tinha ciência do local e algumas interferências haviam sido feitas por curiosos. Alguns ossos estavam espalhados em outros pontos da cavidade (FOGOLARI, 2013, p.87-88).

Os sepultamentos estavam distantes de 30 a 70cm entre si e ocorriam a partir de 7cm, estendendo-se até 35cm de profundidade, quando atingia o substrato rochoso do abrigo. Em todas as quadras abertas, a estratigrafia apresentou as mesmas características. Segundo Fogolari era um "sedimento arenoso de coloração acinzentada composto por calcário e rochas

fragmentadas provenientes do desmoronamento de algumas áreas do abrigo" (FOGOLARI, 2013, p.88).



Figura 34: Vista superior do esqueleto 1
Fonte: FOGOLARI, 2013, p.94.

Os indivíduos, cujas formas e orientação dos sepultamentos puderam ser observadas, estavam em posição fletida, sendo comum a presença de carvões, conchas e vestígios líticos, com destaque para pontas de projétil, estilhas e lascas em abundância em todo o sítio.



Figura 35: Adornos funerários junto ao crânio do indivíduo 2 (A)
e sepultamentos secundários múltiplos, indivíduos 3,4 e 5(B)
Fonte: FOGOLARI, 2013, p.95.

Em algumas estruturas funerárias, os ossos estavam bastante revolvidos revelando enterramentos secundários múltiplos. Adornos como pontas de projétil e contas de colar foram identificados nos sepultamentos do abrigo.

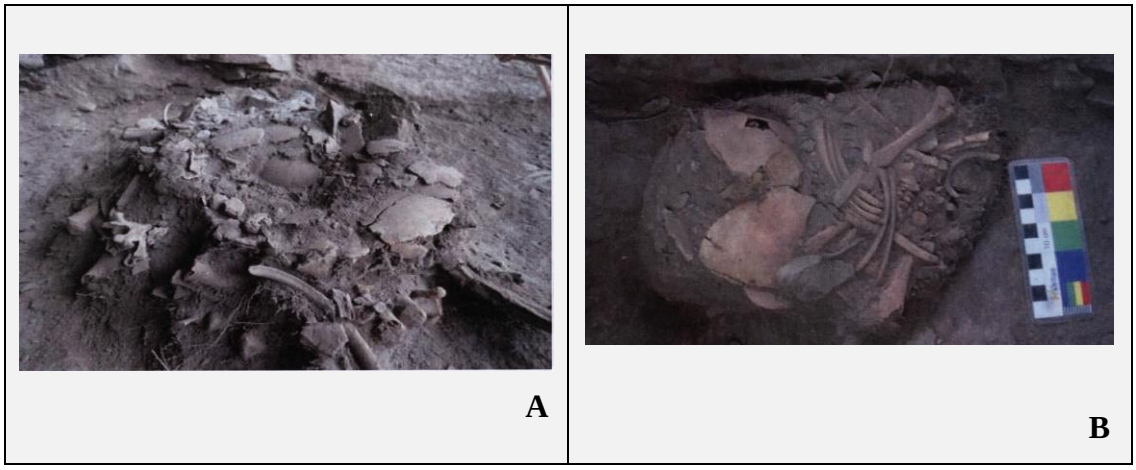


Figura 36: Sepultamento da quadra P4 (A) e sepultamento de criança (B)
Fonte: FOGOLARI, 2013, p. 99.

Foi identificado ainda um sepultamento de criança, como também estruturas com ossos carbonizados e revolvidos, indicando também a prática de cremação no Abrigo Serra do Veado, como pode ser observado por Chmyz no Abrigo-sob-rocha Tunas.

Houve ainda incidência de cerâmica associada a grupos indígenas Jê no abrigo, aumentando as semelhanças com o Abrigo-sob-rocha Tunas, que revelou grande quantidade de pontas de flechas e cerâmica atribuída a grupos Jê, que habitaram especificamente a região dos campos gerais, onde estão localizados os sítios arqueológicos em questão.

O acervo proveniente do Sítio Abrigo Serra do Veado ainda passa por análises e as conclusões ainda não foram publicadas. As datações obtidas por AMS (Beta Analytic) dos remanescentes ósseos humanos foram as seguintes: 1130+-30BP (R4), 1330+-30BP (QN2) e 1180+-30BP (QN3) (FOGOLARI, 2013, p.490).

A instituição responsável pela guarda das coleções arqueológicas, não só do Sítio Abrigo Serra do Veado da Usina Hidrelétrica de Mauá, como um todo, ainda não foi definida. Os municípios impactados Ortigueira e Telêmaco Borba desde o início dos programas ambientais solicitam o repatriamento do patrimônio cultural arqueológico. Existe um Termo de Ajustamento de Conduta firmado desde 2012, para a construção de um museu destinado a abrigar o legado arqueológico de mais de 100 sítios arqueológicos resgatados ao longo do rio Tibagi, porém até o presente não foi cumprido.

Na pesquisa foram selecionados ainda diversos sítios referentes ao Projeto Arqueológico Rosana – Taquaruçu, que correspondem às escavações efetuadas para a

implantação de duas grandes usinas hidrelétricas no rio Paranapanema, na divisa com o Estado de São Paulo. Alguns sítios apresentaram urnas ou fragmentos delas, mas após a verificação desses, constatou-se que apresentaram cacos de grandes urnas carenadas, mas que não revelaram remanescentes ósseos humanos (CHMYZ, 1986).

No que diz respeito aos montículos, estes foram encontrados nas pesquisas efetuadas no rio Piquiri, por Chmyz e Sauner (1971), e revelaram grande quantidade de carvão sem remanescentes ósseos. No entanto, os autores concluíram que as grandes estruturas, compostas por lajes e com grande quantidade de cinzas estariam relacionadas à práticas funerárias envolvendo a cremação. Também Parellada (2005) evidenciou quatro montículos com 0,50m de altura, 2m de comprimento e 1,20 de largura nas proximidades do sítio Fazenda Marrecas 2, durante a pesquisa desenvolvida para sua tese de doutorado na área do gasoduto Bolívia-Brasil (trecho paranaense). Porém, em razão da escassez de tempo e recursos, não foi possível estudá-los.

Assim, os sítios considerados para a presente pesquisa são apresentados no quadro a seguir.

Tabela 1: Sítios arqueológicos paranaenses com presença de enterramentos

Sítio arqueológico/ Grupos indígenas	Pesquisador/ano	Município	Enterramentos (características/profundidade)	Coleção/Instituição de guarda	Localização geográfica	Enxoval funerário
Estirão Comprido PR PA 1 (Multicomponecial)	BLASI, 1951	Prudentópolis	09 indivíduos (enterramentos primários e secundário) 20 até 70 cm	Museu Paranaense	479.224 /7.260.829	Fragmentos cerâmicos, vasilhame inteiro, cachimbos, artefatos líticos, pontas de flechas, conchas, valvas de moluscos
Barracão PR AM 6 (Tupi-guarani)	BLASI, 1956	Barracão	01 urna - achado fortuito – (enterramento secundário)	2.59 / 2173 MAE/UFPR	235.770/ 7.094.946	
Jazida José Vieira PR ST 6 (Multicomponencial)	LAMMING & EMPERAIRE, 1957	Guaporema	03 indivíduos (enterramentos primários)	Museu Paranaense, MAE/UFPR e CEPA/UFPR	305.584/ 7.424.921	
Jazida 3 morrinhos PR QN 3 (Tupi-guarani)	BLASI, 1959	Querência do Norte	02 urnas (ossos esfarelados no sítio)	24.57 / 2.59 Museu Paranaense	241.141/ 7.466.094	Recipiente cerâmico pequeno

			25-45cm			
Fazenda Água da Fartura PR NA 1 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1965	Santana do Itararé	Conjunto funerário com fragmentos ósseos humanos 40 cm (aprox.)	63, 65 a 70 CEPA/UFPR	641.248/7.382.474	3 recipientes cerâmicos pequenos
Vitorino 3 PR SE 3 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1973	São José da Boa Vista	2 conjuntos funerários contendo remanescentes ósseos 40 cm	726 e 727 CEPA/UFPR	637.801/7.339.233	Um recipiente cerâmico pequeno associado
Lagoa Xambrê 1 PR XA 1 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1976	Altônia	Várias urnas com enterramento primário e secundários múltiplos) 25-60cm	1035 a 1043 3 1668 a 1676 CEPA/UFPR	185.647/ 7.353.317	Tembetás, contas de colar, de conchas e carapaça de tartaruga
Fazenda Caburé 1 PR TO 6 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1977	Santa Helena	Dente humano (associado a urna encontrada no Fazenda Caburé 2)	1199,1217 Ecomuseu de Itaipu	159.393/ 7.250.088	
Fazenda Caburé 2 PR TO 7 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1977	Santa Helena	Urna 50cm	Ecomuseu de Itaipu	161.183/ 7.251.878	Tembetá

Fazenda Dona Carlota 1 PR FI 104 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1977	Foz do Iguaçu	Conjunto funerário em montículo 40cm (altura)	1098, 1262 a 1267, 1270 a 1271 e 1275 a 1281 Ecomuseu de Itaipu	149.249/ 7.195.192	Recipientes cerâmicos pequenos
Caranguejeiras PR FI 148 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1978	Foz do Iguaçu	Conjunto funerário 20cm	1310 a 1320 e 1322 a 1323 Ecomuseu de Itaipu	154.022/ 7.205.335	Contas de colar de conchas e de contas de origem europeia, núcleos de quartzo e recipiente cerâmicos pequenos
Ilha do alemão PR FO 24 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1981	Guaíra	Conjunto funerário 20cm	1609 a 1613, 1616 e 1651 a 1654 Ecomuseu de Itaipu	169.537/ 7.333.626	
Segunda Corredeira 1 PR RP 1 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1982	Itambaracá	Conjunto funerário 20cm	171, 1646 e 1650 Ecomuseu de Itaipu	544.861 / 7.459.530	Fragmentos cerâmicos decorados no interior da urna
Rio das Cinzas PR RP 7 (Tupi-guarani)	CHMYZ, 1982	Itambaracá	Urna com remanescentes ósseos	2819 CEPA/UFPR	550.829 / 7.460.127	Lâmina de machado e contas de colar
Corredeira das três ilhas PR JÁ 37 (Tupi-guarani)	CHMYZ,1982	Andirá	Conjunto funerário 20cm	1865 a 1873 CEPA/UFPR	580.067/ 7.461.320	Recipientes cerâmicos pequenos

Sítio arqueológico Estádio (Tupi-guarani)	PARELLADA, 1988	Sengés	4 urnas (enterramentos secundários)	Museu Paranaense	656.445/ 7.333.030	Lâmina de machado
Morro dos Anjos PR BS 2 Jê	CHMYZ, 1999	Adrianópolis	3 sepultamentos (enterramentos primários) 25-55cm	2976, 3020 e 3332 CEPA/UFPR e LEEH/USP	700.600/ 7.273.359	Conchas de gastrópodes, fragmentos cerâmicos e ossos de animais
Fonte Grande PR FO 54	CHMYZ, et. al. 1998-1999	Guaíra	Uma urna com 1 sepultamento secundário 65 cm (base)	CEPA/UFPR	183.890/7.337.781	Recipientes cerâmicos pequenos
Abrigo-sob-rochas Tunas PR WB 16 Jê	CHMYZ, 2001	Arapoti	1 sepultamento (enterramento primário), ossos desarticulados e calcinados 85cm - superficiais	3626, 3644, 4326 e 4354 CEPA/UFPR	580.664/ 7.346.157	Pontas de flechas e conchas
Urna (achado fortuito) (Tupi-guarani)	IPHAN, 2009	Capanema	Urna (remanescentes ósseos no sítio)	Museu Magarancho	216.079 / 7.169.533	Recipiente cerâmico pequeno

Abrigo Serra do Veado	FOGOLARI, 2013	Telêmaco Borba	11 sepultamentos primários e secundários individuais e múltiplos desarticulados e calcinados	Repatriamento em estudo	532.481/ 7.338.839	Pontas de projétil, estilhas, lascas, conchas e contas de colar de conchas (adorno)

Também foram relacionadas as coleções arqueológicas acondicionadas nos museus de Curitiba provenientes de doações, atendimento às ocorrências junto aos municípios, como de escavações realizadas sem solicitação formal ao Iphan, ante a recém legislação de Arqueologia, em 1961. Um caso verificado foi o do Sítio arqueológico Abrigo do Pontão em Sengés, quando Nigro (1970) exumou 12 esqueletos de adultos e crianças, dos quais não há registro documental associado às coleções. As informações foram obtidas na visita ao Museu Paranaense e entrevista com a arqueóloga Cláudia Inês Parellada, no dia 06/07/2015.

As dúvidas acerca do material sob a guarda dos museus (Paranaense e MAE/UFPR) foram esclarecidas, pois algumas coleções foram divididas, como mencionado anteriormente. Quando continham informações sobre a localização dos sítios de onde foram retiradas, esses puderam ser incluídos nos mapas.

Tabela 2: Coleções arqueológicas de remanescentes ósseos humanos em instituições de guarda paranaenses

Sítio arqueológico	Pesquisador/ ano	Município	Sepultamentos	Localização geográfica	Instituição de guarda
Gruta do Tigre	Achado/doação	Adrianópolis	Crânio	691.053/ 7.260.829	MAE/UFPR
Gruta do Campinho	Achado/doação	Tunas do Paraná	01 indivíduo	693.440/ 7.233.977	MAE/UFPR
Abrigo do Pontão	NIGRO, 1970	Sengés	12 indivíduos entre adultos e crianças	649.881/ 7.320.499	Museu Paranaense
San Pablo del Iniaí (Sítio histórico)	PARELLADA*	São Pedro do Ivaí	01 urna com enterramento (pós colonial)		Museu Paranaense
Gruta Capoava	Achado/doação	Adrianópolis	Ossos fragmentados		Museu Paranaense

(Plumbum)					
Sítio São José (Fazenda São Carlos)	PARELLADA*	Fênix	Ossos fragmentados		Museu Paranaense
43HA Doação não identificada	Achado/doação	Sem dados	Ossos fragmentados	Sem dados	Museu Paranaense
					*Atendimentos do Museu

3. Os enterramentos pré-históricos no Paraná: análise da distribuição espacial dos sítios e a gestão dos acervos arqueológicos

3.1 A documentação e a elaboração de mapas no SIG

Após a identificação dos sítios que apresentaram enterramentos no Paraná, foi iniciada a coleta das coordenadas geográficas junto às instituições de pesquisa, sendo que para a maioria dos registros, (os mais antigos) a localização era realizada de forma aproximada nos mapas e plantas topográficas disponíveis na ocasião.

Das pesquisas realizadas a partir dos anos 2000, nas fichas do CNSA/IPHAN puderam ser obtidas coordenadas de GPS e dos abrigos houve certa facilidade junto Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - CECAV do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente - Icmbio/MMA -, por meio de mapas disponíveis em diferentes formatos digitais para download. Para alguns sítios, a única alternativa foi estimar suas áreas, a partir das imagens de satélite do Google Earth. Esses possuíam croquis e uma boa descrição geográfica, o que nos auxilia a reconhecer grandes áreas potenciais, e não a localização precisa dos sítios, o que não dificulta a proposta deste trabalho.

Nosso objetivo foi a elaboração de mapas apoiados em Sistema de Informações Geográficas - SIG - para auxiliar na análise dos ambientes em que os sítios com sepultamento se inserem. Desse modo, foi gerado um banco de dados relativos aos sítios, as principais características ambientais das áreas onde foram localizados, além dos mapas que auxiliarão na gestão desses remanescentes, a partir do cruzamento dos dados sobre áreas a serem afetadas pela implantação de projetos de desenvolvimento.

Como foi anteriormente relatado, o interior do Estado do Paraná foi vastamente habitado por populações pré-históricas e históricas, cuja cultura material foi abundante em todas as direções cardeais, sendo atualmente cadastrados 2.989 sítios arqueológicos, considerando os dados que constam no CNSA/IPHAN e no Banco de Dados da Superintendência do Iphan no Paraná, que incluem algumas fichas que não puderam ser inseridas no cadastro nacional, como de registros arqueológicos informados em publicações,

por serem anteriores à Lei 3.924/61, ou por se constituírem em atendimentos realizados pelas instituições de pesquisa já mencionadas.

Os dados sistematizados no ano de 2009 foram inseridos na base cartográfica da divisão política do Estado do Paraná e atualizados pelo Setor de Arqueologia no ano de 2011, e apresentaram a seguinte configuração espacial dos sítios arqueológicos paranaenses:

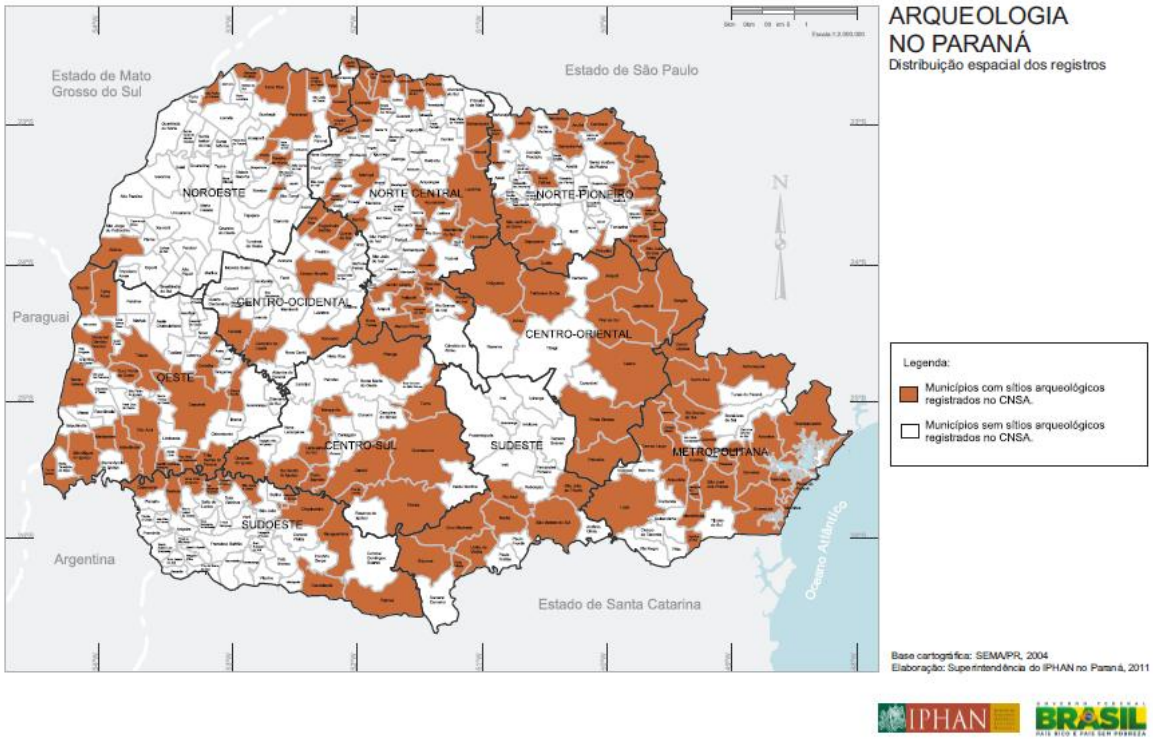


Fig. 37. Distribuição espacial dos sítios arqueológicos no Paraná
Fonte: Superintendência do Iphan no Paraná, 2011.

Assim, pode ser observada a amplitude da ocupação pré-histórica no Paraná e, embora algumas áreas não contem com registros, tais dados não correspondem à realidade, uma vez que não foram realizadas pesquisas nesses municípios específicos, ou as áreas pesquisadas compreendem uma fração mínima ocupada por empreendimentos que receberam estudos de Arqueologia Preventiva. Outro dado ainda significativo é o fato das pesquisas arqueológicas realizadas pelo CEPA/UFPR e Museu Paranaense serem anteriores à criação de muitos municípios paranaenses, o que também gera divergências nos cadastros de sítios.

De todo modo, esses registros corroboram de fato às afirmações feitas pelos pesquisadores dos sítios arqueológicos paranaenses, tanto sob a perspectiva espacial, como do quantitativo das ocorrências, conforme o mapa que segue:

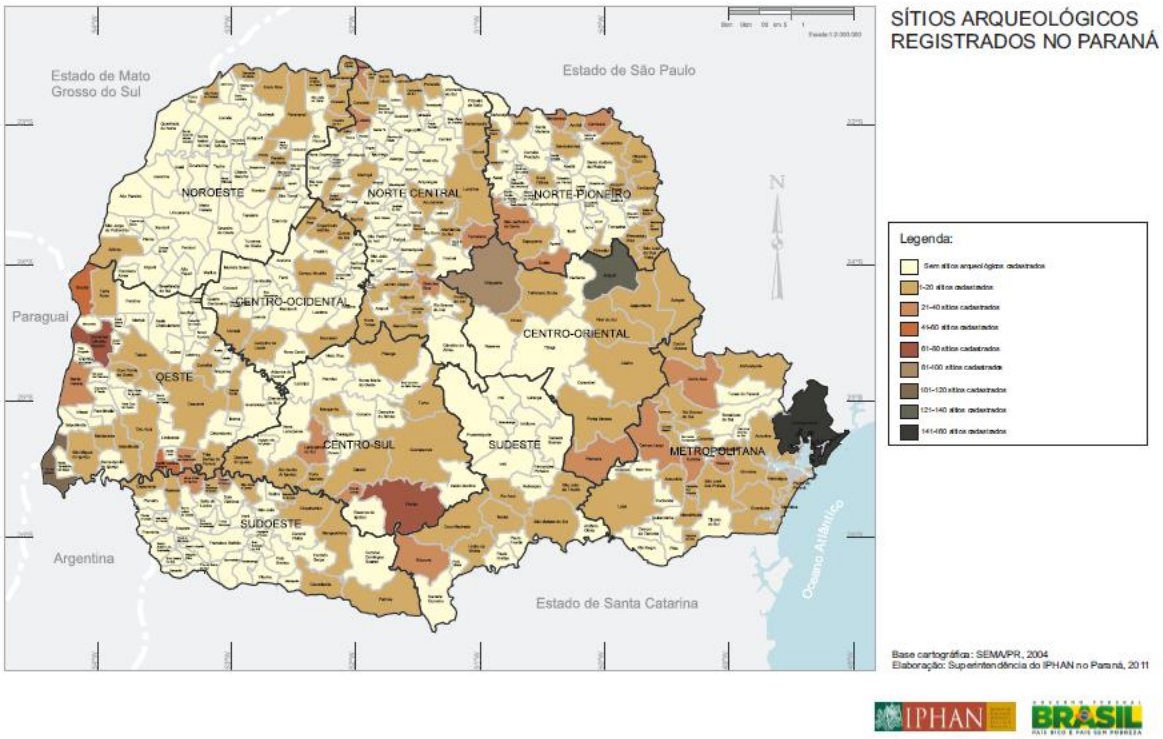
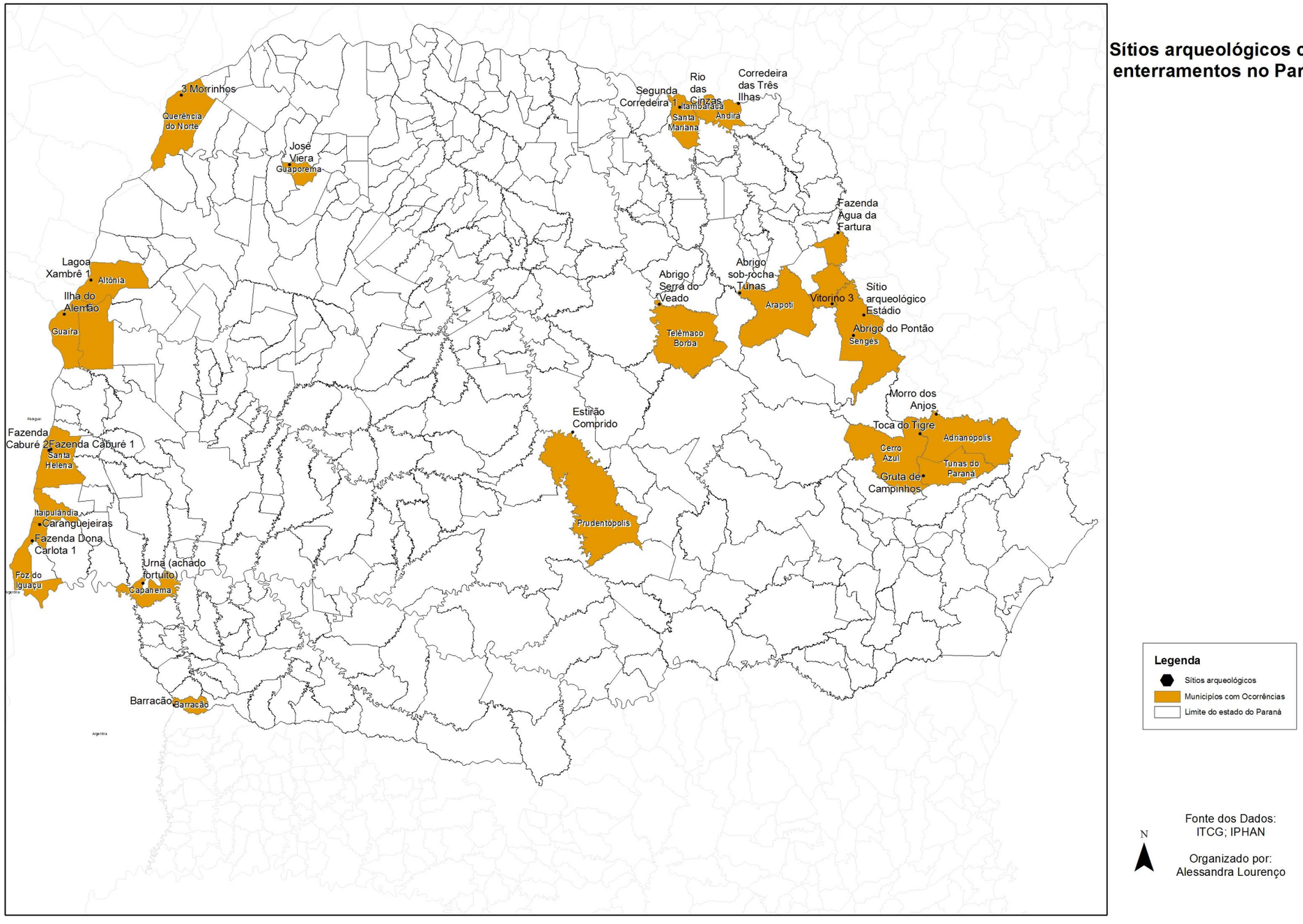


Fig. 38. Sítios arqueológicos registrados no Paraná
Fonte: Superintendência do Iphan no Paraná, 2011.

A quantidade de sítios arqueológicos cadastrados, na maioria das vezes, é referente às pesquisas realizadas para a implantação de empreendimentos e não corresponde necessariamente às áreas com maior potencial para a presença de locais com remanescentes de populações pretéritas. Os sítios mais antigos que revelaram sepultamentos, por exemplo, como foi mencionado anteriormente, constam em publicações, mas não possuem ficha de cadastro no Iphan.

Com base nesses dados e após o levantamento dos sítios com presença de enterramentos humanos, foi realizada a análise espacial desses, no intuito de verificar se a conservação dos remanescentes ósseos no estado do Paraná estaria associada a alguma característica ambiental específica.

A partir do mapa com a localização espacial dos sítios com presença de enterramentos, ou áreas onde foram localizados os registros, outras bases cartográficas foram cruzadas, para auxiliar na identificação de elementos comuns, uma vez que estão distribuídos em diferentes regiões paranaenses, conforme os mapas que seguem:



Sítios arqueológicos com enterramentos no Paraná

Figura 39: Mapa com a localização dos sítios arqueológicos com enterramentos no Estado do Paraná

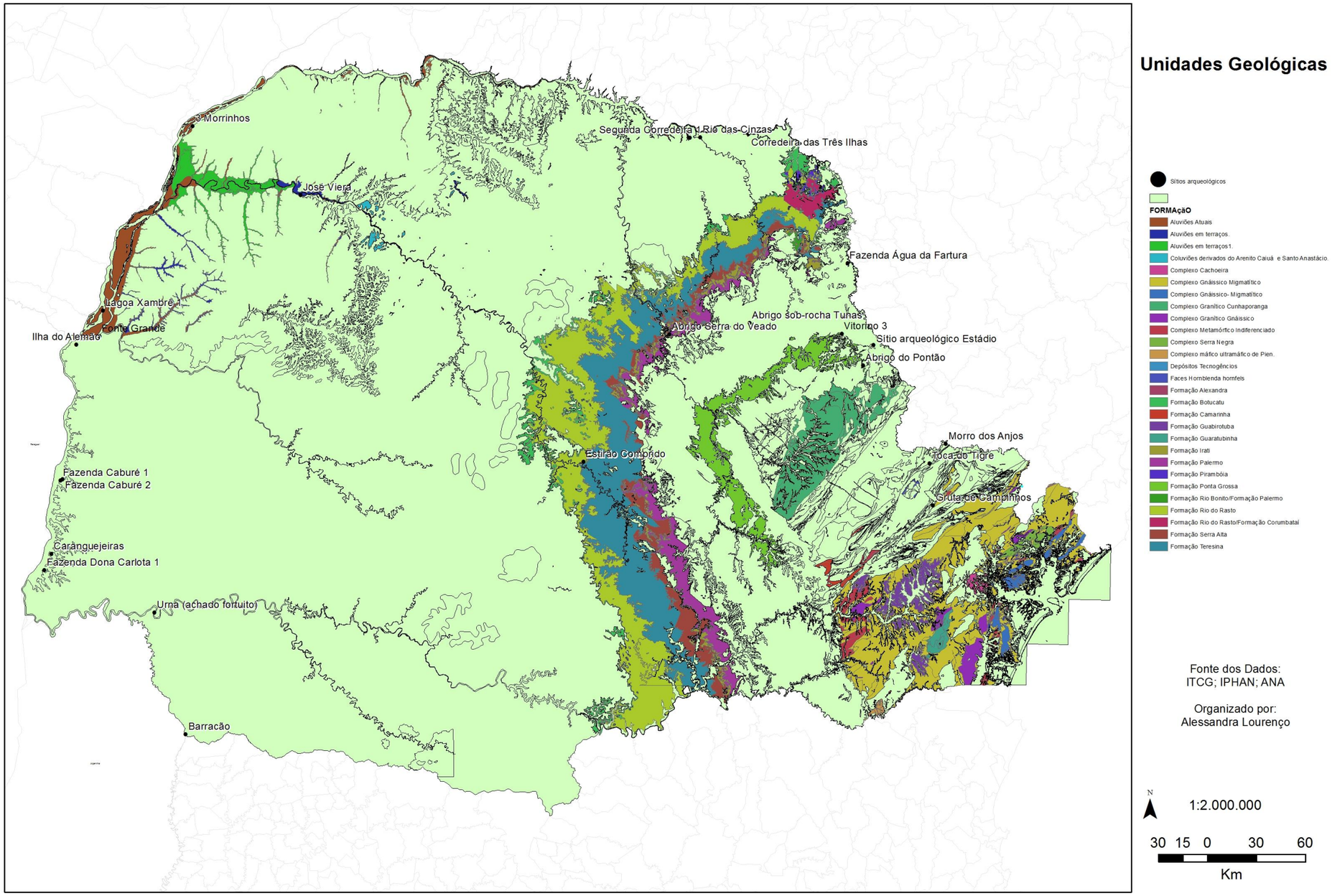


Figura 40: Mapa das unidades geológicas do Estado do Paraná

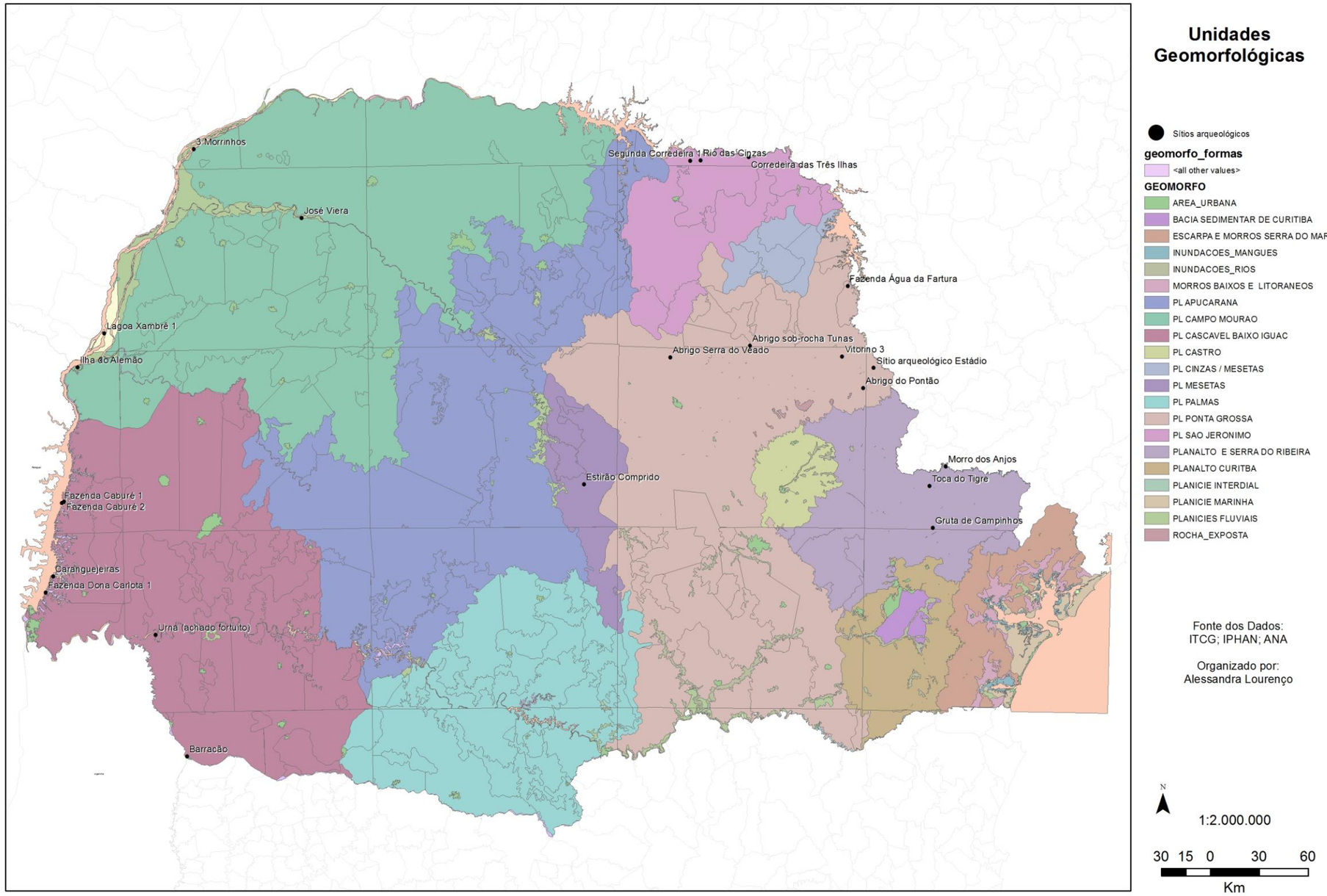


Figura 41: Mapa das unidades geomorfológicas do Estado do Paraná

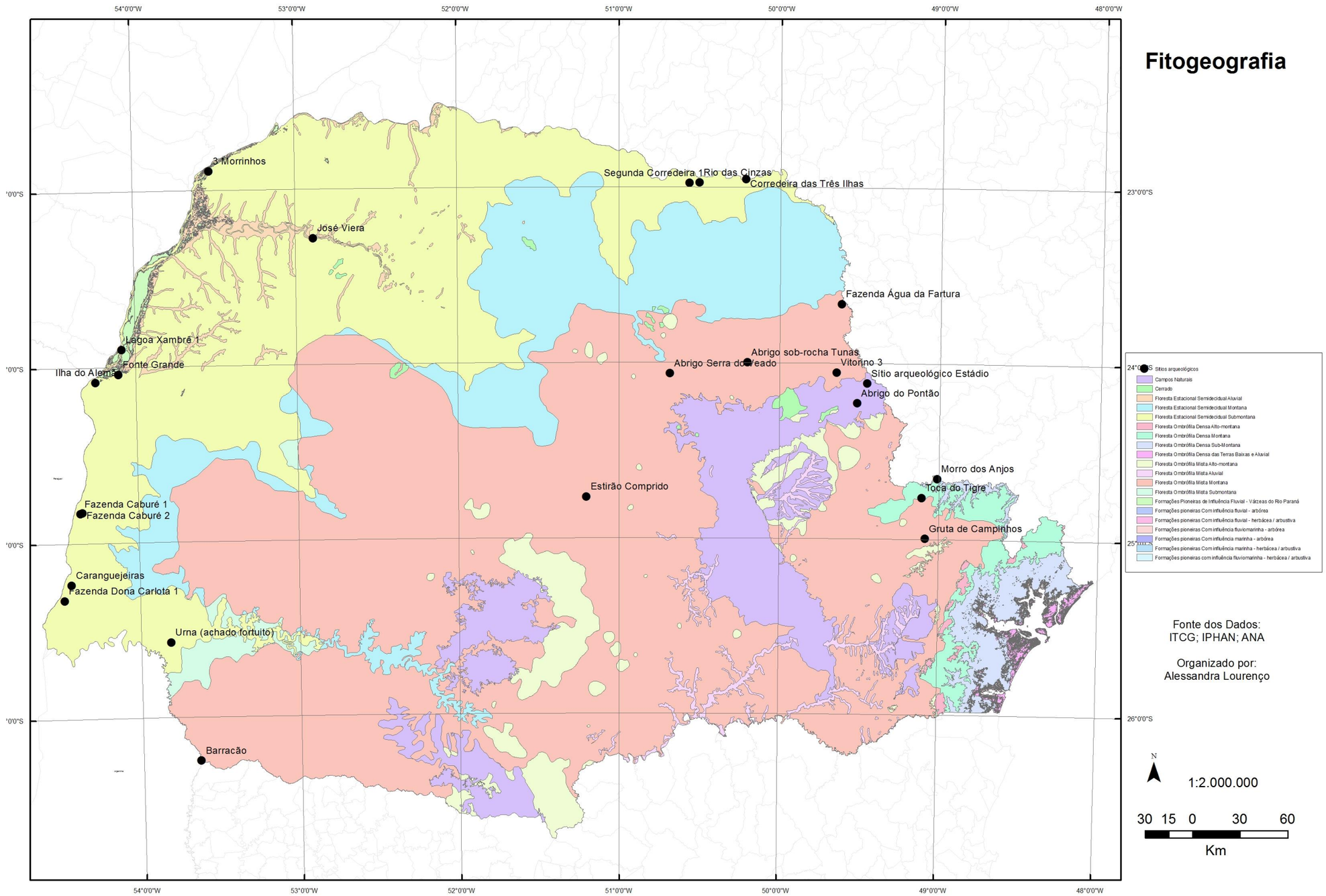


Figura 42: Mapa da fitogeografia do Paraná

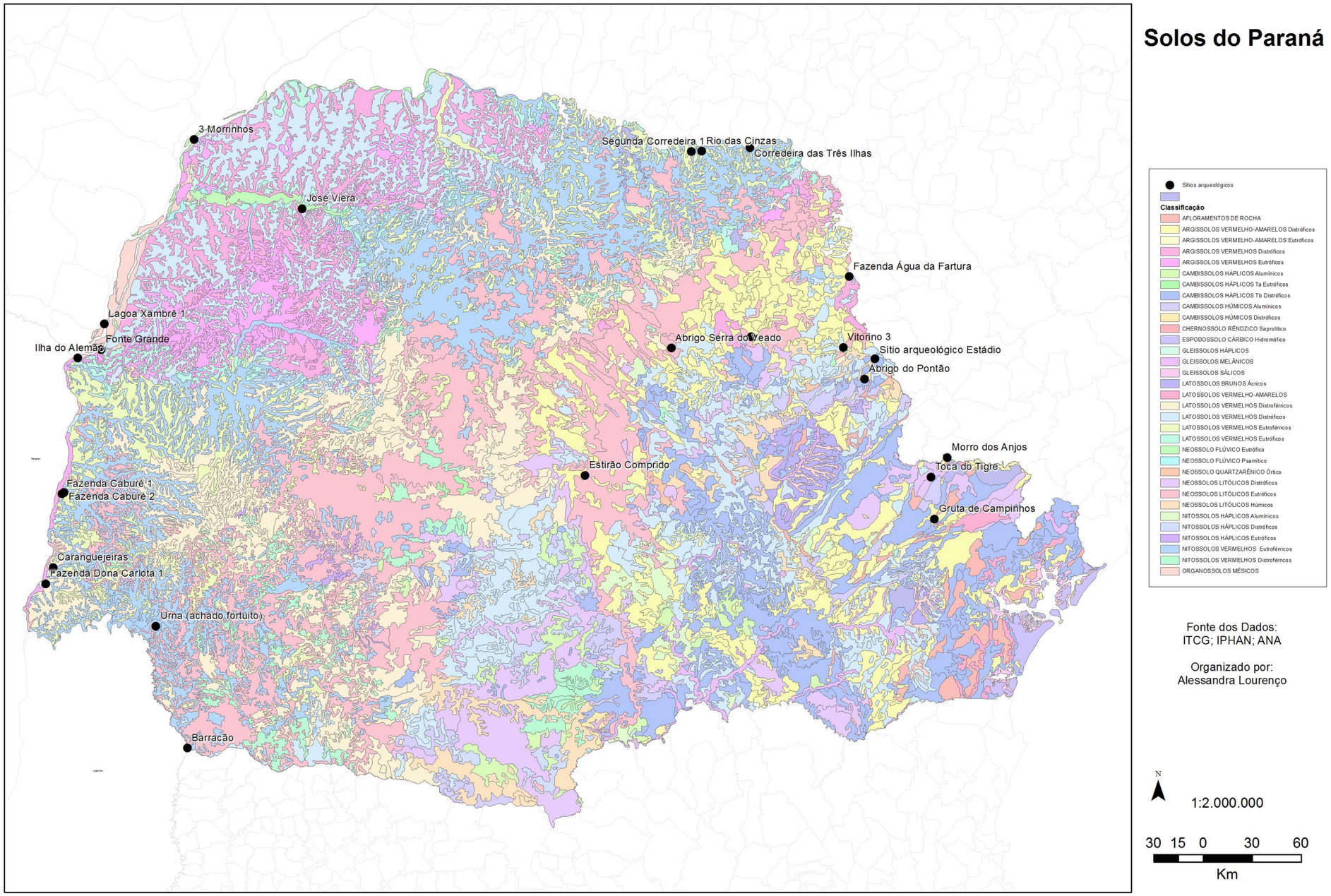


Figura 43: Mapa dos solos do Paraná

Hoje sabe-se que o ser humano tem se adaptado a quase todas as áreas da superfície terrestre, embora os recursos minerais, os solos, a presença de água doce, as formas de relevo, o clima, entre outros elementos geográficos e fatores podem facilitar ou não a ocupação e organização do espaço físico territorial.

Para o trabalho específico sobre a presença e consequente conservação de remanescentes ósseos humanos no Paraná, os elementos selecionados permitem avaliar a Geologia, pois o substrato rochoso influencia nas formas e evolução do relevo, objeto da Geomorfologia e na formação dos solos, cuja análise foi priorizada. Como já foi mencionado anteriormente, o calcário é responsável pela conservação de remanescentes ósseos e, sua presença é abundante no espaço paranaense, sobretudo no segundo planalto.

De acordo com Maack (2012),

> O interior do Paraná, com seus planaltos, apresenta-se como uma típica paisagem de degraus estruturais ou escarpas de estratos (*Schichtstufen-Landschaft*). Assim, a maior parte da área do Estado do Paraná é constituída por três planaltos que se inclinam suavemente para W, NW e SW (MAACK, 2012, p.449).

As três unidades morfoestruturais possuem características bem diferentes. O Primeiro Planalto ou Planalto de Curitiba é formado por rochas cristalinas (complexo gnáissico-granítico), tendo ao norte a formação Assungui (filitos, calcários, calcários dolomíticos e quartzitos com granitos intrusivos) que corresponde à bacia do rio Ribeira.

Com início na Escarpa Devoniana, o Segundo Planalto (Planalto de Ponta Grossa) é composto por sedimentos paleozoicos e mesozoicos onde "foram encontrados todos os fósseis de importância para a determinação da idade das camadas" (MAACK, 2012, p.472). Arenitos, filitos, calcários e quartzitos predominam em diferentes formações. Ao norte, entre os rios Laranjinha e Itararé, encontram-se as menores altitudes que variam de 350 a 560 metros, onde existem algumas mesetas do arenito eólico Botucatu e diques de diabásio com capas de lavas básicas do *trapp*[68] do Paraná (MAACK, 2012, p.478).

E o terceiro planalto (Planalto de Guarapuava) corresponde ao plano de declive da Serra Geral do Paraná, denominada Serra da Boa Esperança e Escarpa Mesozoica, constituída por estratos do arenito Botucatu, com espessos derrames de lavas básicas do *trapp* Paraná

[68] Do sueco *trapp* (escada). Os derrames sucessivos de lavas manifestam-se na morfologia da paisagem, formando verdadeiras escadas de degraus sucessivos (LEINZ; AMARAL, 1995, p.289).

(MAACK, 2012, p.487), que abrangem a extensão total do terceiro planalto paranaense, composto de basaltos, diabásios, meláfiros, entre outros. Em alguns pontos ocorrem capas de arenitos vermelhos desenvolvidos, o arenito Caiuá, que se desenvolve a partir dos últimos derrames de lava e deriva da continuidade do processo eólico (MAACK, 2012, p.490).

De acordo com Maack, os solos do terceiro planalto são ricos em argila e bem estruturados, a chamada Terra Roxa, todavia, apresentam acidez elevada em algumas regiões, conforme trecho a seguir.

> (...) Influenciadas por um clima do quaternário recente, as rochas eruptivas básicas do terceiro planalto se decompõem em solos argilosos muito coesos, conhecidos como terra roxa. Entretanto, nos campos do terceiro planalto, estes solos são parcialmente muito ácidos, exibindo valores de pH de 4,2 a 4,5 (MAACK, 2012, p.492).

Cabe ressaltar que nessas áreas de latossolos e argissolos foram encontrados esqueletos bem preservados, como os do sítio José Vieira e do sítio Barracão, em que os ossos estavam mineralizados. Entretanto, o primeiro foi localizado em área do arenito Caiuá e o segundo em áreas de derrames de basalto, não confirmando a assertiva do excesso de acidez, mas ao contrário, reforçando a ideia de que as argilas vermelhas podem auxiliar na preservação dos ossos.

Por sua dimensão, o território paranaense apresenta uma diversificada formação geológica e geomorfológica, pois é cortado pelo Trópico de Capricórnio, dividindo-o em duas porções distintas, uma tropical e outra subtropical, com forte influência também na distribuição da vegetação no Paraná ou a Fitogeografia, cujos biomas são explorados por grupos específicos desde os tempos mais remotos.

A exploração do pinhão nas Florestas de Araucárias sempre foi atribuída aos grupos indígenas Jê – kaingang e xokléng – que nas terras altas e frias (planaltos) desenvolveram as estruturas subterrâneas, comumente identificadas na região Sul, entre outros elementos característicos da sua cultura material. Já para os guaranis, considerados exímios canoeiros na literatura especializada como, a existência de rios navegáveis em áreas mais baixas do Estado, como os vales do rio Paraná, Ivaí, Tibagi e Iguaçu eram necessários para o desenvolvimento e manutenção da sua cultura.

Além disso, conforme BICHO (2012):

> (...) É necessário frisar que ao longo dos tempos a comunidade humana e a sua cultura tiveram sempre um impacto importante na ecologia regional das áreas habitadas, aspectos que se podem revelar através dos vários casos de extinção animal ou vegetal resultado de impacto do Homem. Em contrapartida, a evolução física e transformação cultural da espécie humana (e as que a precederam) foi, sem dúvida nenhuma, o resultado do contexto ecológico das regiões habitadas por essas espécies. Assim, parece lógico que o estudo da reconstrução paleoambiental tenha que ser efectuado como eixo condutor da investigação na pré-história, isto é, não separando os dados ambientais da relação que esses possam ter com as comunidades humanas do passado e do impacto que a espécie humana tem na sua ecologia (BICHO, 2012, p.290).

Para o autor, no caso da Arqueologia pré-histórica a Geoarqueologia é uma subdisciplina que vem sido utilizada desde a década de 1970, para designar as investigações arqueológicas que se utilizam das técnicas das geociências aplicadas nos contextos arqueológicos, pois há a influência direta das chamadas geociências: geologia, geomorfologia, sedimentologia e pela pedologia. No entanto, não deve se limitar a somente descrever a geologia local sem que haja uma integração dos dados, mas na perspectiva da Arqueologia Contextual, "em que os vários elementos da ecologia humana (clima, paisagem, fauna, flora e a cultura humana) interagem entre si" (BICHO, 2012, p.293).

Na prospecção arqueológica, os elementos geográficos frequentemente utilizados para o levantamento preditivo e localização dos sítios incluem, além dos que foram abordados nesta pesquisa, a declividade (inclinação) dos terrenos, representados por sua hipsometria, a proximidade de cursos d'água, como também a disponibilidade de matéria-prima para a confecção dos instrumentos necessários à sobrevivência dos grupos humanos mais remotos. No caso dessa pesquisa, cujos sítios abordados já haviam sido pesquisados anteriormente, e por esse motivo, outros aspectos foram priorizados, de natureza pós-deposicionais, como a formação sedimentar e pedológica.

Ressalte-se que para os estudos de impacto ambiental, denominados de EIA-RIMA, os aspectos obrigatórios a serem considerados são relativos ao meio físico, biótico e socioeconômico, sendo que a Arqueologia integra os estudos sobre o meio ambiente socioeconômico das comunidades diretamente afetadas pela construção de empreendimentos, sem desconsiderar, entretanto, nos estudos de avaliação de impactos ao patrimônio arqueológico, o contexto ambiental ou dados geoarqueológicos (geologia, geomorfologia, hidrografia, declividade e vegetação) conforme as normativas estabelecidas pelo órgão federal de proteção ao patrimônio brasileiro, o Iphan.

Com o auxílio dos mapas gerados com os SIGs, pode-se verificar com maior precisão os ambientes em que estão inseridos os sítios arqueológicos com enterramentos pelos planaltos

paranaenses. A partir do cruzamento dos mapas temáticos obtidos nas instituições de controle e proteção ambiental mencionadas, com a inserção dos pontos com a localização dos sítios arqueológicos com enterramentos, obtivemos os dados sintetizados nas tabelas abaixo:

Tabela 3: Características ambientais dos sítios do Primeiro Planalto

Primeiro Planalto (Planalto de Curitiba)			
Sítio arqueológico	Formações geológicas e geomorfológicas	Fitogeografia	Tipos de Solos
Gruta de Campinhos	Grupo Açungui (metacalcários calcíticos)/ Planalto e Serra do Ribeira	Floresta Ombrófila Mista	Cambissolos háplicos
Toca do Tigre	Grupo Açungui (metacalcários calcíticos)/ Planalto e Serra do Ribeira	Estepe gramínio lenhosa	Cambissolos háplicos
Morro dos Anjos	Grupo Açungui (metacalcários calcíticos)/ Planalto e Serra do Ribeira	Floresta Ombrófila Densa	Argissolos vermelhos/amarelos
Pontão	Grupo Itararé (arenitos, siltitos, folhelhos)/ Planalto e Serra do Ribeira	Campos naturais	Latossolos vermelhos distroférricos
Estádio	Grupo Itararé (arenitos, siltitos, folhelhos)/ Planalto e Serra do Ribeira	Campos naturais	Latossolos vermelhos distroférricos
Fazenda Água da Fartura	Grupo Itararé (arenitos, siltitos, folhelhos)/Planalto de Ponta Grossa	Floresta Ombrófila Mista	Argissolos vermelhos

Vitorino 3	Grupo Itararé (arenitos, siltitos, folhelhos)/ Planalto de Ponta Grossa	Floresta Ombrófila Mista	Argissolos vermelho-amarelos

Tabela 4: Características ambientais dos sítios do Segundo Planalto

Segundo Planalto (Planalto de Ponta Grossa)			
Sítio arqueológico	Formações geológicas e geomorfológicas	Fitogeografia	Tipos de Solos
Segunda Corredeira 1	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de São Jerônimo	Floresta Estacional Semidecidual	Latossolos vermelhos eutroférricos
Rio das Cinzas	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de São Jerônimo	Floresta Estacional Semidecidual	Latossolos vermelhos eutroférricos
Corredeira das três ilhas	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de São Jerônimo	Floresta Estacional Semidecidual	Gleissolos háplicos
Abrigo-sob-rocha Tunas	Grupo Itararé (arenitos, siltitos, folhelhos)/ Planalto de Ponta Grossa	Campos naturais	Neossolos litólicos eutróficos
Abrigo Serra do Veado	Formação Irati (argilitos, folhelhos pirobetuminosos, com intercalação de lentes de calcários cinza claro) Planalto de Ponta Grossa	Campos naturais	Neossolos litólicos eutróficos
Estirão Comprido	Formação Terezina (argilitos, folhelhos, siltitos com frequentes	Floresta Ombrófila Mista	Neossolos litólicos eutróficos

	níveis de sílex e calcários esbranquiçados) Planalto de mesetas		

Tabela 5: Características ambientais dos sítios do Terceiro Planalto

Terceiro Planalto (Planalto de Guarapuava)			
Sítio arqueológico	Formações geológicas e geomorfológicas	Fitogeografia	Tipos de Solos
José Vieira	Grupo Bauru (Arenito Caiuá)/Planícies fluviais	Floresta Estacional Semidecidual submontana	Latossolos vermelhos eutroférricos
3 morrinhos	Grupo Bauru (Arenito Caiuá)/Planícies fluviais	Floresta Estacional Semidecidual aluvial	Argissolos vermelhos
Lagoa Xambrê	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planícies fluviais	Floresta Estacional Semidecidual submontana	Organossolos mésicos
Ilha do alemão	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planícies fluviais	Floresta Estacional Semidecidual aluvial	Latossolos vermelhos eutroférricos
Fazenda Caburé 1	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de Cascavel-Baixo Iguaçu	Floresta Estacional Semidecidual aluvial	Latossolos vermelhos distroférricos
Fazenda Caburé 2	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de Cascavel-Baixo Iguaçu	Floresta Estacional Semidecidual aluvial	Latossolos vermelhos distroférricos

Caranguejeiras	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de Cascavel-Baixo Iguaçu	Floresta Estacional Semidecidual aluvial	Latossolos vermelhos distroférricos
Fazenda Dona Carlota 1	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de Cascavel-Baixo Iguaçu	Floresta Estacional Semidecidual aluvial	Latossolos vermelhos distroférricos
Fonte Grande	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de Cascavel-Baixo Iguaçu	Floresta Estacional Semidecidual	Latossolos vermelhos distroférricos
Urna (achado fortuito)	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de Cascavel-Baixo Iguaçu	Floresta Estacional Semidecidual aluvial	Nitossolos vermelhos
Barracão	Grupo São Bento (derrames de basalto)/ Planalto de Cascavel-Baixo Iguaçu	Floresta Estacional Semidecidual aluvial	Neossolos litólicos

Foram identificados 7 sítios com presença de enterramentos no Primeiro Planalto, 6 no Segundo Planalto e 11 no Terceiro Planalto Paranaense, confirmando o ecúmeno no Paraná, que também se estendeu pela Serra do Mar com diferentes caminhos de ligação entre o litoral e os planaltos[69].

[69] Embora o litoral não faça parte da presente pesquisa, CHMYZ (2002) menciona duas urnas retiradas por funcionários da prefeitura e apreendidas pelo Iphan no município de Paranaguá, que haviam sido retiradas do sítio PR P 67: Rio Emboguaçu, danificado pela construção da Rodovia BR-277 e pela ferrovia que conduz às instalações do Porto de Paranaguá. Em uma das urnas continha remanescentes ósseos. E, que em outro sítio, o PR P 68: Rio Imbocuí 1, de acordo com informações dos moradores, várias urnas funerárias haviam sido encontradas nas margens dos rios Itiberê, Emboguaçu e Imbocuí. "Situavam-se na planície litorânea sedimentar, em terrenos arenosos pouco elevados, junto a cursos fluviais que permitiam o acesso à baía" (CHMYZ, 2002, p.81). A área do sítio era impactada para a retirada de areia.

A heterogeneidade das características ambientais apresentadas nos quadros às páginas anteriores sugere poucas interferências nos registros arqueológicos encontrados. No entanto, há a predominância dos latossolos vermelhos, em razão da extensão desses no espaço paranaense, que além de predominar no terceiro planalto, estão distribuídos em outras regiões do Estado.

Os tipos de solos onde foram encontrados sepultamentos ficaram divididos em latossolos vermelhos distroférricos[70] (8), latossolos vermelhos eutroférricos (4), neossolos litólicos eutróficos (4), cambissolos háplicos (2), argilosolos vermelho-amarelos (3) e argissolos vermelhos, gleissolos háplicos, organossolos mésicos, nitossolos vermelhos com (1) ocorrência em cada.

Os Latossolos são solos intemperizados, com horizonte B muito espesso que atinge mais de 2m de profundidade. Com a atuação do clima, tem a maior parte dos minerais intemperizados e lixiviados, sobrando apenas o quartzo e a caulinita (mais resistentes), acrescidos de óxidos de ferro. Possuem textura argilosa e são muito remexidos pela bioturbação da fauna local (cupins e formigas) (LEPSCH, 2010, p.96).

São os solos com maior distribuição também no Brasil, subdividindo-se em outras 4 subordens, como por exemplo, os latossolos vermelhos eutroférricos, conhecidos como "terras roxas legítimas" (LEPSCH, 2010, p.96).

Neossolos litólicos ou Litossolos são definidos pelo material orgânico que os constitui. Não possui horizonte B, assentando a camada de 20cm apenas diretamente sobre a rocha (LEPSCH, 2010, p.114).

Os argissolos são bastante intemperizados, porém com grande acúmulo de argila no horizonte B. São solos intermediários e encontram-se associados principalmente aos latossolos. Apresenta o segundo maior percentual de ocupação no Brasil (LEPSCH, 2010, p.101).

Os Nitossolos vermelhos desenvolvem-se de rochas básicas em clima tropical úmido. Eram anteriormente conhecidos como terras roxas estruturadas (LEPSCH, 2010, p.100-101).

Cambissolos são mais típicos em áreas de relevo acidentado, pouco profundos, sem horizonte B definido e ricos em argila (LEPSCH, 2010, p.113-114). Os Gleissolos são comuns em baixadas úmidas, saturadas com água que reduzem o teor de ferro (LEPSCH, 2010, p.115) e os Organossolos são escuros formados por acúmulo de materiais orgânicos em decomposição (LEPSCH, 2010, p.117).

---

[70] Distroférricos são solos com baixa fertilidade e alto teor de ferro e Eutroférricos são solos com alta fertilidade e alto teor de ferro.

Observa-se que com exceção dos neossolos litólicos, gleissolos e organossolos, todos os outros apresentam concentrações de argilas, principalmente vermelha que "rica em iodo e ferro confere proteção à decomposição óssea no processo de esqueletização, e dificulta a ação de microorganismos" (LOPES, et. all., 2013, p.276).

Os argissolos vermelhos, por exemplo, estão presentes nos sítios José Vieira e Morro dos Anjos, que apresentaram remanescentes ósseos bem preservados.

Já os litossolos foram estudados por Vasconcelos et. all. (2013), nos abrigos calcários de Minas Gerais, pois as influências antrópicas (restos e refugos de alimentos, excrementos humanos e de animais, cinzas de fogueiras) permitem maior conservação dos ossos humanos. No trabalho apresentado corresponde aos solos dos sítios Abrigo sob-rocha-Tunas, Abrigo Serra do Veado e Estirão Comprido, todos muito representativos.

Pelo exposto, é possível afirmar que no interior do Paraná, a presença de calcário não foi o único determinante para a preservação dos enterramentos. A maior parte dos sítios foi encontrada em latossolos distroférricos e eutroférricos, que são formados a partir dos derrames de basalto e concentram diferentes níveis argila e ferro. Outros, como os argilossolos e os nitossolos vermelhos possuem características muito semelhantes aos latossolos e também estão dispostos em vários pontos no Estado.

Embora as urnas não tenham revelado grande quantidade de remanescentes ósseos no seu interior, os poucos sepultamentos primários realizados diretamente nos solos, mesmo sofrendo algumas perturbações, apresentaram-se preservados.

Presume-se, portanto que, com relação aos solos, há potencial para a ocorrência de sepultamentos humanos nos três planaltos paranaenses, pois foram resgatados sítios arqueológicos com remanescentes ósseos em solos diversos, como também estruturas geológicas diferenciadas, ricas ou não em calcário.

Sem aferição, entretanto, é a possível existência dos mesmos frente a ocupação do território, já observada desde os primórdios da pesquisa arqueológica no Paraná. Por esse motivo é que o registro efetuado pode auxiliar em previsões futuras, pois ainda existe a possibilidade de complementação das informações. Alguns estão situados em áreas de proteção ambiental como o José Vieira e o Estirão Comprido no rio Ivaí (que junto com o Piquiri, por enquanto, estão imunes de projetos hidrelétricos) e o Lagoa Xambrê, preservado pelo Parque Estadual de Ilha Grande. As cavernas, por sua vez, possuem legislação federal de proteção.

Seguindo as premissas da Carta de Laussane, no seu artigo 6º, que versa sobre Preservação e Conservação, "conservar in situ monumentos e sítios deveria ser o objetivo

fundamental de conservação do patrimônio arqueológico, incluindo também sua conservação em longo prazo, além dos cuidados dedicados à documentação e às coleções a ele relacionadas".

Por esse motivo, apresentamos no próximo item, ações de conservação preventiva para as coleções arqueológicas e os acervos documentais associados que estão sob a guarda do CEPA/UFPR, como ação essencial para permitir seu estudo no futuro, conforme preconiza a carta internacional para proteção e gestão do patrimônio arqueológico.

Cabe ressaltar novamente que diante do número reduzido de sítios arqueológicos com remanescentes ósseos humanos no Paraná, traz à tona a incipiência de novas descobertas arqueológicas e novos registros em pesquisas desenvolvidas no Estado, e potencializa ainda mais a pertinência de que as coleções arqueológicas existentes devam ser protegidas para a maior eficiência do uso de tecnologias já existentes e não tão acessíveis na atualidade, para a produção de informações cada vez mais precisas sobre os primeiros habitantes do território paranaense. Por meio do estudo dos remanescentes ósseos e sedimentos ainda preservados em blocos testemunho que compõem as reservas técnicas em diversas partes do país, esses bens de natureza frágil e finita deverão estar disponíveis para as próximas gerações de pesquisadores e expectadores, que certamente contribuirão para a "vida após a morte".

3.2. A Conservação Preventiva das coleções arqueológicas e acervos documentais associados do Centro de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Paraná – CEPA/UFPR

> *"O que será coletado e guardado é o que permanecerá e constituirá o registro hoje e no futuro" (SILVA; LIMA, 2007).*

Neste item, apresentaremos ações de conservação preventiva para as coleções arqueológicas e acervos documentais associados, que estão sob a guarda do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná. A justificativa para a escolha dessa instituição, em primeiro lugar, deve-se ao fato da maioria dos registros dessa dissertação de mestrado estar sob a sua guarda, e pelo fato do CEPA/UFPR juntamente com o Museu

Paranaense constituírem-se nas mais importantes instituições fiéis depositárias de materiais arqueológicos do Estado do Paraná, pioneiras na realização de inventários e pesquisas em sítios presentes no território paranaense desde a década de 1960, sendo que muito do material textual e gráfico produzido ficou restrito a essas instituições.

Conforme SILVA & LIMA (2007, p.278):

> (...) a importância dos acervos documentais para o entendimento do registro arqueológico e a exigência de permanência desses acervos como elemento de prova e informação tornam necessária a adoção - por instituições responsáveis pela produção e guarda desses acervos - de um conjunto de ações destinadas a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contém a informação (SILVA; LIMA, 2007, p.278).

O CEPA/UFPR foi criado em 1956, com o objetivo de realizar pesquisas sobre a Arqueologia paranaense por meio de resgate de sítios arqueológicos, bem como de oferecer capacitação na área de Arqueologia. Está localizado no 12º andar do edifício D. Pedro I da Universidade Federal do Paraná, conhecido com prédio da reitoria. A instituição conta com salas de pesquisa, laboratório de conservação/restauração, biblioteca e sala de exposição. Sob a sua guarda está um expressivo acervo de artefatos arqueológicos paranaenses provenientes das pesquisas desenvolvidas no Estado, além de doações de descobertas fortuitas e exemplares de materiais arqueológicos de outros Estados, oriundos das pesquisas desenvolvidas pelo CEPA/UFPR.

Durante o diagnóstico realizado para a elaboração do produto 1 do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, os principais problemas apontados pela Sra. Roseli Ceccon, pesquisadora associada do CEPA e que auxiliou no preenchimento de ficha padronizada foram: infiltrações nas janelas e goteiras nos tetos; falta de climatização e proteção UV nas janelas; ausência de dispositivos de controle de temperatura, umidade e incidência de luz e riscos de incêndio, de furto e roubo, por não possuir sistemas de segurança instalados para essas finalidades.

Ressalta-se que de acordo com as informações fornecidas, o corpo de bombeiros municipal realizou uma vistoria recente no prédio D. Pedro I, quando foi constatada a ausência de saídas de emergência, situação que deverá ser estudada e solucionada em breve. Os únicos acessos de entrada/saída são feitos por meio dos elevadores e rampas. Não existem escadas internas nem externas para evacuação do prédio em uma situação de risco.

Ainda sobre a integridade física dos acervos, não foram observados agentes biodegradantes. O controle de pragas é sempre efetuado por meio de dedetizações frequentes, o que garante a conservação dos materiais.

O CEPA/UFPR está aberto ao público em geral, às instituições de ensino e pesquisadores. Atualmente com a aposentadoria compulsória do professor Igor Chmyz, que exerceu a função de diretor por vários anos centro de pesquisas arqueológicas, não existe muitas atividades de extensão universitária. Como a maioria das instituições públicas, principalmente as especializadas – a exemplo dos museus e reservas técnicas - o corpo de funcionários é muito restrito, quase sendo impossível conter em seus quadros técnicos conservadores e restauradores, como é o caso em questão. Entretanto, além do diretor, o centro tem um responsável pelo controle do inventário e organização física do acervo, embora estes não estejam dispostos em um banco de dados digital. De toda forma, foi verificado um sistema de identificação do material nas caixas e estantes e que há a manutenção periódica do estado de conservação do acervo.

O armazenamento dos materiais específicos (carvão, cerâmica, lítico, osteológico, malacológico, fibras, carvões, entre outros) somente em alguns casos é feito em embalagens consideradas satisfatórias, tais como caixas de polietileno do tipo *marfinite*. O acondicionamento da maior parte do acervo é feito em sacos confeccionados em pano de algodão cru (morim).



A



B

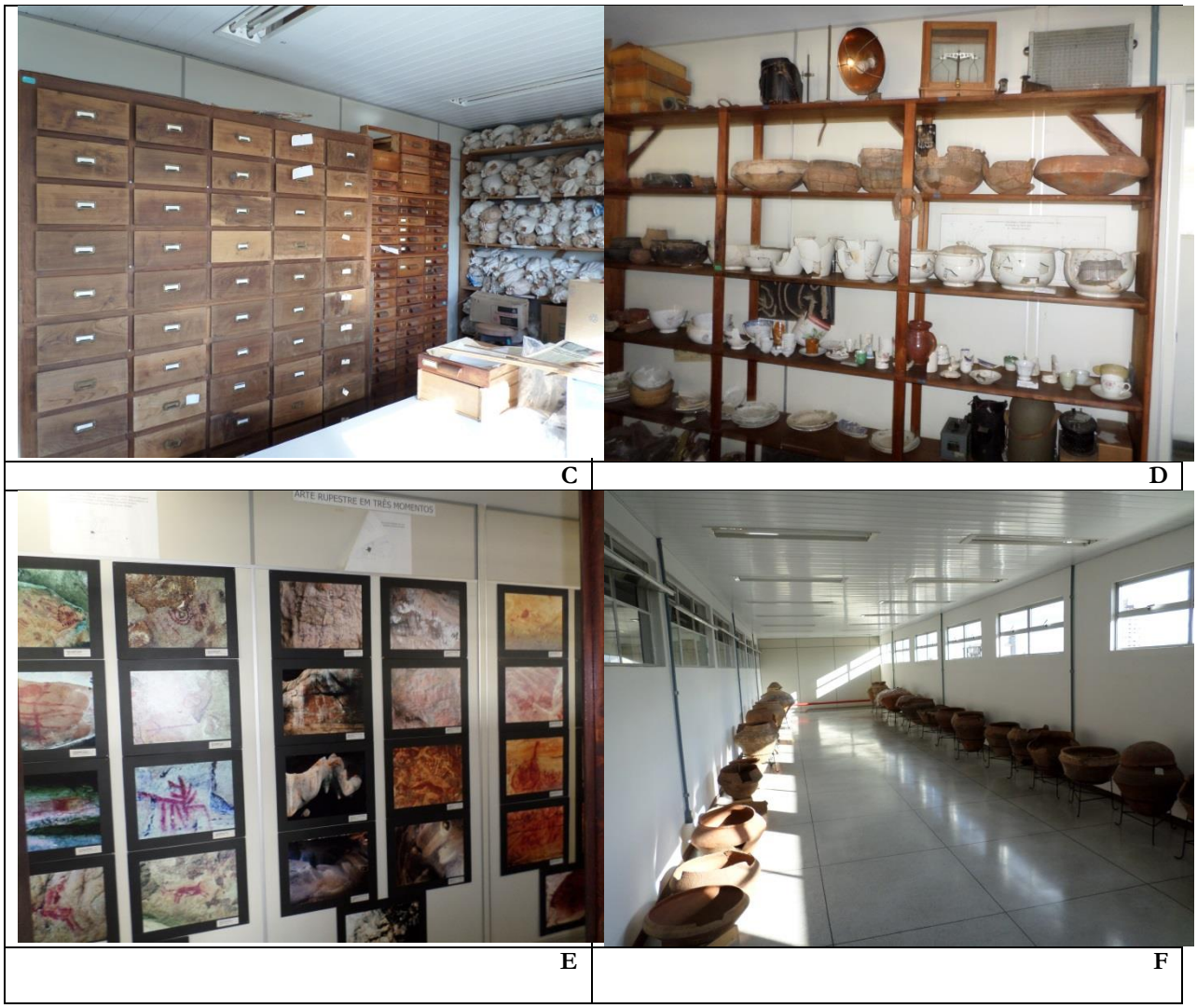


Figura 44: Laboratório de pesquisa (A); Acondicionamento de material em sacos de tecido cru(B); Gaveteiros de madeira(C); Exposição de louças e materiais históricos(D); Painel com reprodução de pinturas e gravações rupestres (E) e Sala de exposição de vasilhames cerâmicos e urnas funerárias (F).
Fonte: Autora, 2014.

A situação verificada implica ainda na impossibilidade da instituição de guarda receber adequações, como por exemplo, na substituição de mobiliário adequado para melhor acondicionamento dos materiais arqueológicos. Durante o desenvolvimento desta pesquisa, também nos chamou atenção, o fato de que o andar onde está localizado o CEPA/UFPR é onde existe a casa das máquinas dos elevadores do edifício, o que aumenta a probabilidade de explosões.

Com base na ferramenta conceitual dos 10 agentes de deterioração da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, serão descritos os riscos mais eminentes observados:

-Forças físicas: O 12° andar onde está abrigado o acervo documental e as coleções arqueológicas do CEPA/UFPR corresponde a uma estrutura adicional ao edifício D. Pedro II,

que de acordo com o arquiteto José La Pastina Filho, Superintendente Estadual do Iphan/PR, não comporta sobrepeso, o que pode ocasionar falhas estruturais no edifício. Além disso, frente às necessidades de acondicionamento de material arqueológico em grandes quantidades, oriundos dos resgates efetuados para a implantação de empreendimentos de infraestrutura, verifica-se que a instituição está com sua capacidade comprometida, devendo haver uma avaliação de especialistas em engenharia para verificar a real situação da edificação. Ressalve-se que durante a vistoria realizada pelo Iphan\PR no dia 18/12/2014 em conjunto com o Centro Nacional de Arqueologia, o atual coordenador do CEPA/UFPR, Sr. Laércio Loyola Brochier informou que aguarda o resultado da avaliação efetuada pela Prefeitura Municipal de Curitiba;

-Criminosos: De acordo com as informações coletadas, já houve casos de furto de materiais arqueológicos no CEPA/UFPR. A instituição conta com segurança na portaria e sistema de câmaras para controle dos corredores do prédio. No entanto, no andar do CEPA especificamente não há;

-Fogo: Conforme já verificado e apontado anteriormente, a instituição como um todo apresenta risco de incêndio e não conta com sistema de contenção\resposta a incêndios;

-Águas: Apresenta riscos de infiltrações de água pluvial via telhado defeituoso (goteiras) e má vedação nas janelas. O risco de inundação por vazamento e\ou ruptura de tubulações também não pode ser descartado, uma vez que existem pias e tanques no laboratório para limpeza das peças arqueológicas;

-Pragas: De acordo com as informações coletadas, o controle das pragas é feita por meio de dedetização/descupinização. Não foram detectados roedores, aves e morcegos até o presente;

-Poluentes: O prédio está localizado na área central da cidade, com grande urbanização e intenso tráfego que consequentemente expõe os materiais armazenados a uma maior poluição atmosférica;

-Luz e radição UV e IR: Tanto a luz como a radiação ultravioleta (UV) e a radiação infravermelha (IR) estão afetando os materiais sob a guarda do CEPA/UFPR, devido a inexistência de cortinas do tipo *black out* nas janelas;

-Temperatura incorreta: A instituição não conta com equipamentos de ar condicionado para controlar a temperatura dos acervos documentais e da reserva técnica do CEPA/UFPR;

-Umidade relativa incorreta: Curitiba é uma cidade fria e úmida, que apresenta altos índices de umidade relativa do ar. Não foram constatados equipamentos desumidificadores nas instalações do CEPA/UFPR;

Dissociação: Além da deterioração de etiquetas nos sacos contendo material arqueológico, o maior risco de dissociação refere-se ao abandono da instituição pelo professor arqueólogo Igor Chmyz, que embora já aposentado compulsoriamente, continua desenvolvendo pesquisas e gerindo as coleções arqueológicas sob a guarda do CEPA/UFPR. O conhecimento dos acervos pelo profissional deve ser repassado com frequência, mesmo havendo um inventário das coleções arqueológicas em meio digital.

Assim como as coleções arqueológicas, os acervos arquivísticos e bibliográficos estão expostos aos agentes poluidores, aos elevados índices de umidade, mudanças bruscas na temperatura e luz incidente, havendo a necessidade de controle desses fatores climáticos, de higienização e controle de pragas, utilização de invólucros de qualidade e planos para controle de desastres, como incêndios, enchentes, entre outros (GUIMARÃES, 2014).

Algumas medidas como a retirada de objetos metálicos, fitas adesivas, confecção de novos invólucros e acondicionamento em caixas adequadas podem ser adotadas a priori, mesmo não havendo recursos financeiros para tal, pois por serem procedimentos mais simples, podem ser realizados pela própria equipe do CEPA/UFPR.

Para prolongar a vida útil dos acervos culturais é necessária a adoção do conceito de preservação, que de acordo com GUIMARÃES (2010),

> (...) é conhecida também como ação "guarda-chuva", que se destina a salvaguardar e proporcionar a permanência aos diferentes suportes que contém qualquer tipo de informação. Incluem todas as medidas de gerenciamento administrativo-financeiro, que visam o estabelecimento de políticas e planos de preservação; melhorar o local de

> guarda das coleções; o aprimoramento do quadro de funcionários e das técnicas para combater a deterioração dos suportes (GUIMARÃES, 2010, p.8).

A partir do diagnóstico e avaliação de riscos dos acervos arqueológicos e documentais do CEPA/UFPR, verificamos que a medida mais correta a ser adotada é a mudança da instituição para outro imóvel da Universidade, uma vez que existe a possibilidade, inclusive da fusão com o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR – MAE/UFPR, que está prestes a ocupar um amplo edifício, no campus onde abriga sua reserva técnica. O prédio do MAE/UFPR que fica na cidade de Paranaguá não conta com exposições, nem reserva técnica devido aos problemas estruturais do mesmo.

No entanto, sabe-se que as duas unidades pertencentes à estrutura da Universidade Federal do Paraná possuem algumas peculiaridades, que remontam o período de criação das instituições, as quais não convém mencionar no presente trabalho.

Dessa forma, as ações integradas que serão propostas no plano de conservação preventiva do CEPA/UFPR serão para aplicação nas coleções arqueológicas e acervos arquivístivos a ele relacionadas, que incluem documentos textuais, fotografias, vídeos, mapas, entre outros, que precisam ser preservados primordialmente para garantir a informação do registro arqueológico.

Para SILVA; LIMA (2007),

> (...) é importante a assimilação desse entendimento, um pressuposto para que se avance em qualquer proposta consistente e consequente de preservação do registro arqueológico. Como se sabe, em decorrência de uma mentalidade colecionista por muito tempo em vigor, a preservação voltava-se para o objeto, o artefato, um momento que é refletido pela legislação (SILVA;LIMA, 2007, p.282).

Por esse motivo, além da implantação de procedimentos de segurança adequados que abranjam a segurança do edifício, medidas de controle ambiental (temperatura, umidade relativa, luz, poluição e pragas) e plano de combate a desastres, sobretudo incêndios, torna-se urgente e necessária a adoção de políticas de acesso, principalmente no que se refere a transferência da informação para novos suportes (também conhecida como "reformatação").

Restou constatado que os maiores riscos dos acervos documentais e coleções arqueológicas do CEPA/UFPR referem-se à segurança dos acervos, principalmente frente aos riscos de incêndios, controle ambiental e de pragas.

Para garantir a segurança dos acervos documentais associados às coleções arqueológicas sob a guarda do CEPA/UFPR, ou seja, preservar o registro arqueológico como um todo, a transferência das informações para outros suportes (DVD, CD, HD externo), embora não garantam a segurança dessas, poderão contribuir para um maior acesso aos acervos arquivísticos e conservação dos suportes originais em papéis. Além da digitalização dos documentos para composição de um banco de dados digital, fichas de campo, relatórios, fotografias e croquis de sítios arqueológicos serão fotocopiados para conservar uma cópia de segurança dos documentos.

No entanto, para garantir a segurança das coleções arqueológicas e acervos associados, torna-se necessário ainda a aquisição de equipamentos de ar condicionado e desumidificadores para controle ambiental em razão das condições climáticas e contexto da instituição que abriga grande parte dos registros arqueológicos do Estado do Paraná, a manutenção constante do telhado, instalações hidráulicas, janelas e portas para evitar vazamentos e o controle periódico de pragas.

Para melhor conservação das coleções arqueológicas, é recomendável a gradativa substituição dos sacos de tecido cru por caixas do tipo *marfinite* para os materiais diversos (lítico, cerâmico, osteológico, biológico, etc.).

Além do combate aos agentes de deterioração, os sistemas de segurança contra incêndios, roubos e furtos devem ser implantados, promovendo a conservação e integridade do registro arqueológico (coleções arqueológicas, documentos), pois conforme Guimarães (2011), "as coleções culturais devem sobreviver nas melhores condições possíveis, por um maior tempo possível" (GUIMARÃES, 2011, p.20).

Dada a escassez de remanescentes ósseos humanos oriundos das pesquisas efetuadas no interior do estado do Paraná, conforme ficou demonstrado nesta dissertação é que torna-se de suma importância a conservação preventiva dos seus acervos, para garantir os estudos futuros, já dispondo de tecnologia para a obtenção de fac-similares, escaneamento a laser para impressão em 3D, dentre outras formas de pesquisa que, além de produzir cada vez mais informações, não comprometerão a integridade do registro arqueológico.

Considerações Finais

Desde os primeiros levantamentos para elaboração do projeto de pesquisa da presente dissertação, já havia sido previsto um número reduzido de sítios com enterramentos no estado do Paraná, em comparação com outros estados brasileiros. Do universo de 21 sítios arqueológicos identificados 08 eram representados apenas por evidências (urnas com indícios associados) e 13 que efetivamente registraram a presença de remanescentes ósseos humanos, sendo os mais representativos o Estirão Comprido a céu aberto e o Abrigo Serra do Veado (identificados 09 e 11 esqueletos respectivamente), escavados em um intervalo de mais de 50 anos.

As urnas que foram consideradas inserem-se no contexto arqueológico correspondente ao território indígena do Guairá, área atualmente abrangida pelo reservatório da usina hidrelétrica de Itaipu (Itaipu Binacional), que pela semelhança com outras, ou seja, mesmas características e mesmo contexto, foram incluídas no levantamento apresentado. Na revisão bibliográfica apresentada no primeiro capítulo, pudemos observar que no Paraná (a exemplo de outras regiões do país), muito material arqueológico foi pilhado e principalmente as urnas, que por despertarem grande curiosidade, podem estar espalhadas em museus de diferentes países, bem como em coleções particulares.

Entretanto, a amostragem, embora pequena, revelou uma grande heterogeneidade nas formas de sepultamento das populações pretéritas que habitaram o Paraná. Nos sítios foram identificados enterramentos primários com ou sem enxoval funerário, enterramento primário em urna (1), enterramentos secundários individuais e múltiplos em urnas, conjuntos funerários de vários recipientes cerâmicos contendo potes menores com oferendas diversas: tembetás (de resina e osso), contas de colar de osso, de conchas e de origem europeia, evidenciando o contato. Uma urna foi encontrada em um montículo (Fazenda Dona Carlota 1 – PR FI 104), revelando uma forma de sepultamento ainda não muito conhecida dos grupos tupi-guarani. Conforme Chmyz,

> (...) a documentação produzida pelos jesuítas no Guayrá aponta para a existência de territórios dominados por grupos indígenas heterogêneos. Ao sul da área florestada e ocupada pelos Tupi-Guarani, estendia-se a de campos controlados pelos "camperos", denominação genérica dada aos *Gualacho, Guanhanho, Ibirajara, Chiqui e Cabeludo*. Entre esses índios Jê e os Tupi-Guarani havia conflitos, resultando na escravização de indivíduos, e também aproximações, quando havia interesses comuns, como a oposição aos predadores portugueses (CHMYZ, 2008, p.249, grifado no original).

Em abrigos foram evidenciados sepultamentos em contextos secundários individuais com e sem ossos calcinados, sepultamentos primários sob e abaixo de lajes e estruturas de blocos de pedras.

O enxoval funerário apresentou além dos exemplos anteriormente mencionados, artefatos líticos, recipientes cerâmicos pequenos, cachimbos e quase sempre uma grande quantidade de conchas. Contudo, embora semelhantes, como em urnas, por exemplo, cada um apresentou suas particularidades.

As profundidades variaram nos sítios a céu aberto Estirão Comprido (20-70cm) e Morro dos Anjos (25-55cm), nos sítio que apresentaram urnas (20-65cm) e nos abrigos, em níveis superficiais até 45cm no abrigo calcário 'Abrigo Serra do Veado' e até 85cm no arenítico 'Abrigo-sob-rochas Tunas'.

Strauss (2010) salienta que de acordo com estudos já realizados, esqueletos enterrados em profundidades maiores são mais bem preservados do que a uma profundidade de 30cm, que pode ocasionar a desarticulação dos ossos e ausências anatômicas podendo ser interpretadas como "vazios" na cova. No entanto, outros na mesma profundidade apresentaram poucos sinais de decomposição (STRAUSS, 2010, p.129). Talvez as urnas encontradas, por terem sua extremidade, a cerca de 20cm da superfície, podem ser mais susceptíveis a esse fator e, poderia ser atribuída ao indivíduo ou às condições climáticas as diferenças no estado de conservação dos remanescentes esqueletais, sendo que climas frios são responsáveis por uma maior permanência dos ossos.

A relação entre a quantidade de urnas com sepultamento e o registro da existência de populações numerosas que correspondiam ao território indígena do Guayrá, podem indicar que essa forma de sepultamento tinha relação com a hierarquia social. O fato de terem sido encontradas contas de colar de vidro de origem europeia, em dois conjuntos funerários no município de Foz do Iguaçu (PR FI Caranguejeiras e PR FI Ilha do alemão), corrobora, de certa forma, com essa suposição, pois os indígenas que estabeleciam contato e trocas com os espanhóis, provavelmente eram os caciques, conforme apontado no levantamento bibliográfico. Não deve ser descartada a possibilidade de pertencer também às mulheres e crianças, ligadas a pessoas notáveis na comunidade, uma vez que também deviam possuir direito ao enterramento, conforme observações feitas com outros grupos/etnias. Contudo, a

presença de tembetás em duas urnas (Lagoa Xambrê 1 e Fazenda Caburé 2), confirma, em certa medida, enterramentos masculinos, pois apenas os homens usavam o adorno labial.

Ou o número diminuto de enterramentos poderia ser atribuído à Antropofagia, evidenciada nos relatos históricos, que não se restringia aos inimigos, mas era praticada também com os membros da comunidade, conforme Schmidel (1836). Para Dean, a questão da Antropofagia tem relevância, na medida que uma das hipóteses é de "que a ingestão de carne humana era uma fonte necessária de proteína para os tupis", que de fato implicaria uma população muito densa (DEAN, 2007, p.50).

De todo modo, demonstra-se a existência de práticas formais de sepultamento entre os indígenas que habitaram o Paraná em períodos mais remotos, a continuidade das práticas funerárias, bem como lugares especiais para o sepultamento dos mortos do grupo, como os abrigos, por exemplo.

Os sítios que apresentaram esqueletos com melhor estado de conservação foram: Estirão Comprido, Morro dos Anjos, Abrigo Serra do Veado e José Vieira, sendo que foi ressaltada a presença de calcário nos três primeiros, e a ausência total nas análises químicas realizadas nos sedimentos do último, pelo casal Emperaire (1959).

Com um acervo ósseo melhor preservado, o trabalho nesses sítios arqueológicos permitiu a identificação do sexo, idade, patologias, além das formas de deposição e orientação dos cadáveres, por parte de seus pesquisadores.

Fato curioso foi o sítio Morro dos Anjos e José Vieira terem revelado apenas enterramentos femininos, o que pode indicar a valorização da mulher naqueles grupos específicos, refletida no direito ao enterramento, como que, para os homens outras formas eram utilizadas e, até mesmo outros lugares. No Abrigo-sob-rocha Tunas também foi identificado um esqueleto feminino, de mulher idosa, com uma série de ausências anatômicas, indicadas por Chmyz como propositais, como a separação ritual da cabeça ou tronco evidenciada nos sepultamentos pré-históricos no Nordeste, apontados por Martin (1994).

Para Strauss (2010), as práticas funerárias devem ser consideradas como um misto de status social e religiosidade. Sob essa abordagem, os sítios além de toda a simbologia contida no enxoval funerário (objetos pertencentes ao morto e provimentos), conforme já citado, ainda revelaram (Estirão Comprido e Morro dos Anjos, notadamente), a preocupação na orientação do corpo, pois noções como direção sempre fizeram parte nas crenças cósmicas, assim como a mitologia em torno do sol, que no caso de enterramentos, pode ser a leste, como que para

assinalar um possível renascimento ou para oeste, lugar onde o sol morre todos os dias (TUAN, 2012).

Para esse autor,

> (...) os significados de muitos símbolos são orientados pela cultura. Podemos dizer que os seres humanos têm uma tendência a estruturar os seus mundos com um número limitado de categorias, que, frequentemente, incluem substâncias, cores, direções, etc., mas a ordenação dos componentes varia muito de cultura para cultura (TUAN, 2012, p. 44).

Entre as cores, ele cita que a vermelha é dominante em diferentes culturas. "O vermelho significa sangue, vida e energia. Desde o Paleolítico Superior, a ocra vermelha tem sido usada nos sepultamentos" (TUAN, 2012, p.45).

Ao contrário da orientação espacial, observada nos sítios escavados, a presença de ocre nos sepultamentos não foi mencionada nos sítios arqueológicos paranaenses.

Com relação às datações obtidas, na sequência das escavações realizadas temos: José Vieira (Laming; Emperaire, 1959) da camada IV (2,90cm) 5.240AP e camada V 6.685AP. Não se sabe em que níveis estavam dispostos os sepultamentos, pois haviam sido retirados por moradores,impedindo a verificação da posição dos cadáveres e possíveis adornos funerários, para comparação com outros sítios, como o Estirão Comprido, cujas características de assentamento em muito se assemelham, nas margens do rio Ivaí. Porém, o Estirão Comprido não possui datações, dificultando também as análises. O sítio Estádio (PARELLADA, 1988) teve a idade estimada em 1.000 e 1.500AP, o Morro dos Anjos (CHMYZ, 1999) 1.060AP, o Abrigo-sob-rocha Tunas (CHMYZ, 2008) 504 AP (camadas superficiais) e o Abrigo Serra do Veado (FOGOLARI, 2013) (obtida por ossos e dentes humanos em diferentes níveis) 1.130AP, 1.330AP e 1.180 AP.

Os abrigos, muito próximos regionalmente, mas com características geológicas diferentes (um calcário e outro arenítico), por sua vez, revelaram duas ocupações (conforme os autores que os pesquisaram) que estariam associadas a grupos proto-Jê e Jê. O Abrigo Serra do Veado apresentou uma quantidade expressiva de pontas de projétil (29) em níveis inferiores e fragmentos de cerâmica em níveis superiores, com as mesmas características com o Abrigo-sob-rocha Tunas.

Para corroborar ainda mais as semelhanças, as práticas funerárias evidenciadas foram as mesmas: enterramentos primários, cremação parcial e muitos ossos em contextos secundários. Nos dois também havia grande quantidade de fogueiras e espessas camadas de cinzas, que

auxiliam na conservação dos ossos. Seria a diferença do número de enterramentos nos abrigos atribuída a presença de calcário? E o que podemos dizer do sítio José Vieira? São questões que serão abordadas mais adiante.

Já no município de Sengés, Parellada (Comunicação verbal, 2015), relatou que os esqueletos exumados do Abrigo do Pontão possuem um bom estado de conservação e não apresentam nenhum sinal de cremação, nem da utilização de ocre. Um pigmento de hematita foi resgatado no sítio, porém, é mais provável que tenha sido utilizado nas pinturas rupestres presentes no abrigo. Um dos recipientes cerâmicos encontrados no Abrigo do Pontão apresentou características do período colonial.

As questões que puderam ser levantadas acerca dos sítios de sepultamento localizados no Estado do Paraná, apontadas nesse estudo, podem ainda ser muito reveladoras, na medida em que suas coleções arqueológicas forem estudadas, pois conservam ainda muitas informações. Da mesma forma, alguns sítios ainda não destruídos ou submersos poderiam ser revisitados, para fins de avaliação e registro, uma vez que os pesquisadores alertaram para o potencial futuro dos mesmos.

Ao concluir essa pesquisa, é importante ainda destacar a afirmativa que do ponto de vista formal, é preciso certa densidade de sepultamentos no sítio para que ele possa ser considerado um cemitério (STRAUSS, 2010, p.676), o que não ocorreu no Paraná, pois não apresentaram um mínimo de sepultamentos, que seria de vinte indivíduos. Segundo o autor citado, também há a necessidade de uma certa continuidade nas formas de inumação, o que não foi constatado nos sítios até então pesquisados, que ao contrário, indicavam mudanças e, na maior parte das vezes que eram evidenciadas nas próprias habitações ou áreas comuns das aldeias.

Os abrigos, no entanto, podem ser considerados como lugares especiais para a prática de sepultamentos e, em dois casos, revelaram que a cremação já evidenciada nos montículos, ocorria em locais específicos, o que permite supor, que de fato representa um traço cultural dos grupos Jê que habitaram o Paraná e, de fato, acentua ainda mais a pouca incidência de esqueletos humanos no Estado.

Se associarmos ao fato da Antropofagia, muito facilmente, teremos a resposta para nossas inquietações. Porém, a hipótese é muito simplista e, as urnas fabricadas pelos grupos tupi-guarani, estão representadas em um número muito maior, conforme poderá ser aferido ainda em pesquisas futuras, acerca da sua utilização para os sepultamentos.

De antemão, pode-se perceber que a distribuição espacial dos sepultamentos, a exemplo de suas singularidades, está ao mesmo tempo restrita a alguns pontos específicos (como o território do Guairá e de implantação de empreendimentos), e variada conforme as diferentes unidades geográficas do espaço paranaense. Dessa forma, temos a visão de que o Paraná foi amplamente ocupado e mais dúvidas sobre a influência de ambientes distintos no registro arqueológico.

Sob esse enfoque, buscou-se analisar as características ambientais dos locais onde foram encontrados os sepultamentos. Como já era salientado desde o início da pesquisa, as três unidades morfoestruturais, denominadas primeiro, segundo e terceiro planaltos, possuem características bem diferentes, assim como são variados os solos onde houve registro de remanescentes ósseos humanos, embora com predominância em latossolos vermelhos, em razão desses ocuparem grande extensão no Paraná, como no Brasil. Possuem textura argilosa e são ricos em óxidos de ferro.

A maior parte dos outros solos também apresentou diferentes concentrações de argilas vermelhas, que de acordo com as pesquisas mencionadas nessa dissertação, comportam-se como agentes inibidores da decomposição óssea.

Em razão da pouca inferência dos solos na conservação dos ossos humanos, presume-se que há potencial para a ocorrência de sepultamentos humanos nos planaltos paranaenses, corroborado pela descoberta dos sítios arqueológicos Abrigo-sob-rocha Tunas (2008), a descoberta da urna funerária de Capanema (2009) e a exumação de 11 indivíduos no sítio Abrigo Serra do Veado (2013).

A maior preocupação advém da ocupação do território. Dos sítios estudados, poucos estão localizados em áreas protegidas pela legislação ambiental. Daí a necessidade de um incremento no gerenciamento desses bens para o usufruto no futuro, como por exemplo, com a implementação dos Sistemas de Informações Geográficas.

Os bens de natureza arqueológica são considerados como integrantes do patrimônio cultural brasileiro, desde a criação do Iphan e publicação do Decreto Lei nº 25/1937. Os instrumentos jurídicos de proteção instituídos posteriormente confirmaram sua importância para a memória nacional e seu pertencimento à nação, no entanto, a presença de sítios arqueológicos nunca consistiu em impedimento para a realização de quaisquer obras ou atividades, sendo que a única exigência é de que os mesmos sejam pesquisados, anteriormente à sua destruição.

Do mesmo modo, os sítios que apresentam sepulturas e remanescentes humanos poderão ser suprimidos, mediante qualquer projeto de intervenção, o que não ocorre, por exemplo, nos

países da América do Norte e do Pacífico, onde a questão ética envolvendo a escavação arqueológica de restos mortais humanos vem sendo muito discutida, culminando na elaboração de leis para assegurar a proteção de cemitérios pré-históricos. É importante ressaltar que em alguns casos específicos, a questão ética deve ser ponderada, uma vez que o Brasil é signatário de cartas patrimoniais internacionais, como a Carta de Lausanne, que preconiza a preservação *in situ*, preferencialmente às demais formas de intervenção.

Os sítios com enterramentos e as práticas funerárias como objeto de estudo da presente dissertação, objetivou fomentar as discussões acerca da preservação *in situ*, para o conhecimento das coleções arqueológicas e acervos documentais a elas associados e, sobretudo, sobre a importância da utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), no apoio às tarefas de gestão do patrimônio cultural arqueológico. O conhecimento do espaço geográfico com o auxílio de geotecnologias podem gerar modelos preditivos e caracterizar o potencial arqueológico de uma área ou região.

As pesquisas acerca das coleções arqueológicas podem também ser muito reveladoras e alguns sítios revisitados, pois conservam muitas informações. Com os remanescentes ósseos do sítio Abrigo Serra do Veado, novos estudos comparativos podem ser realizados, uma vez que os bioarqueológos apontaram para a escassez de remanescentes humanos no interior do Brasil, o que vem dificultando a análise comparativa das afinidades biológicas.

Dessa forma, torna-se fundamental conhecer as coleções arqueológicas e acervos documentais associados, que estão sob a tutela de instituições de guarda e pesquisa no país, para diagnóstico dos fatores de risco e elaboração de plano de conservação preventiva, de forma a garantir a integridade e segurança dos acervos.

No CEPA/UFPR foram identificados elementos degradantes (umidade, temperatura, incidência de raios UV), riscos de explosão e roubos, havendo a necessidade de controle dos fatores climáticos, da continuidade do controle de pragas e elaboração planos para controle de desastres, como incêndios, enchentes, entre outros.

Essas ações deverão ser complementadas com a adoção de políticas de acesso, principalmente no que se refere a transferência da informação para novos suportes, também conhecida como "reformatação", para a segurança e prolongar a vida útil dos acervos.

Espera-se ainda que esse estudo contribua para discussão de ações que legitimem e garantam a preservação *in situ*, principalmente, quando envolver escavações de túmulos e cemitérios, pela questão ética que envolve a repatriação e reinumação dos mortos. E, que as coleções sob a guarda das instituições de pesquisa, como os sítios que ainda forem encontrados,

sejam estudados à luz de técnicas menos invasivas, mas que sobretudo, produzam novos conhecimentos sobre as populações pretéritas, para que de fato, exista “vida após a morte”.

Fontes e Referências Bibliográficas

ALTENFELDER SILVA, Fernando. Contribuição para a Arqueologia de Estirão Comprido. In: *Anais da 3ª. Reunião Brasileira de Antropologia.* Recife, PE : 1959. p.113-118.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos.* Reedição Comentada. Rio de Janeiro: Iphan/DAF/COPEDOC, 2012.

BARAY, Archéologie des pratiques funéraires. Approches critiques. Actes de la table ronde organisée par l'UMR 5594 du CNRS, Université de Bourgogne *"Archéologie, cultures et societés. LaBourgogne et l France orientale du Néolitique au Moyen Age"* et BIBRACTE, Centre archéologique européen. Glux-en-Glenne, 7-9 juin 2001. Glux-em-Glenne:BIBRACTE, Centre archéologique européen (Collection Bibracte, 9), 2004.

BARTHELMES, Arthur W. Subsídios geográficos para o estudo paleoetnológico do Vale do rio Ivaí. In: *Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná*, 3(11). Curitiba, 1953. p. 113-121.

BASILE BECKER, Ítala Irene. Formas de enterramento e ritos funerários entre populações pré-históricas. *Revista de Antropologia*, vol. 8, n. 1. São Paulo: 1994. p. 61-74.

_____. O índio kaingang no Rio Grande do Sul. *Revista Pesquisas*. Antropologia. n. 29. São Leopoldo, RS: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1976.

BASTOS, Rossano Lopes. *Uma Arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas.* São Paulo: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2010.

BLASCHKE, Thomas & LANG, Stefan. *Análise da paisagem com SIG*. Tradução de Hermann Kux. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 423p.

BEBER, Marcus Vinícius. *O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara/Itararé.* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do rio dos Sinos. São Leopoldo, RS: 2004.

BELTRÃO, Maria da Conceição & LIMA, Tania Andrade. Mumificações naturais na Pré-História Brasileira: um estudo de caso. In: *Revista de Arqueologia do Museu Paraense Emilio Goeldi*, v.3, n.1. Belém, 1986. p.1-39.

BEURLEN, Karl. Algumas observações sobre a associação faunística nas camadas Terezina (Série Passa Dois) do Paraná. In: *Arquivos do Museu Paranaense.* Geologia. n. 1, jun. Curitiba,1954.

BICHO, Nuno Ferreira. *Manual de Arqueologia Pré-histórica.* Reimp. (Compêndio 4). Portugal: Edições 70, LDA, 2012.

BLASI, Oldemar &, ALTENFELDER SILVA, Fernando. Escavações preliminares em estirão comprido. In: *Anais do 31º Congresso Internacional de Americanistas.* v. 2. São Paulo, 1955. p. 829-845.

BLASI, Oldemar. *Algumas notas sobre a jazida arqueológica de 3 morrinhos – Querência do Norte – rio Paraná.* Separata do Boletim Paranaense de Geografia. jun. Curitiba,1961.

BLASI, Oldemar. O sítio arqueológico de Estirão Comprido. Rio Ivaí – Paraná – Estudos Complementares. In: *Arquivos do Museu Paranaense.* Nova Série Arqueologia. Curitiba, 1967.

BLASI, Oldemar. Cultura do Índio pré-histórico. Vale do Iapó, Tibagi/PR. In: *Arquivos do Museu Paranaense.* Nova Série Arqueologia, n. 6. Curitiba, 1972.

BLASI, Oldemar. Depoimento. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de nascimento do professor Dr. José Loureiro Ascenção Fernandes (1903-2003). In: *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.* v. 3. Curitiba: CEPA, 2005.

BORBA, Telemaco. *Atualidade indígena no Paraná.* (1908). Coordenação Editorial de Raphael Guilherme Gonçalves de Carvalho. Curitiba: Instituto Memória, 2009. 196p.

BRAIDWOOD, Robert J. Inícios da Cultura. In: *Homens Pré-Históricos.* Brasília: UNB, 1988.

BRASIL. *Decreto Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937*, da Presidência da República. Brasília, DF, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 24/9/2015.

BRASIL. *Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961*, da Presidência da República. Brasília, DF, 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm. Acesso em: 24/9/2015.

BRASIL. *Portaria nº 07 de 01 de dezembro de 1988*, da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_007_de_1_de_dezembro_de_1988.pdf. Acesso em: 24/9/2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.* Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 24/9/2015.

BRASIL. *Decreto nº 6.844 de 7 de maio de 2009, da Presidência da República.* Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm. Acesso em: 24/9/2015.

CABEZA DE VACA, Álvar Núñes. *Naufragios y comentarios.* Madrid: Espasa-Calpe, 1957. 4 ed.

CABEZA DE VACA, Álvar Núñes. *Naufrágios e comentários.* Tradução de Jurandir Soares dos Santos. Porto Alegre: L&PM, 2007. 2 ed.

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Disponível no site: www.iphan.gov.br. Acessado nos meses de julho, agosto e setembro de 2011.

Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico. (Carta de Lausanne), ICOMOS/ICAHM, Lausanne, 1990.

CARVALHO, Aline Viera de & FUANARI, Pedro Paulo de Abreu. Arqueologia Forense como Arqueologia Pública: Estado da arte e perspectivas para o futuro no Brasil. In: SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da.; CARVALHO, Aline Vieira de.; SOARES, Inês Virgínia Prado & FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia, Direito e Democracia.* Erechim, RS: Habilis, 2009.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na Preservação de Bens Culturais: o tombamento.* Rio de Janeiro: Iphan, 2009.

CÉSAR, José Vicente. Enterros, em urnas, dos Tupi-Guarani. In: SCHADEN, Egon. Ed. *Homem, cultura e sociedade no Brasil: seleções da Revista de Antropologia.* Petrópolis: Vozes, 1972. 2ed.

CHAPMAN, R. et al. *The archaeology of Death.* Cambridge: Cambridge University Press (New Directions in Archaeology), 2004.

CHMYZ, Igor & SAUNER, Zulmara C. Nota prévia sobre as pesquisas arqueológicas no vale do rio Piquiri. In: *Dédalo, Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo,* v. 13. São Paulo, 1971. p. 7-36.

CHMYZ, Igor (coord.). *Primeiro Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1975-1976).* Curitiba, 1976. 105p.

CHMYZ, Igor. Arqueologia e história da vila espanhola de Ciudad Real do Guairá. In: *Cadernos de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade Federal do Paraná. Paranaguá*, 1976. p.7-117.

_____. Terminologia Arqueológica brasileira para a cerâmica. In: *Cadernos de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Artes Populares da Universidade Federal do Paraná.* Paranaguá, 1976. p.119-148.

CHMYZ, Igor (coord.). *Segundo Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1976-1977).* Curitiba, 1977. 150p.

CHMYZ, Igor (coord.). *Terceiro Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1977-1978).* Curitiba, 1978.

CHMYZ, Igor (coord.). *Quarto Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1978-1979).* Curitiba, 1979.

CHMYZ, Igor (coord.). *Quinto Relatório das pesquisas realizadas na área de Itaipu (1981-1983).* Curitiba, 1983.

CHMYZ, Igor. *Projeto Arqueológico Rosana-Taquaruçu.* Convênio da Fundação da UFPR-CESP. 2 ed. São Paulo: CESP,1986.

_____. *Relatório Técnico-Científico do Projeto Arqueológico Canoas.* Contrato CESP/CEPA/FUNPAR. Curitiba, 1996.

_____. *Histórico, Conceito e objeto da Arqueologia Pré-Histórica.* Texto preparado para a disciplina Tópicos Especiais em Arqueologia. Curitiba, UFPR: 2001.

_____. *Notas sobre conjuntos funerários Tupiguarani no Paraná e adjacências.* s/d. Texto não publicado.

CHMYZ, Igor; CHMYZ, João Carlos; BROCHIER, Laércio L. *Levantamento dos Bens Arqueológicos associados às Ruínas de Ciudad Real del Guairá. Propostas para o desenvolvimento turístico e Gestão Patrimonial. Prefeitura Municipal de Terra Roxa – Paraná.* Curitiba: CEPA/UFPR, 1998-1999.

CHMYZ et. al. *Arqueologia da área prioritária projeto hidroelétrico Tijuco Alto rio Ribeira – São Paulo – Paraná.* Convênio CBA, CEPA, FUNPAR. Curitiba, 1999.

CHMYZ, Igor. A tradição Tupiguarani no litoral do Paraná. In: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes.* n. 16. Curitiba, 2002. p.71-95.

CHMYZ, et. al. A Arqueologia da área da LT 750kV Ivaiporã-Itaberá III, Paraná-São Paulo. In: *Revista do Centro de estudos e Pesquisas Arqueológicas.* Curitiba: CEPA, 2008. v. 5. p.1-305.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência: pesquisas de Antropologia Política.* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, (1980) 2004.

COMAS, Juan. *Introducción a La Prehistoria General.* Universidad Nacional Autonoma de Mexico, Publicaciones del Instituto de Historia, primera serie, n. 74. México: Dirección General de Publicaciones, 1962. 248p.

CORTESÃO, Jaime. Jesuítas e bandeirantes no Guairá. In: *Manuscritos da Coleção de Angelis.* Biblioteca Nacional. Divisão de obras raras e publicações. v. 1. Rio de Janeiro, 1951.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *Os mortos e os outros: uma análise do sistema funerário e da noção de pessoa entre os índios Krahó.* São Paulo: Hucitec,1978. 152p.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (1995).

FERNANDES, José Loureiro. Frei Luiz de Cemitille. In: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes.* 3(1). Curitiba, 1956. p. 52-75.

FERNANDES, José Loureiro. Os caingangues de Palmas. In: *Arquivos do Museu Paranaense.* v. 1. jun. Curitiba, 1941.

FITZ, Paulo Roberto. *Geoprocessamento sem complicação.* São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160p.

FOGOLARI, Everson Paulo. *Levantamento Arqueológico Sistemático Prospectivo e Salvamento Arqueológico na Usina Hidrelétrica Mauá*. Relatório Final de Pesquisa. Erechim, RS: 2013.

GASPAR, Madu & SOUZA, Sheila Mendonça de. *Abordagens Estratégicas em Sambaquis*. Erechim, RS: Habilis, 2013.

GASPAR, Madu & KLOKLER, Daniela. Há uma estrutura funerária no meu sambaqui...Esse sambaqui é uma estrutura funerária!. In: GASPAR, Madu & SOUZA, Sheila Mendonça de. *Abordagens Estratégicas em Sambaquis.* Erechim, RS: Habilis, 2013.

GUÉRIOS, R. F. Mansur. O Xocrén é idioma kaingang. In: *Arquivos do Museu Paranaense*. v. 4. Curitiba: dez\1944-abr\1945.

GUIMARÃES, Lygia. *O papel como principal suporte da escrita*. Texto fornecido pela professora da disciplina. Outubro\2014.

_____. *Conservação de acervos culturais.* Texto enviado para publicação a ser lançada pelo Museu de Astronomia, como complemento do Curso de Segurança de Acervos Culturais, no qual a autora ministrou o módulo "Preservação de Acervos Culturais". Novembro\2011.

HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología. Corrientes actuales.* Traducción castelhana de Maria José Aubet y J. A. Barceló. Barcelona: Grupo Grijalbo-Mondadori, 1994.

IBGE. *Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju.* Rio de Janeiro: IBGE/SPHAN Pró-Memória, 1981. 97p.

IPHAN. *Arquivos da Superintendência do Iphan Paraná.* 2011-2015.

KIPNIS, Renato. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. In: CALDARELLI, Solange B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural: Repercussões dos Dez Anos da Resolução CONAMA nº 001/86 sobre a Pesquisa e Gestão dos Recursos Culturais no Brasil.* Goiânia: Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia/IGPA-UCG, 1997: 34-40.

LAMING, Anette & EMPERAIRE, Joseph. *A Jazida de José Vieira. Um sítio guarani e pré-cerâmico no Interior do Paraná.* Arqueologia. Curitiba, 1959.

LEINZ, Viktor. & AMARAL, Sérgio Estanislau do. *Geologia Geral.* São Paulo: Nacional, 1995.

LEPSCH, Igo F. *Formação e Conservação dos Solos.* São Paulo: Oficina de Textos, 2010. 2. ed.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Bororo: os vivos e os mortos. In: *Tristes Trópicos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996 (1955). p. 215-230.

LIMA, Tânia Andrade. Restos humanos e arqueologia histórica: uma questão de ética. In: *Revista de Arqueologia Histórica na América Latina.* v. 5. Stanley South Publisher the University os South Carolina/Columbia. USA: s/d.

LIMA, Tania Andrade & RABELLO, Angela Maria Camardella. Coleções arqueológicas em perigo. O caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. In: LIMA, Tania Andrade. Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.33. Brasília: Iphan, 2007.

LOPES, Camile; LESSA, Andrea; SANTOS; Sidney & RIBEIRO-DOS-SANTOS, Andrea Kely. DNA humano antigo: Orientações para coletas em sambaquis. In: GASPAR, Madu & SOUZA, Sheila Mendonça de. *Abordagens Estratégicas em Sambaquis.* Erechim, RS: Habilis, 2013.

MAACK, Reinhard. *Geografia física do Estado do Paraná.* Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2012. (1968). 350 p.

MAACK, Reinhard. Algumas observações a respeito da existência e extensão do arenito superior São Bento ou Caiuá no Estado do Paraná. In: *Arquivos do Museu Paranaense.* v. 1. Curitiba: jun,1941.

MACARI, Bruna Pasqualinoto. *Arqueoentomologia: um estudo de caso tupi-guarani em Altônia, Paraná, Brasil.* Dissertação de Mestrado em Ciências Biológicas. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

MARTIN, G.A. Os rituais funerários na pré-história do Nordeste. In: *Revista Clio Série Arqueologia*, n.10, 1994.

MARTIN, G. A. A vida espiritual: o culto aos mortos. In: *Pré-história do Nordeste do Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996. p. 281-294.

MARTINS, Romário. Distribuição Geographica das tribus indígenas. In: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. C*uritiba: 1938, 1(5). p.402-416.

MIGUEL, Rucirene & SILVA, Adriano da. *Estudo de Impacto Ambiental para a Pequena Central Hidrelétrica São Francisco, Ouro Verde do Oeste e Toledo, Paraná*. Curitiba: SOMA, 2001.

MONTOYA, Antônio Ruiz de Montoya. *Conquista Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.* Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 1985.

MORAIS, José Luiz de. Tópicos de Arqueologia da Paisagem. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP*. v.10. São Paulo: 2000. p.3-30.

MORAIS, José Luiz de. Arqueologia da Paisagem como instrumento de gestão no licenciamento das atividades portuárias. In: *Gesta - Revista eletrônica de gestão de negócios.* Santos: 2007.p.97-115.

MORAIS, José Luiz de. *Perspectivas geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista.* Erechim, RS: Habilis, 2011.

NAJJAR, Rosana. *Arqueologia histórica: manual*. Brasília: IPHAN, 2005.

NEVES, Walter Alves. Os remanescentes ósseos humanos do Sítio PR BS 2: Morro dos Anjos: cura, caracterização geral e afinidades biológicas regionais. In: CHMYZ et al. *Arqueologia da área prioritária projeto hidroelétrico Tijuco Alto rio Ribeira – São Paulo – Paraná.* Convênio CBA, CEPA, FUNPAR. Curitiba, 1999.

NEVES, Walter Alves. *Um esqueleto incomoda muita gente.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

NIMUNDAJU, Curt. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamentos da religião dos Apopocúva-guarani.* Tradução de Charlotte Emmerich & Eduardo B. Viveiros de Castro. São Paulo: Hucitec, 1987.

OOSTERBEEK, Luiz. *Arqueologia, Patrimônio e Gestão do Território. Polémicas.* Erechim (RS): Habilis, 2007.

OOSTERBEEK, Luiz. *Arqueologia da Paisagem no Sul do Brasil (contributos).* Erechim (RS): Habilis, 2009.

ORSER Jr., Charles E. *Introdução à Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte, MG: Oficina de Livros, 1992.

ORSSICH, Elfriede Stadler. A propósito de sepulturas em sambaquis. In: *Revista de Antropologia da Universidade de São Paulo*, v.2, n.1. São Paulo: USP, 1954. P.71-74.

PARELLADA, Cláudia Inês. Análise da estratigrafia e das estruturas arqueológicas do sítio Estádio de Sengés-PR. In: *Arquivos do Museu Paranaense.* Nova Série Arqueologia. Curitiba: Museu Paranaense, 1993.p.55-68.

PARELLADA & GOTTARDI NETO. Inventário de Sambaquis do Litoral do Paraná. In: *Arquivos do Museu Paranaense.* Nova Série Arqueologia. Curitiba: Museu Paranaense, 1993.p.01-42.

PARELLADA, Cláudia Inês. (coord.). *Relatório Final do Programa de Salvamento Arqueológico da UH Salto Caxias – PR.* Curitiba: Convênio COPEL – FUNPAR - Museu Paranaense, 2001.

PARELLADA, Claudia Inês. *Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná.* Tese de doutorado. São Paulo: MAE/USP, 2005. 207p.

PARELLADA, Cláudia Inês. Arte Rupestre no Paraná. In: *Revista Científica da Faculdade de Artes do Paraná*, Curitiba, vol.4, n. 1. Jan/Jun 2009. p.1-25.

PARELLADA, Cláudia Inês. Coleções Arqueológicas no Museu Paranaense: trajetórias e memórias. In: *Revista Memorare*, Tubarão, v.2, n.1, set/dez, 2014. p.72-92.

POMIAN, Krzysztof. Colecção. In: Enciclopédia Einaudi, volume 1, Memória-História. Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira.* Brasília: UNB, 1992.

_____.Arqueologia, Pré-história e História. In: TENÓRIO, Maria Cristina (org.). *Pré-história da terra brasilis.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

RAHTZ, Philip. *Convite à Arqueologia.* Rio de Janeiro: Imago Ed.,1989.

REIS, José Alberione dos. *Não pensa muito que dói. Um palimpsesto sobre teoria na Arqueologia Brasileira.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

RENFREW, Colin & BAHN, Paul. *Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica.* Madrid: Ediciones Akal, 2013. (Reimpresión).

RIBEIRO, Marily Simões. *Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica.* São Paulo: Alameda, 2007.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion. Arqueologia em perspectiva: 150 anos de prática e reflexão no estudo de nosso passado. In: *Revista da Universidade de São Paulo*, n. 44, dez-fev,1999/2000. p.10-31.

ROHR, S. J. Alfredo. Pesquisas paleo-etnográficas na ilha de Santa Catarina. In: *Revista do Instituto Anchietano de Pesquisas,* n.3. Porto Alegre/RS, 1959.

SAHLINS, Marshall. *Metáforas históricas e realidades míticas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SALDANHA, João Darcy de Moura. *Paisagem, Lugares e Cultura Material: Uma Arqueologia Espacial nas Terras Altas do Sul do Brasil.* Dissertação de Mestrado. PUC\RS: 2005.

SANTOS, Sílvio Coelho dos (org.); HELM, Cecília Maria Vieira; TEIXEIRA, Sérgio Alves. *Memória da antropologia no sul do Brasil.* Florianópolis: Editora da UFSC: ABA, 2006. 208p.

SCHMIDEL, Ulderich (Ulderico). Viaje al rio de la Plata y Paraguay. In: ANGELIS, Pedro de. *Colección de obras y documentos relativos a la historia antigua y moderna de las províncias del Rio de La Plata.* Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836.p.245-346.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; VERARDI, Ivone; DE MASI, Marco Aurélio Nadal; ROGGE, Jairo Henrique; JACOBUS, André Luiz. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr. O sítio

arqueológico da armação do sul. In: *Revista do Instituto Anchietano de Pesquisas*, n.48. São Leopoldo/RS: 1992.

SCHMITZ, Pedro Ignácio; VERARDI, Ivone; DE MASI, Marco Aurélio Nadal; ROGGE, Jairo Henrique; JACOBUS, André Luiz. Escavações arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr. O sítio da praia das laranjeiras II. Uma aldeia da tradição ceramista Itararé. In: *Revista de Antropologia do Instituto Anchietano de Pesquisas*, n.49. São Leopoldo/RS: 1993.

SILVA, Sérgio Baptista; SCHMITZ, Pedro Inácio; ROGGE, Jairo Henrique; DE MASI, Marco Aurélio Nadal; JACOBUS, André Luiz. Escavações arqueológicas do Pe. Alfredo Rohr, S. J. O sítio arqueológico da praia da tapera: um assentamento Itararé e Tupi-Guarani. In: *Revista de Antropologia do Instituto Anchietano de Pesquisas.* São Leopoldo/RS:1990.

SILVA, Carmen Lucia da. Loureiro Fernandes e os Xetá. Anais do Seminário Comemorativo do Centenário de nascimento do professor Dr. José Loureiro Ascenção Fernandes (1903-2003). In: *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.* v.3. Curitiba: CEPA, 2005.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os desafios da proteção legal. Uma arqueologia da Lei nº 3.924/61. In: LIMA, Tania Andrade. Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. In: *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.33. Brasília: Iphan, 2007.

SILVA, Catarina Eleonora da & LIMA, Francisca Helena Barbosa. A preservação dos registros documentais em Arqueologia. In: LIMA, Tânia Andrade (org.). Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação. In: *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.* n.33. Brasília\DF: Iphan, 2007.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da.; NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes & MORLEY, Edna June. Salvamento arqueológico e comunidade. In: *Revista do Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná.* Curitiba: UFPR, 1986.

SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da. & OLIVEIRA, Maria Aparecida da S. Arqueologia em Meio Forense: Estudos sobre o Estado da Arte e da Disciplina e sua Implantação no Brasil. In: SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da.; CARVALHO, Aline Vieira de.; SOARES, Inês Virgínia Prado & FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia, Direito e Democracia.* Erechim, RS: Habilis, 2009.

SILVA, Sérgio Francisco Serafim Monteiro da; SOUZA, Carlos Celestino Rios e; FUZINATO, Daniela Vitório; FONTES, Luiz Roberto e YAMASHITA, Patrícia Akemi Carvalho. *Estudo de problemas preliminares vinculados à existência da Arqueologia e da Antropologia Forense no Brasil.* s/d. Disponível em: https://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/V27N1-2012/2012v27n1a1.pdf. Acesso em: 14/8/2015.

SPINELLI, Jayme & PEDERSOLI JR., José Luiz. Avaliação de riscos. In: *Plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda & emergência.* Texto fornecido pela professora da disciplina.
SOUZA, Marise Campos de. Passivos Ambientais na Gestão do Patrimônio Cultural Arqueológico. In: OOSTERBEEK, Luiz. *Arqueologia da Paisagem no Sul do Brasil (contributos).* Erechim, RS: Habilis, 2009.

SOUZA, Marise Campos de. *Um perfil da Arqueologia Brasileira Contemporânea. A política da memória numa perspectiva comparativa: tensões, desafios e riscos.* Tese de doutorado. Portugal: Universidade de Trás-os-Mosntes e Alto Douro, 2012.

SOUZA, Sheila Mendonça de & RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia. Ossos no chão: para uma abordagem dos remanescentes humanos em campo. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi/Ciências Humanas.* Belém: set/dez, 2013, v.8, n. 3. p.551-566.

SOUZA, Sheila M. F. Mendonça de; WESOLOWSKI, Veronica; LESSA, Andrea; RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia. Escavar e interpretar lugares de deposição dos mortos. In: GASPAR, Madu & SOUZA, Sheila Mendonça de. *Abordagens Estratégicas em Sambaquis.* Erechim, RS: Habilis, 2013.

STRAUSS, André Menezes. *As práticas mortuárias dos caçadores-coletores pré-históricos da região da Lagoa Santa (MG): um estudo de caso do sítio arqueológico "Lapa do Santo".* Dissertação de Mestrado. Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo. Departamento de Genética e Biologia Evolutiva. São Paulo, 2010.

TAINTER, J.R. *Mortuary practices and the study of prehistoric social systems. Advances in Archaeological Method and Theory 1*, 1978.

THOMPSON, Analucia (org.). *Entrevista com Judith Martins.* Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009.

TUAN, Y-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.* Tradução de Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

UCHÔA, Dorath Pinto. *Arqueologia de Paiaçanguera e Tenório: análise de dois sítios pré-cerâmicos do litoral paulista.* Erechim, RS: Habilis, 2007.

VASCONCELOS, Bruno Nery Fernandes; KER, João Carlos; GONÇALVES, Carlos Ernesto; SCHAEFER, Reynaud; PORRIER, André Pierre Prous & ANDRADE, Felipe Vaz.

Antropossolos em sítios arqueológicos de ambiente cárstico no norte de Minas Gerais. In: *Revista Brasileira Científica de Solo*, n. 37, 2013. p. 986-996.

VIERTLER, Renate B. Implicações adaptativas do funeral ao processo de mudança social entre os Bororo de Mato Grosso. In: MARTINS, José de Souza. *A morte e os mortos na sociedade brasileira.* São Paulo: Hucitec, 1983.

VOLCOV, Jonas Elias & SGANZERLA, Eliane Maria. *Diagnóstico sobre o patrimônio arqueológico da PCH Itaguajé.* Relatório Ambiental Simplificado. Curitiba, 2011.

WACHOWICZ, Ruy Cristovan. O Xokléng na província do Paraná. Aldeamento do Papanduva. In: *Boletim do Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense.* Curitiba: 1980.